



7.º Congresso da JCP, sábado e domingo

Os jovens nas lutas

Cerca de mil delegados eleitos pelos colectivos da Juventude Comunista Portuguesa vão reunir-se em Setúbal no 7.º Congresso da JCP. Representam muitos milhares de jovens empenhados nas batalhas, tanto no campo estudantil como na área do trabalho. Ontem mesmo, participaram no dia nacional de luta dos trabalhadores, convictos de que «transformar é possível».

Págs. 5 a 7



De Israel à Palestina (2)

Tornar impossível o Estado possível

A prática continuada de Israel nos últimos 54 anos, tantos quantos a sua existência como Estado, não deixa margem para dúvidas quanto ao objectivo que pretende atingir: tornar a possibilidade de uma Palestina independente numa impossibilidade. Esta uma das realidades verificadas pela nossa enviada especial Anabela Fino.

Centrais

Vitória da esquerda

Lula da Silva presidente

Num momento em que, por todo o mundo, manifestações contestam o domínio imperialista e protestam contra a preparação da guerra, a vitória de Lula no Brasil acrescenta mais força aos que resistem.

Págs. 22 e 23

Alarga-se a luta

Protesto vigoroso

Cumpriu-se ontem o dia nacional de luta dos trabalhadores contra a política do Governo. A CGTP mantém bem firme a sua oposição ao pacote laboral e à privatização da Segurança Social.

Págs. 8 e 9

Orçamento do Estado

Sacrifícios e privilégios

«Um modelo velho de injustiça social assente nos baixos salários e no desemprego.» Assim definiu Carlos Carvalhas, em crítica arrasadora, as grandes linhas em que assenta a acção governativa.

Págs. 14 e 15

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continentes e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

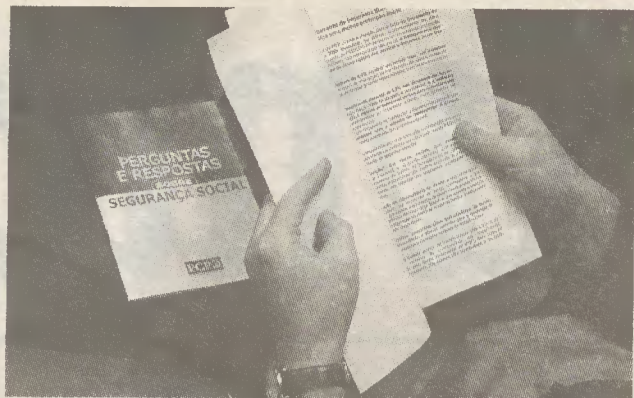
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



PCP acusa Governo de inviabilizar melhoria da Segurança Social

Resumo

23 Quarta-feira

O PCP critica a proposta de Orçamento de Estado para 2003 durante o debate final na Assembleia da República. Um grupo de estudantes do Instituto Superior Técnico distribuiu na Assembleia da República miniaturas de soldados para demonstrar «insatisfação e indignação» com as verbas previstas para o ensino superior. Um grupo armado toma de assalto um teatro de Moscovo, fazendo mais de 700 reféns, numa acção reivindicada pelos independentistas tchechenos que exigem «o fim da guerra». Xanana Gusmão manifesta-se contra a criação de um tribunal internacional para julgar crimes cometidos em Timor-Leste.

24 Quinta-feira

A União de Sindicatos de Setúbal apela aos trabalhadores do distrito para que participem «massivamente» no «Dia Nacional de Luta» contra o pacote laboral. As galerias da Assembleia da República recebem os polícias afectos ao Sindicatos dos Profissionais de Polícia para demonstrar o seu descontentamento face a problemas que afectam a classe. Os trabalhadores dos colégios do Instituto de Reinserção Social fazem uma greve em protesto contra o despedimento de cerca de 100 contratados a termo certo. Os associados, professores, ex-alunos e pais do Infância Carolina Michaelis manifestam-se frente à Direcção-Geral de Finanças do Porto no dia em que será vendido em hasta pública um terreno que lhes estava prometido há mais de 20 anos.

25 Sexta-feira

Paulo Trindade, coordenador da Frente Comum, confirma que existem contactos entre a CGTP e a UGT, para a organização de formas de luta comuns. O BPI anuncia o despedimento de 723 trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações afirma que o Governo vai alterar as condições dos certificados de aforo, acusando o Executivo de ceder ao «lobby da banca». Cerca de 20 tanques israelitas entram na cidade de Jenin.

26 Sábado

Mais de 40 comissões e associações de utentes de todo o País debatem, em Lisboa, no II Encontro Nacional a forma de melhorar os serviços públicos. Os pescadores do arrasto costeiro, que estão em greve aos fins-de-semana para forçar os armadores a retomarem as negociações do contracto colec-

tivo de trabalho, alargam a paralisação às segundas-feiras. Uma centena de caçadores manifesta-se frente à residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, em protesto contra a Lei de Bases Gerais da Caça. Seis palestinianos ficam feridos e seis são detidos durante uma incursão israelita na cidade de Jenin. Forças especiais russas, usando gás paralisante, conseguem tomar o controlo do teatro em Moscovo e abater a maioria dos terroristas.

27 Domingo

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações anuncia que vai processar, por difamação, a ministra das Finanças, no âmbito do caso dos certificados de aforo, porque Manuela Ferreira Leite «ofendeu todos os trabalhadores dos CTT». Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil. Milhares de pessoas manifestam-se em Madrid contra uma ofensiva militar no Iraque. O primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, ameaça destituir os ministros do governo de coligação que votarem contra o orçamento de austeridade para 2003.

28 Segunda-feira

Fernanda Mateus, da Comissão Política do PCP, acusa o Governo de inviabilizar uma melhor segurança social com as verbas no Orçamento de Estado para 2003 e uma política de combate à fraude que não penaliza os maiores infractores. As duas centrais sindicais e as três confederações patronais apresentam cerca de três mil propostas de alteração ao anteprojecto de Código do Trabalho no âmbito da Concertação Social. O presidente russo, Vladimir Putin, decreta dia de luto nacional pelas vítimas ocorridas pelo assalto das forças especiais que fizeram mais de uma centena de mortes entre os reféns. O exército israelita arrasa em Jenine as casas de quatro palestinianos.

29 Terça-feira

Os maquinistas da Fertagus prolongam até 12 de Novembro a greve parcial por melhores condições de trabalho. Cerca de 2 mil estudantes do Barreiro manifestam-se contra o estatuto do aluno, as restrições no acesso à universidade, a falta da disciplina de educação sexual e de condições nas escolas. Reitores, presidentes de institutos politécnicos e uma frente alargada de sindicatos do ensino superior vão à Comissão Parlamentar de Educação discutir o Orçamento de Estado para 2003. O Japão e a Coreia do Norte recomeçam as negociações para normalizar relações diplomáticas entre os dois países.

Aconteceu

Médicos propõem demissão do ministro

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) exigiu ao ministro da Saúde que se afaste do processo do Hospital Amadora/Sintra, ou então que se demita, devido à «insustentável posição política» em que se encontra. «A divulgação pública, nas últimas semanas, de múltiplas situações relativas ao Hospital Amadora/Sintra, coloca o ministro da Saúde numa insustentável posição política», defendeu, sábado, o conselho nacional da FNAM, no final de uma reunião em Coimbra. Para o presidente da FNAM, Cláudio Correia, o ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, «é um árbitro que não é isento», pelo que a FNAM decidiu também que se as autoridades competentes não funcionarem com a «adequada celeridade» neste processo, será interposta uma providência cautelar, por iniciativa popular, para esclarecer como tem sido utilizado o «dinheiro dos cidadãos contribuintes».



PR promulga nova gestão hospitalar

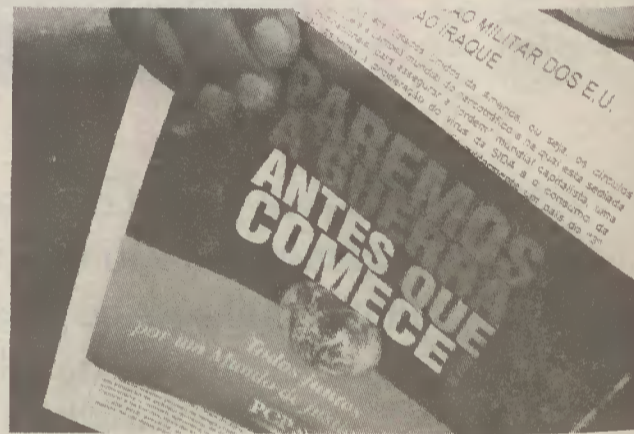
O Presidente da República promulgou, na passada quinta-feira, a lei de gestão hospitalar, que motivou já duas greves convocadas pelos sindicatos afectos à CGTP. O diploma promulgado por Jorge Sampaio modifica a Lei de Bases da Saúde e a gestão hospitalar, introduzindo o contrato individual de trabalho no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a possibilidade de os hospitais se constituírem como sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos. Aprovado na Assembleia da República a 27 de Setembro, o

documento cria também a gestão por objectivos nos hospitais, a avaliação periódica do desempenho dos profissionais e da instituição e dá a possibilidade ao sector privado e a cooperativas de profissionais de saúde de gerirem instituições ou serviços do SNS. Medidas que os sindicatos de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde afectos à CGTP contestaram já com duas greves, em Julho e a 16 de Outubro, acusando o ministro da Saúde de pretender «privatizar» e «desmantelar» o SNS.

Portugueses contra ataque dos EUA ao Iraque

A maioria dos portugueses está contra um eventual ataque dos EUA ao Iraque. De acordo com o Barómetro TSF/DN/Marktest, 69 por cento dos inquiridos não concorda com os argumentos do presidente norte-americano e apenas 17 por cento apoia um ataque para derrubar o regime de Saddam. Quando questionados sobre um apoio do Governo português aos EUA, a tendência permanece inalterada, com 66 por cento dos portugueses a afirmar que Portugal não deve apoiar as intenções dos EUA, enquanto 22 por cento concorda com o apoio. A opinião dos portugueses parece mais clara sobre a participação de tropas portuguesas num ataque a Bagdad: 74 por cento dos inquiridos rejeita a participação das tropas nacionais, e apenas 16 por cento

considera que Portugal deveria envolver-se directamente nas operações militares.

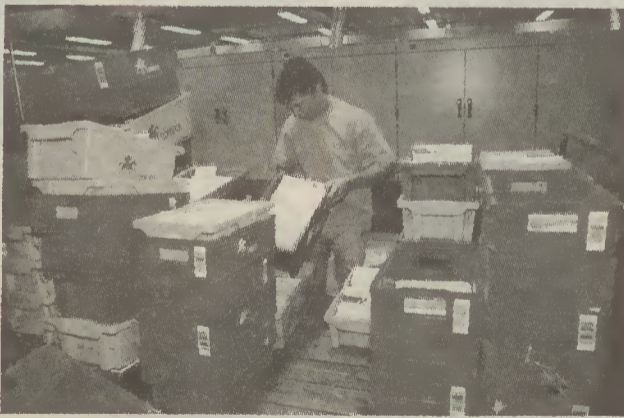


Sindicato dos CTT vai processar ministra

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) vai processar a ministra das Finanças, por difamação, no âmbito do caso dos certificados de aforo. Em comunicado divulgado domingo, o sindicato alega que Manuela Ferreira Leite «ofendeu todos os trabalhadores dos CTT».

«Numa atitude arrogante, despropositada e demonstradora da sua personalidade, afirmou que os trabalhadores dos CTT que, cumprindo as instruções dos seus superiores estavam a elucidar o público sobre a nova modalidade dos certificados de aforo, deviam ir presos», diz uma nota do sindicato, que justifica assim a queixa-crime a apresentar nos tribunais.

Segundo o Secretariado Nacional do SNTCT, ficou demonstrado que os trabalhadores estavam a agir sob ordens e instruções naquela matéria, pelo que foi exigido que a Administração dos CTT tomasse medidas para os defender das «acusações infundadas que estavam a ser alvo». Foi ainda exigido que a ministra Manuela Ferreira Leite fizesse um pedido formal de desculpas aos trabalhadores dos CTT. O sindicato acusa também a administração dos CTT de «em vez de defender os trabalhadores ter tentado sacudir a água do capote».



Suspeitos detidos em Washington

Um dos dois suspeitos detidos, na passada semana, no quadro do inquérito sobre os assassínios em série na região de Washington é um antigo combatente da guerra do Golfo e um atirador de elite, que já tinha sido detido e libertado.

Segundo a cadeia de televisão MSNBC, John Allen Muhammad tinha sido detido uma primeira vez a 8 de Outubro, seis dias depois do início da série de mortes, e depois libertado imediatamente. John Allen Muhammad, conhecido

também pela identidade de John Allen Williams, 42 anos, foi militar entre 1985 a 1995 numa unidade de engenharia, precisou um responsável do Pentágono a coberto do anonimato. Muhammad foi promovido a sargento e foi condecorado durante a guerra do

Golfo de 1991 contra o Iraque antes de deixar o exército a 26 de Abril de 1994. Obteve um brevet de «atirador de elite - perito em M-16» - espingarda de assalto muito usada pelas forças norte-americanas -, uma distinção atribuída por atingir pelo menos

36 alvos móveis entre 40 surgindo a distâncias de 50 a 200 metros. Em três semanas, o franco-atirador emboscado matou na região de Washington 10 pessoas e feriu três com gravidade, e de todas as vezes com uma única bala disparada à distância.

Crónica Internacional

• Luís Carapinha

Venezuela sob conspiração

Na Venezuela os acontecimentos que marcam o panorama político e social sucedem-se em catadupa. A informação que nos chega através dos grandes órgãos de comunicação não ajuda à compreensão do país real. A maior parte desta informação veiculada de forma acrítica, é originária dos *media* privados venezuelanos que, nas mãos da oligarquia nacional e do grande capital, conduzem uma poderosa campanha de autêntico terrorismo (des)informativo, inseparável da agenda de conspiração golpista que os sectores reacçãoários tentam impor. O objectivo declarado da desestabilização permanente que assola o país resume-se a um ponto: afastar o presidente Hugo Chávez, democraticamente eleito em 1998. E deste modo, eliminar o processo bolivariano de profundas transformações democráticas, iniciado sob a sua presidência, que goza do apoio das massas populares, dos comunistas e outras forças progressistas venezuelanas. As greves gerais organizadas conjuntamente pelo patronato e a direcção sindical da CTV, historicamente corrompida, a intentona golpista de contornos fascistas de Abril e a presente campanha de desobediência civil materializada na «ocupação» da Praça Altamira situada numa zona elegante de Caracas inscrevem-se nesta engrenagem que conta com o apoio, mesmo que agora velado, dos EUA e UE. A actual polarização é indissociável das profundas contradições sociais existentes: a Venezuela, não obstante a sua riqueza em recursos naturais (é o 5.º produtor mundial de petróleo), é dos países da América Latina com maior polarização entre classes: 80% da população vive na pobreza, os 20% mais pobres desfrutam apenas 3,7% do produto nacional. É nesta realidade de injustiça social, moldada pela ordem institucional que vigorou no país durante décadas, consubstanciada no pacto de regime cozinhado entre os antigos partidos dominantes (a AD «social

O objectivo declarado da desestabilização é afastar o presidente Hugo Chávez

democrata» e o COPEI «democrata cristão»), o patronato e a cúpula burocrática da CTV, com a benção da hierarquia da Igreja, que o projecto patriótico bolivariano, progressista e antineoliberal se insere.

Em 3 anos, a «revolução bolivariana» de Chávez percorreu um longo percurso, sucessivamente sufragada nas suas diversas etapas, em que logrou a implantação de uma nova e avançada Constituição e a aprovação na Assembleia Nacional de um conjunto de 49 leis estruturantes que se traduzem na implementação de uma lei de distribuição de terras, estímulo ao sector cooperativo, limitação do sector privado em áreas vitais da economia e desenvolvimento de importantes programas sociais. Na política externa, o novo governo reforçou o papel do G77 e OPEP, manifestou a sua oposição ao ALCA, contrapondo com a necessidade de integração da América Latina. Neste capítulo, é sintomática a posição expressa há dias por um influente congressista norte-americano que exortou Bush a apoiar (abertamente) a oposição venezuelana face à possibilidade «real de que Castro, Chávez e Lula da Silva possam formar um eixo do mal no continente».

Grande jornada de mobilização, fruto da união estratégica cívico-militar, que fez fracassar o golpe de 11 de Abril constituiu uma significativa vitória popular. Mas as contradições e deficiências internas do processo, decorrentes do choque entre a torrente transformadora e os limites do espaço institucional em que este se move permanecem uma questão pertinente. A reacção joga com o factor tempo, com o desgaste e degradação da economia, com os efeitos da intoxicação mediática que penetra fundo no seio da classe média e, simultaneamente, explora a violência, em busca dum cenário de caos e ingovernabilidade que abra as portas a uma intervenção imperialista externa. Apesar de todos os perigos e do gigantismo dos desafios que enfrenta diariamente, o processo democrático venezuelano avança com a organização do movimento popular em círculos bolivarianos, comités de terra e outras formas de assembleia popular, numa demonstração de uma notável capacidade de mobilização!

Nesta luta corajosa pela justiça social, progresso e dignidade, os comunistas portugueses exprimem de forma fraternal a sua solidariedade internacionalista com o povo venezuelano!

Editorial

SINAIS DO TEMPO QUE VIVEMOS

Na Rússia, Putin, utilizando um «gás misterioso», «anulou com eficácia» a acção terrorista de um comando checheno que havia ocupado um teatro de Moscovo e retido como reféns as centenas de pessoas que ali se encontravam. O «gás misterioso» provocou a morte de um número considerável de reféns – seguramente mais de uma centena e, muito provavelmente, umas duas centenas. O método não é novo e muito menos o é o *critério*: salvar inocentes matando-os é prática cada vez mais corrente nestes tempos de «guerra ao terrorismo» decretada pelos EUA. Está na memória de quem quer tê-la o caso do Kweit ocupado pelo Iraque e exaustivamente «libertado» pelas bombas norte-americanas, britânicas e francesas, provocando a morte de milhares de kweitanos *libertados*... Para não deixar margem a quaisquer dúvidas, Putin já informou da sua decisão de responder «com medidas adequadas contra terroristas e seus apoiantes ideológicos e financeiros onde quer que se encontrem». Se os EUA o fazem por que não o faria a Rússia – há-de ter argumentado.

“Ao sonho de construção de uma nova sociedade muitos chamam utopia. Nós chamamos futuro”

Enquanto isso, Bush aguarda o momento ideal para pôr em prática as «medidas adequadas» ao controlo do petróleo do Iraque pelos EUA: no tempo decidido pelo presidente dos EUA as bombas começarão a cair e a *salvar* centenas de milhar de inocentes – matando-os, obviamente. E, porque as garras do Império são múltiplas, ele continua e intensifica a pressão sobre a Venezuela, insistindo na «necessária adaptação» do presidente Chavez e da Constituição Venezuelana aos interesses dos EUA e franze as sobrelhas à vitória de Lula da Silva no Brasil – Lula parece opor-se à ALCA (Área de Livre Comércio da América, decidida e definida pelo Império e, portanto de adopção obrigatória para os 34 países da região); Lula parece opor-se também ao embargo contra Cuba e à presença militar norte-americana na Colômbia... pelo que, nos Estados Unidos, há quem preveja, para já, um «agravamento da tensão no relacionamento com o Brasil»...

Estes são alguns (entre muitos) sinais do tempo que vivemos. Sinais que a «opinião pública» – filha natural da opinião publicada – tende a aceitar como naturais, positivos mesmo, tantas são as vozes a garantir-lhe isso diariamente.

Por cá, as «bombas», o «gás misterioso» e os «critérios» que presidem à sua utilização, contam com o pleno e entu-

siástico apoio do Governo PSD/CDS-PP, que os assimila e os aplica à sua maneira e à sua escala e de acordo com os desejos e interesses dos donos do País: o Governo Barroso/Portas aplaude todas estas guerras, todas estas mortes, ao mesmo tempo que vai lançando as suas «bombas» e o seu «gás misterioso» (travestidos, nomeadamente, de «Código do Trabalho») contra direitos conquistados pelos trabalhadores e pelo povo português através de lutas que constituem momentos maiores da história do nosso país. Lutas que vão continuar em Portugal e no mundo, travadas por milhões de pessoas que não desistem de, defendendo os seus direitos hoje, contribuírem para a construção de uma sociedade justa, livre, fraterna e solidária: a luta pela paz e contra a guerra, a luta pela soberania e a independência dos povos, a luta contra o grande capital e pelas conquistas, direitos e interesses dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, pensionistas e idosos, dos pequenos, médios e micro empresários, enfim, a luta pela justiça social, pela democracia, pelo futuro. Lutas que vão continuar e que, continuando, são, por isso mesmo, o necessário e indispensável contraponto aos sinais negativos do tempo que vivemos, o sinal positivo que alimenta a força e a disponibilidade de luta, a determinação e a coragem.

Sinal positivo deste tempo que vivemos é o que emerge do texto, contido no pequeno desdobrável de apresentação do 7.º Congresso dos jovens comunistas: «Na JCP, organização revolucionária da juventude, aprendemos o valor da luta organizada pelos direitos e pela concretização dos anseios e aspirações da juventude. Na JCP os jovens fortalecem os laços de amizade e solidariedade que unem a juventude e os povos de todo o mundo na luta contra a opressão, contra o imperialismo, pela paz, a democracia, a independência nacional e o progresso social. Na JCP trabalhamos e lutamos por uma nova sociedade, mais justa e solidária, sem exploradores nem explorados, pelo Socialismo, rumo ao Comunismo».

E porque, como também ali é dito, «Transformar é possível!» mas «Só com a luta é possível transformar!», o texto é acompanhado de uma ficha de inscrição na JCP com uma proposta: «Vem lutar connosco!». Proposta que, pelo seu conteúdo e significado, há-de incomodar e desagradar a muita gente (muito em especial aos que desistiram de pensar e de sonhar e aos que vivem e se alimentam do «individualismo e da competição desenfreada») mas que, em contrapartida, há-de ser ouvida e aceite por muitos dos seus destinatários.

E são milhares, seguramente, os que perfilham esta visão dos jovens da JCP, Juventude do PC: «Ao sonho de construção de uma nova sociedade muitos chamam utopia. Nós chamamos futuro. Mas não basta confiar no futuro, é preciso construí-lo com a nossa acção e intervenção.»

Esta a perspectiva construtiva, audaciosa, revolucionária dos jovens comunistas, jovens que, sabendo que são Futuro, querem ser e são, antes disso e já, Presente – Presente interventivo, lúcido, consciente, carregado de Futuro. Sinal luminoso do tempo que vivemos.

Actual Apenas duas letras

● Vítor Dias

Como muitas vezes acontece, e isso deve ser referido de forma natural, Vital Moreira publicou na passada semana no «Público» (de 22/10) um excelente artigo de opinião, desta feita condenando a recente decisão aprovada na AR de permitir a privatização da rede fixa de telecomunicações.

O artigo, intitulado «Vender os anéis e os dedos», começava bem ao assinalar honestamente que essa decisão, proposta pelo actual Governo, retomava «um projecto do Executivo anterior».

Prosseguia depois ainda melhor sublinhando que «a rede básica de telecomunicações pertence ao «domínio público do Estado», caracterizado justamente pela sua indisponibilidade, sendo por isso inalienável». E lembrando também que «actualmente a única via para impedir a transferência da propriedade e do controlo económico de qualquer bem de interesse estratégico para mãos estrangeiras consiste em mantê-lo na esfera pública. A pri-

vatização traz consigo sempre a possibilidade de ele acabar em propriedade estrangeira».

Até aqui tudo bem, uma vez que é sempre agradável e esperançoso ver alguém que não é comunista, convergir, como acabamos de ver, com uma antiga e persistente posição do PCP ou mesmo recorrer, a este respeito, à fórmula da venda «dos anéis e dos dedos» que, vinte dias antes e no respectivo debate parlamentar, Lino de Carvalho tinha precisamente usado.

Acontece porém que o artigo de Vital Moreira terminava muito mal. Com efeito, a rematar um vasto e acutilante acervo de argumentos contrários à alienação da rede básica de telecomunicações, Vital Moreira falava dessa decisão como tendo sido «compartilhada pelo Governo e pela oposição».

Ora a verdade é que, se o PS votou a favor dessa proposta governamental na AR, já o PCP votou contra, pelo que não há nenhum motivo para, neste

caso, falar de um cumplicidade com o Governo por parte da «oposição».

Até podemos perceber que Vital Moreira não quisesse referir ou valorizar o distintivo voto contra do PCP.

Até podemos perceber que Vital Moreira não quisesse escrever, como nós agora vamos fazer, que talvez este voto do PS diga mais sobre a sua real orientação e opções do que todo o sofisticado «tricot» que vá fazendo em torno da sua «Declaração de Princípios».

Agora, salvo a oportuna desculpa do «lapso» (queria escrever o «maior partido da oposição» mas saiu só a «oposição»), o que não percebemos nem em Vital Moreira nem em muitos outros comentadores ou articulistas é por que é que, podendo com inteira verdade e justiça escrever o «PS» (duas letras), tantas vezes escrevem, sem verdade e sem justiça, a «oposição» ou a «esquerda» (oito letras).

Ou será que, há muito tempo, percebemos bem de mais?

As «manifs» dos Mello, Espírito Santo e Jardim

● Carlos Gonçalves

Por estes dias, estes senhores e mais uns tantos que por cá exercem e alguns dos seus «notáveis» – Ludgero Marques, Van Zeller, Jorge Armindo, António Borges, etc. – passearam-se em «manifs» ao PR e ao PMinistro, para apresentar um «Manifesto», que «lamenta as acções» contra a «acumulação do capital nacional, que só favorecem a perda de controlo das empresas e a mudança dos centros de decisão nacionais para o estrangeiro».

Sem espaço para listar velhas iniciativas semelhantes, vale lembrar o desvairado *lobbying* destes interesses sobre PS, PSD e PP, nas legislativas, e o «Concílio dos Mellos» em Sintra, em Junho, já com a «tónica dos centros de decisão», mas sobretudo com os olhos nos negócios das telecomunicações e das águas.

Coloca-se assim a questão de esclarecer a natureza destas «manifs» e lembrar que em certas cabeças moram velhos hábitos de quando o fascismo era o instrumento da criação e expansão dos grupos económicos.

Coloca-se a questão de recordar que os grupos deste «Manifesto» – BCP, BES, Mello, Jerónimo Martins – estão em dezenas de países e integram interesses multinacionais, e já ajudaram vezes de mais na saída do país de centros de decisão – na indústria pesada, na energia e na banca, como ainda há dias na transferência para Madrid do contolo informático do Totta e do

Crédito Predial, sob a égide do Santander e a conivência do Governo.

Coloca-se a questão de esclarecer que as políticas do Governo se fazem da benesse fiscal de 326 milhões de contos aos grandes interesses – isenção das operações financeiras das SGPS, dedução de 20% no IRC das empresas exportadoras, tributação de apenas 50% dos lucros de acções das empresas em privatização, bónus às Sociedades de Fundos de Pensões e ao *off shore* da Madeira. Mas passam também pela privatização de empresas subavaliadas em 500 milhões de contos – águas, combustíveis, papel, etc. – e há ainda a gestão dos hospitais e os fundos de pensões.

Ora, são claros os interesses dos Mellos na saúde, da Sonae na Portucel, do BCP nas pensões, etc., e é evidente o objectivo, por «operação tecnicamente orientada», de garantir o domínio de mais uma fatia da riqueza dos portugueses. Depois, o «centro de decisão nacional» do grupo decidirá se e quando se deslocaliza para Castela, ou algures, pelo sagrado critério do lucro.

É por isso que mais privatizações resultarão em mais deslocalização dos «centros de decisão» estratégicos e o privilégio aos grupos económicos nada fará de sério para o impedir. A única via nesta matéria é esclarecer e lutar, contra as políticas de direita, os grandes interesses e o «patriotismo» da ganância.

Inovações, ou nem por isso

● Anabela Fino

O Governo inaugurou o novo vocabulário político quando Durão Barroso, na sua qualidade de primeiro-ministro, fez saber ao mundo que o país estava «de tanga». A informação deve ter sido devidamente apreciada pelos investidores estrangeiros, que já andavam arreios do mercado nacional, cujos viram na desassombada afirmação, a par com a conhecida vocação privatizadora do executivo, a oportunidade de mais umas pechinchas. É pelo menos essa a conclusão que se pode retirar do súbito frenesim que agita empresários e economistas portugueses, agora muito preocupados em manter sob «domínio nacional» o que resta dos sectores estratégicos ainda nas mãos do Estado. Dizem as más línguas que essa coisa do «domínio nacional» não passa de um eufemismo de intermediário à procura de lucro fácil, mas adiante.

As inovações do léxico prosseguiram a bom ritmo, com um ministro a «desconvidar» pessoas para a ocupação de cargos públicos, como sucedeu na Cultura, onde o sociólogo Jorge Pedreira foi preterido em benefício de Diogo Pires Aurélio já depois de ter aceite o convite para director da Biblioteca Nacional; com outro a dizer que o Ministério «não é uma agência de empregos» para justificar a quantidade de professores sem colocação num país com a mais elevada taxa de analfabetismo funcional da Europa (Educação); outro a ficar à beira de um ataque de nervos sempre que ouve a palavra «Moderna» porque não consegue explicar benesses recebidas (Defesa); e outro ainda a afirmar à imprensa que os trabalhadores dos CTT «deviam ir presos» quando afinal estão só a cumprir as orientações recebidas (Finanças), só para citar alguns exemplos.

Não se percebe, neste contexto, como é que suscitou tanta agitação um desabafo de Ferro Rodrigues, que numa reunião supostamente interna do PS classificou os governantes de «palermas».

Será talvez porque a nova maioria reivindica para si o exclusivo desta reforma vocabular. Ou será porque, com esta nova forma do discurso político, o que se pretende é que as palavras vão abrindo caminho a conceitos que, apesar de velhos como o mundo, nos vão sendo servidos como novos.

Quem nos poderá esclarecer é Bagão Félix, o ministro dito da Segurança Social e do Trabalho, que entre outras coisas inventou as «11 horas da tarde» para limitar o pagamento do trabalho nocturno, e as «tarefas temporárias» de sete anos, duração que acha pertinente para os vulgarmente chamados contratos a prazo. Para inovador, não lhe falta nada.

Frases

“Os palestinianos foram esbulhados, escoraçados e atacados pelos sionistas, primeiro com o beneplácito e depois com a impotência da ONU (...) Quem dá início à agressão, como Israel, não pode nunca queixar-se da violência da vítima.”

(Adalberto Alves, Público, 28.10.02)

“O verdadeiro conflito é entre os EUA e a Palestina, gerido pelos americanos, qual raposa de guarda ao galinheiro. Israel não passa de uma irrelevância política: Estado fantoche, artificial e falido, sem o municiamento dos governos americanos jamais teria viabilidade.”

(Idem, ibidem)

“O Portugal “Velho” não é capaz ou não está interessado em reflectir sobre o futuro. Prefere o trabalho infantil, a fraude e evasão fiscais, os encerramentos súbitos de empresas e o “jogo sujo”.”

(Américo Ramos dos Santos, Expresso, 26.10.02)

“O país não pode ficar dependente desta espécie de maldição que pesa sobre ele só porque o PS não quer nã oposição o que quer no governo, tal como inversamente o PSD quer no governo o que não quer na oposição.”

(Duarte Lima, idem)

“Santana Lopes não desiste das presidenciais.”

(Título, Público, 27.10.02)

“Quando as coisas correm bem, os srs. empresários portugueses protestam persistentemente contra a intrusão do Estado nos seus negócios. Quando as coisas correm mal, os srs. empresários portugueses pedem ao Estado a sua salvação. Nisto, os srs. empresários portugueses são mesmo portugueses.”

(Vasco Pulido Valente; Diário de Notícias, 26.10.02)

“Agora que celebramos o facto de sermos um dos países do mundo onde a imprensa é mais livre, convém frisarmos que a instituição de qualquer censura se faz sempre em nome da erradicação duma qualquer “porcaria”. O que muda com o tempo é apenas o conceito de “porcaria”.”

(Helena Matos, Público, 26.10.02)

“O silêncio de Paulo Portas no debate do Orçamento do Estado foi revelador da sua fragilidade, já finalmente reconhecida publicamente.”

(Ana Sá Lopes, idem)

“Sabendo-se que o aumento do orçamento da defesa era uma das maiores armas de propaganda do governo – fica claro que, depois de começar a perder as graças da presidência da República, Paulo Portas vê a fragilidade da sua posição no Governo ser publicamente exibida.”

(Idem, ibidem)

“É estranho que, passados nove meses, surja um documento contratual da empreitada em que se refere que o comportamento do empreiteiro não foi negligente e que tudo se deveu a uma singularidade geológica desconhecida.”

(Francisco Sousa Soares, Bastonário da Ordem dos Engenheiros, idem)

“Vergonha é o pejo de ser visto em estado indecente. É exactamente isso que sentimos do túnel do Terreiro do Paço.”

(Idem, ibidem)



O 7.º Congresso da JCP realiza-se no fim-de-semana, em Setúbal

Transformar é possível

O 7.º Congresso da JCP começa depois de amanhã, em Setúbal. Durante dois dias serão discutidos os principais problemas dos jovens. Trata-se do culminar de seis meses de debate preparatório, que aprofundou o projecto de resolução política apresentado.

Cerca de mil delegados de todo o País reúnem-se, no fim-de-semana, no Pavilhão das Manteigadas, em Setúbal, no 7.º Congresso da JCP, sob o lema «Transformar é possível». Os trabalhos decorrem entre as 10 e as 20 horas de sábado e as 14h30 e as 17h30 de domingo. Mas, se cabe aos delegados tomar as decisões que orientarão o futuro da organização, também haverá lugar para os convidados e para as delegações estrangeiras.

Na noite de sábado, às 22 horas, inicia-se um desfile no Largo de Jesus, com o tema «Paremos a guerra antes que comece». O desfile termina no Parque das Escolas, junto à Avenida Luísa Todí, onde decorrerá um concerto pela Paz com os Terrakota e os Like The Man Said.

Situação grave

O congresso realiza-se num momento em que o agravamento das condições de vida dos jovens é uma realidade palpável e em que o Governo aprovou grandes cortes orçamentais para a educação e ameaça alterar a Legislação do Trabalho e da Segurança Social.

A situação no campo laboral é grave para todos os trabalhadores e para os jovens em particular. Segundo dados recentes, mais de 40 por cento dos jovens trabalhadores até aos 25 anos têm empregos precários. Além disso, os

jovens continuam a ser discriminados no acesso ao emprego, situação protegida pela norma legal que possibilita a contratação a prazo, mesmo que o posto de trabalho seja permanente, só por estarem à procura do primeiro emprego.

O limite do horário semanal não é cumprido e muitos trabalhadores jovens são obrigados a cumprir horas extraordinárias que não são pagas. As empresas continuam a levantar problemas às mulheres que pretendem engravidar, chegando ao ponto de muitas vezes exigir às novas funcionárias que se comprometam por escrito a não ter filhos.

Por outro lado, as condições mínimas de higiene, saúde e segurança no local de trabalho não são cumpridas com bastante frequência. Desde 1990, mais de 500 trabalhadores com menos de 20 anos morreram vítimas de acidentes no local de trabalho.

Calcula-se que existam mais de 40 mil jovens com formação superior sem emprego, bem como largas dezenas de milhar com trabalho precário. No entanto, o número de diplomados em Portugal encontra-se muito abaixo da média da União Europeia.

Em 1999, a taxa de desemprego juvenil na União Europeia era de 17,9 por cento. Ainda no contexto europeu, em 1996, os 20 por cento mais pobres recebiam 8 por cento do rendi-

mento total, enquanto os 20 por cento mais ricos recebiam 40 por cento, ou seja, cinco vezes mais.

Que educação?

A situação na educação será um dos problemas em debate no congresso. Do conjunto da União Europeia, as famílias portuguesas são as que mais pagam para ter um filho a estudar no ensino superior, contabilizando as propinas, o material escolar, o conjunto de taxas e emolumentos, as despesas de alojamento, os transportes e a alimentação, entre outras despesas.

Na União Europeia, um quinto dos jovens entre os 18 e os 24 anos deixam o ensino no nível inferior do secundário, mas registam-se grandes diferenças entre os

vários países: na Suécia isto acontece com sete por cento dos jovens, enquanto que em Portugal 46 por cento encontram-se nesta situação. Segundo dados do Eurostat de 2001, um terço dos cidadãos da UE não ultrapassa a escolaridade obrigatória. A maioria dos que completam o ensino obrigatório vive sobretudo nas capitais dos países e nas grandes cidades.

Em Portugal, os últimos anos têm sido marcados pela desresponsabilização crescente do Estado em relação ao ensino. O direito à educação tem sido posto em causa com reformas, revisões, e medidas de reformas desadequadas às necessidades dos estudantes e do País. Como tem vindo a verificar a JCP, caminha-se para uma crescente elitização do ensino, para a sua crescente privatização, numa lógica economicista segundo a qual só

pode estudar quem tem dinheiro para pagar as crescentes despesas.

Ofensiva ideológica

Uma das maiores preocupações dos jovens comunistas é a ofensiva ideológica, enraizada no quotidiano nacional, dos meios de comunicação social aos programas escolares. A JCP vem alertando para as pressões de controlo alienantes e para a homogeneização dos comportamentos e padrões culturais.

O sistema educativo recebe um «ideal de trabalhador» que facilmente seja explorado e manipulado, acreditando que o capitalismo é o sistema mais justo. Esta concepção está integrada nos métodos pedagógicos e nos programas das diversas disciplinas, não só do ensino básico e secundário mas igualmente no ensino superior.

A situação internacional será igualmente discutida no congresso, nomeadamente os problemas de desenvolvimento económico e social. Segundo as Nações Unidas, o fosso entre os estratos da população está a aumentar. Uma em cada cinco pessoas no mundo vive com menos de um dólar por dia.

Nos países em desenvolvimento, quase 60 milhões de homens e 96 milhões de mulheres entre os 15 e os 24 anos não sabem ler nem escrever. Mais de 70 milhões de jovens estão desempregados e à procura de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho estima que, em quase todo o mundo, as taxas de desemprego entre os jovens trabalhadores são pelo menos duas vezes superiores à média das camadas mais velhas.



● Isabel
Araújo
Branco

Novos militantes da JCP falam sobre a organização
e a sua experiência política

«Se pudesse, inscrevia-me outra vez»

Tiago Vieira, Rita Rato e Miguel Valadares são militantes da JCP há menos de um ano. Vivem em diferentes zonas do País, mas possivelmente vão encontrar-se no fim-de-semana no Congresso. Em entrevista, falam do que os levou a inscrever-se na organização e do que esperam do futuro.

Tiago Vieira vive em Coimbra. Está a tirar o 12.º ano e só com alguma modéstia admite que tem uma média de 19 valores. Futuro estudante de Psicologia, distingue-se de muitos dos seus colegas, não só pelas notas mas também pela militância política.

Em Fevereiro entrou para a JCP, mas fala num sonho secreto: voltar a preencher a ficha de inscrição da Juventude Comunista. «Quando estamos a fazer distribuições de panfletos ou a pendurar faixas, ocorre-me que me daria muito prazer voltar a inscrever-me na JCP, como um acto simbólico. Digo: “Tenho tanto prazer em ser da JCP que, se pudesse, inscrevia-me outra vez.”»

«Militar na JCP é das coisas mais importantes que faço na vida», afirma. «Procuramos construir uma nova sociedade, mostrar que temos um projecto diferente e que as coisas não estão bem por muito que nos queiram fazer conformar. Todos os dias sinto um novo fôlego, sinto cada vez mais vontade de trabalhar na JCP», acrescenta Tiago.

Surpresas

Ao longo destes oito meses, a opinião de Tiago sobre a Juventude Comunista mudou muito.

«Antes de entrar na JCP, via que era malta que trabalhava. Embora sentisse alguma proximidade, tinha alguns preconceitos. Sempre achando interessante, queria manter-me por fora. Depois, embora ainda não fosse militante, comecei a integrar-me, a perceber a dinâmica do trabalho e hoje percebo que os motivos pelos quais eu olhava com alguma suspeição eram puramente preconceitos e se calhar fragilidades na minha formação», refere.

«Hoje penso que a JCP é a organização que mais intervim junto dos jovens, uma

organização revolucionária de juventude, uma organização que não anda aqui por andar, que faz um trabalho profundo. Há uma preocupação constante em aprofundar a democracia e a justiça», afirma Tiago.

O funcionamento da organização foi uma surpresa para Tiago. «Quando estava de fora não percebia, mas a intervenção da JCP é feita muito concertadamente e bem discutida. Não é simplesmente a opinião de um ou dois indivíduos que decidem uma orientação e os outros que cumpram. Todos contribuímos e damos a nossa experiência. Não percebia muito bem como podia ajudar e hoje vejo perfeitamente que toda a gente tem uma experiência pessoal diferente e que pode dar o seu contributo.»

Era uma vez...

Tudo começou com o «À Luta», o boletim da organiza-



Tiago Vieira

nunca tinha tido um contacto real com um projecto consequente, uma tentativa profunda e justa de transformação da sociedade. Entenda-se justa de duas formas: não só no sentido do melhor para a sociedade mas também por não haver uma “cabeça pensante” e os outros atrás, ou seja, pela discussão aprofundada associada a um grande espírito de camaradagem e de amizade. Tudo junto levou a inscrever-me», explica.

O clique deu-se em casa, em frente à televisão, durante uma entrevista a Carlos Carvalhas. «Vi ali corporizado, numa dimensão geral, a perspectiva dos problemas, as soluções para o País ponto por ponto, economia, educação, saúde... Havia vontade real de mudança, não mudar apenas as caras para continuar tudo na mesma. Mandei logo uma mensagem a um amigo para levar a ficha de inscrição e no dia seguinte inscrevi-me.»

No próximo fim-de-semana Tiago estará em Setúbal, a participar no Congresso da JCP. Mas destaca que «o Congresso não é apenas aqueles dois dias. Podemos dizer que estamos a realizar o congresso ao longo deste tempo de discussão.» «Espero que consigamos definir linhas de orientadoras de trabalho – de continuação ou novas – cada vez mais próximas da sociedade e do que a realidade nos exige, de como temos de intervir», afirma.

Mil e um trabalhos...

Para além das reuniões normais do colectivo em que se integra, Tiago participou em diversas iniciativas da JCP, desde a construção da Festa do Avante! às bancas da JCP, passando pela venda do Avante! e pela distribuição de panfletos. Esta actividade é uma das preferidas de Tiago: «As distribuições dão-me um prazer particular, porque contacto com as pessoas directamente. Estamos ali não apenas a dar um panfleto, mas a falar com as pessoas, a dizer aquilo que queremos. Bem, eu gosto mesmo dos trabalhos que me dão menos prazer, como fazer contactos, porque sinto que estou a trabalhar para a construção de uma organização melhor.»

As reacções das pessoas que recebem os panfletos da JCP nem sempre são as melhores. Mas, como diz Tiago, «há de tudo».

«Vai desde a pessoa que me perguntou “Vocês também perseguem os judeus?” a outras que perguntam em que sítios estamos e o que fazemos.»

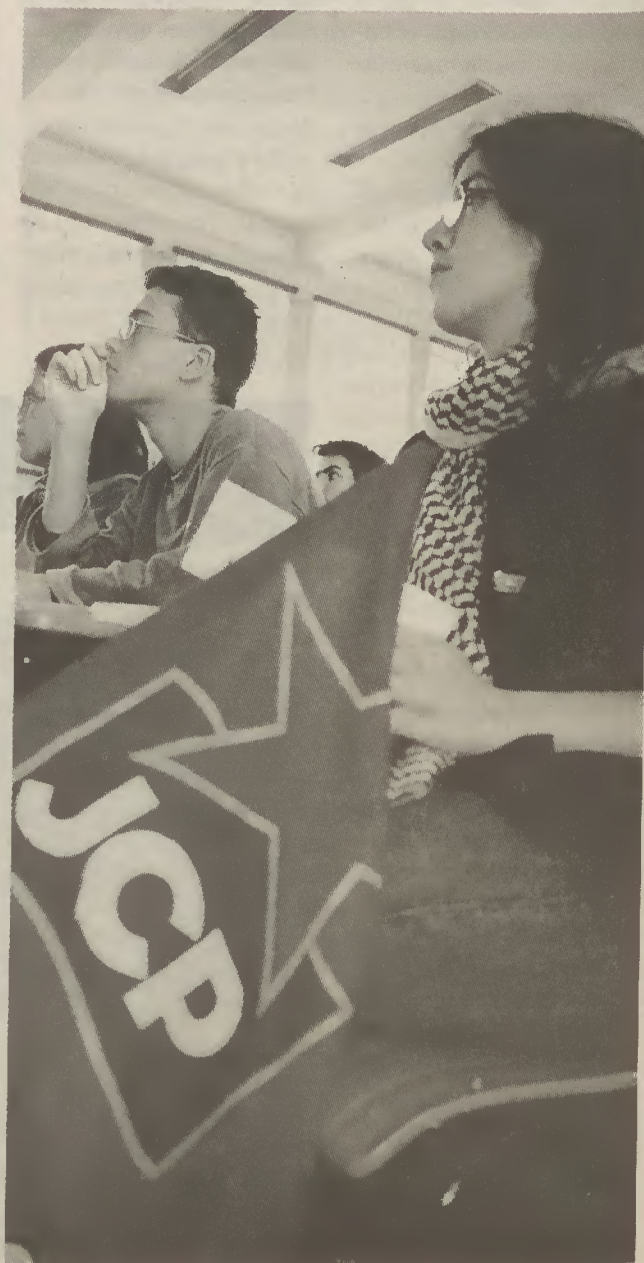
«Eu explico que na JCP tentamos ser o mais justos possível. Tento trazer as pessoas às reuniões da JCP, mostrar-lhes como se desenvolve o nosso trabalho. Às vezes perguntam-me quanto é que ganho por fazer as distribuições e eu digo-lhes que só estou ali pelo amor ao ideal. Dizem-me que “lá dentro ninguém pode discordar” e eu explico que muitas vezes já discordei e ainda estou à espera que me venham provar essas coisas. Tento refutar esses argumentos e procuro descobrir o que as leva a ter essas ideias, se é algum facto que perceberam mal ou pura e simplesmente preconceito», adianta Tiago.

ção do secundário de Coimbra da JCP, de que Tiago Vieira era leitor. Alguns amigos fizeram a ligação à organização e foram apresentados razões de peso para a militância. Mas, segundo Tiago, o que o levou a tomar a decisão foi «verificar a intervenção da JCP junto dos jovens, as preocupações e as soluções apresentadas».

«Não é uma coisa consequente. Embora tivesse a opinião de que todos temos de intervir na sociedade,



Três anos depois do 6.º Congresso, os militantes da JCP voltam a reunir-se, agora em Setúbal



Rita Rato, de Lisboa

«Se perante um indício de derrota as pessoas desistissem, o mundo não evoluía»

A vida de Rita Rato mudou muito o ano passado. Primeiro mudou-se de Estremoz para Lisboa, para onde foi estudar Ciência Política e Relações Internacionais na FSCH da Universidade Nova. Entretanto transformou-se numa atleta federada de futebol, jogando pelo «Operário», e entrou para a JCP.

Actualmente membro da Direcção da

assim e que o Lenine é assado. Quando posso faço valer a minha opinião.»

No curso de Rita, há conversas sobre política a toda a hora. E os confrontos de opiniões são inevitáveis. «As pessoas vão já com a

«A política está em tudo. As pessoas não querem pensar porque pensar assusta»

ideia de que os comunistas são «ortodoxos» e que pensamos que só a nossa opinião é que vale. Mas não faz sentido andar aqui se não defendermos a

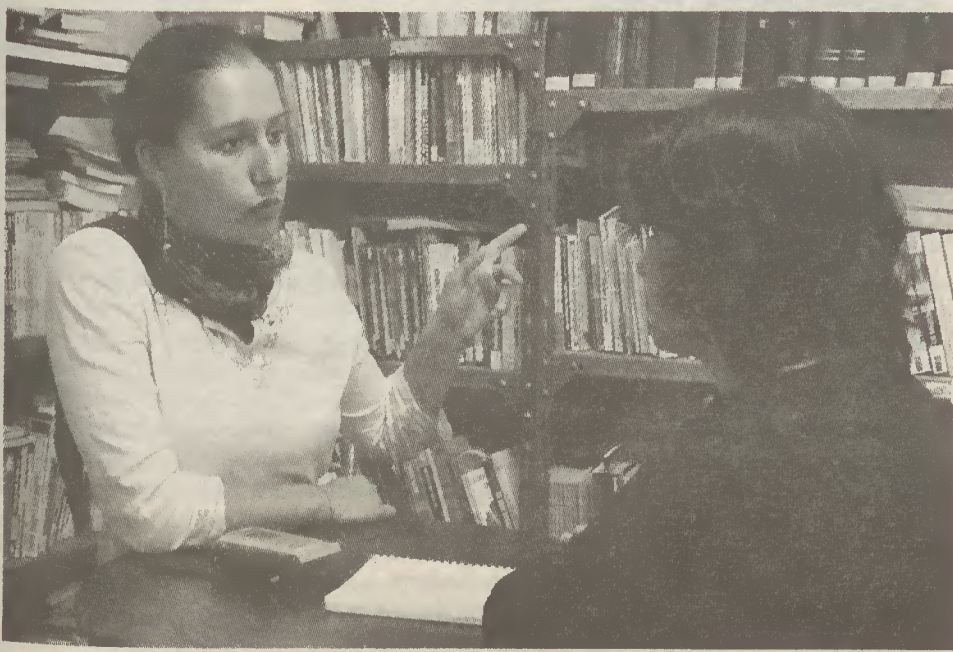
pensar assusta. Preferem ver o *Big Brother* e as telenovelas, porque é muito mais fácil ir para a cama a pensar sobre o próximo concorrente a ser expulso da casa do que o que se pode fazer para mudar as coisas», considera Rita.

O diagnóstico parece bastante negativo, mas Rita não desanima. «A JCP é dos poucos sítios onde encontramos alento e força para continuar a lutar. Não vou mudar o mundo sozinha», sublinha.

ser explorados pelas multinacionais. Pelo preconceito de se denominarem trabalhadores, considerando-se superiores aos operários fabris ou aos funcionários públicos. O erro está na interpretação de um discurso que é bastante coerente e dos poucos que vai directo às questões. O discurso da JCP critica e aponta soluções», considera.

Rita conhece esses preconceitos há muito tempo. «Quando era mais nova queria ser da JCP, mas o meu pai disse que não, que era mal visto pela sociedade. Ele vive muito no preconceito, ele e as pessoas em geral. Isso é uma coisa que me entristece, mas ao mesmo tempo dá-nos força para continuar. Às vezes quando estamos a distribuir um papel do Partido as pessoas ficam a olhar de lado e parece que têm vergonha. Tenho a certeza que há pessoas que guardam o papel e quando chegam a casa o lêem.»

No sábado e no domingo, Rita estará em Setúbal a participar no Congresso da JCP. Como militante, aponta como uma das prioridades da reunião magna encontrar estratégias para «chegar às pessoas neste momento em que se fala em crise generalizada e reforçar a organização, através da coesão interna».



Rita Rato

Organização do Ensino Superior de Lisboa, Rita vê na JCP «um espaço onde temos voz». «Cada vez que saímos à rua ou fazemos um protesto, cada vez que materializamos um protesto e fazemos com que seja discutido no Parlamento, valorizamos a nossa ideologia e os nossos valores», defende.

«Uma coisa que sempre admirei muito nos militantes da JCP e do PCP foi o espírito de entrega. Isso não se verifica em mais nenhum partido. Há colegas que me perguntam: «Tu és mesmo comunista? Quanto é que pagam para distribuir papéis? Quando precisarem de alguém...» As pessoas nem acreditam que estamos aqui para mudar as coisas sem pensar no lucro. Noutro dia uma colega diziam-me: «Estamos em Ciência Política, é sempre bom ligarmos a algum partido. Se calhar vou-me filiar.» Eu disse-lhe que não se podia filiar na JCP sem convicções», conta.

«Se estivesse noutro curso de certeza que também tinha vindo para a JCP», diz Rita. «Hoje por acaso adorei a aula de Sistemas Políticos porque o professor esteve a falar do Che Guevara, mas muitas vezes temos de ouvir que o Marx é

nossa opinião. Estão sempre a dizer: «Tu nunca hás-de ir a lado nenhum, vocês nunca vão mudar nada.» Assim sendo nunca tinha havido nenhuma revolução. Se perante um aparente indício de derrota as pessoas desistissem, o mundo não evoluía.»

Análises

Se qualquer militante da JCP pensa muito na sociedade e na política, uma estudante de Ciência Política pensará ainda mais. E vai chegando a conclusões. «A esfera do político está à parte. Aí é que está o erro. É errado as pessoas circunscreverem a política aos jogos de poder. Estão a prescindir de um direito e de um dever cívico», afirma Rita Rato.

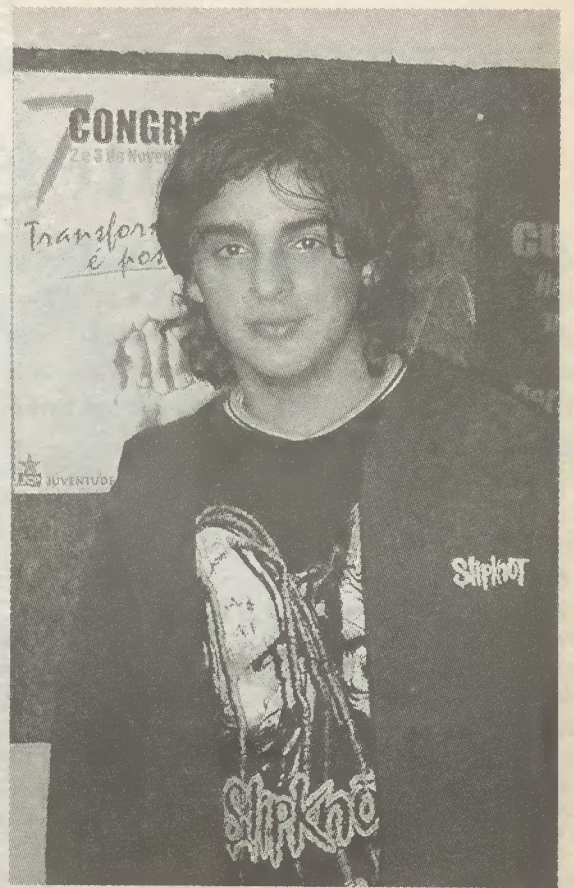
«Para mim a política, acima de tudo, é dever de cada um. A política está em tudo. Compramos *A Bola* ou o *Record* e está lá política. As pessoas circunscrevem a política a uma elite e muitas vezes prescindem de ir votar e pensam que «eles» lá decidem as coisas no Parlamento. As pessoas abstraem-se da política e de pensar. Deixaram de viver, sobrevivem, arrastam-se, não querem pensar porque

Rita prossegue: «A política está muito desacreditada. O discurso de uma sociedade mais justa, que lute por valores de igualdade e de paz, tem de chegar às pessoas. Muitas vezes as pessoas não se consideram a elas próprias como «trabalhadores» e, quando a gente fala nisso, pensam: «Lá estão eles com os trabalhadores.» Preferem estar fechados no Monumental a



Como chegar ao Congresso

O Pavilhão das Manteigadas, na cidade de Setúbal, acolhe o 7.º Congresso da JCP. É fácil lá chegar, mesmo para quem não conheça. Basta seguir o mapa



Miguel Valadares, de Gaia «A JCP é o que quisermos fazer dela»

Miguel Valadares, de 15 anos, é militante da organização do ensino secundário de Vila Nova de Gaia desde Janeiro. O contacto com a JCP foi feito através de um amigo, mas Miguel já conhecia a organização por ter participado em debates.

Miguel juntou-se à JCP para mudar o mundo. «Na nossa sociedade há cada vez mais diferenças entre pobres e ricos», afirma. É para acabar com todas as injustiças que Miguel luta diariamente, como militante.

O seu dia-a-dia é feito igualmente do associativismo. A frequentar o 10.º ano na Escola Secundária António Sérgio, Miguel pertence à associação de estudantes e ao conselho pedagógico. Mas a Juventude Comunista nunca é deixada para trás. «A JCP é o que quisermos fazer dela», garante. Daí a importância que dá à militância política activa.



Encontro de Imigrantes promovido pela USL analisa situação actual e traça linhas de acção

Integrar em vez de reprimir

A União de Sindicatos de Lisboa/CGTP, promotora do Encontro de Imigrantes realizado no passado domingo, repudiou as medidas repressivas adoptadas pelo Governo e apelou aos trabalhadores estrangeiros para que se unam em torno dos sindicatos da CGTP.

Um dos temas fortes do Encontro foi o projecto de lei do Governo que revê as condições de entrada, permanência, saída e afastamento dos imigrantes do território nacional. Para a USL, este projecto, que é suportado, como já vem sendo hábito, por uma autorização legislativa, é inconstitucional, pois viola os direitos, liberdades e garantias dos

O Governo opta pela repressão ao apresentar o novo projecto de lei

cidadãos e desrespeita os mecanismos de audição exigíveis nestas circunstâncias.

A União considera, na moção que o Encontro aprovou, que este projecto de lei tem na sua génese uma «desajustada visão policial e uma inaceitável desconfiança geradora de reacções xenófobas e racistas sobre a intervenção dos imigrantes na

sociedade portuguesa. Este documento está, assim, «claramente associado à estratégia do Governo PSD/PP de precarização e embaraçamento do custo do trabalho, desregulamentação e nivelamento, por baixo, das relações laborais».

Para a estrutura sindical, esta iniciativa legislativa agravará ainda mais os problemas dos imigrantes pois pode contribuir para a instalação de um clima de insegurança e medo nestas comunidades. O projecto, a ser aprovado, levará também ao «aumento do número de trabalhadores ilegais, susceptíveis de serem utilizados por empregadores de mão-de-obra para os explorar no quadro da economia subterrânea». A fragilização dos imigrantes que, vendo recusa-

do o pedido de legalização, se vêem envolvidos em cenários de exclusão social, será outra das consequências.

«Portugal enquanto país com uma forte comunidade emigrante espalhada pelo mundo tem obrigação de ter uma atitude coerente e responsável relativamente a esta matéria» e não pode fazer aos estrangeiros em Portugal aquilo que rejeita para os portugueses espalhados pelo mundo, considera a União.

É necessária outra política

A solução para os problemas da imigração passa por uma outra política, que garanta a todos os cidadãos a

mesma dignidade e igualdade perante a lei, independentemente da sua ascendência, sexo, raça língua ou território de origem. Em suma, que garanta a autorização de residência para todos os imigrantes, «enquanto elemento fundamental de cidadania no plano económico, social e cultural».

Para além de exigir a declaração de inconstitucionalidade do projecto do Governo, a USL aprovou um conjunto de reivindicações tendentes a melhorar a vida dos que escolheram Portugal para residir e trabalhar: a legalização imediata de todos os trabalhadores; a atribuição da autorização de residência a todos os imigrantes; a concretização de medidas que

promovam o efectivo reagrupamento familiar, salvaguardando a estabilidade emocional dos trabalhadores; a garantia de que os descontos efectuados serão considerados na carreira contributiva aquando da reforma; a criminalização das entidades patronais que não cumpram a lei; a paragem da intervenção repressiva do SEF; o cumprimento escrupuloso do princípio «a trabalho igual salário igual».

Para além das exigências, a estrutura sindical fez ainda um apelo aos trabalhadores imigrantes para que se sindicalizem nos sindicatos da CGTP e participem na vida organizativa do movimento sindical para melhor defenderem os respectivos direitos.

No Instituto de Reinserção Social Greve com forte adesão

A greve dos trabalhadores dos centros educativos do Instituto de Reinserção Social, realizada nos passados dias 24 e 25, saldou-se por uma forte adesão. Estes trabalhadores opõem-se às intenções do Governo de despedir mais de 100 funcionários que embora realizem funções de carácter permanente apenas possuem contratos a prazo.

Em causa, para além do emprego de mais de 100 pessoas, vai estar o normal e

regular funcionamento destes centros, com o regresso das horas extraordinárias previamente previstas, o trabalho em dia de descanso semanal e complementar e o aumento das cargas de trabalho dos trabalhadores do quadro para níveis inaceitáveis.

No primeiro dia da greve, as adesões foram bastante elevadas, rondando os 90 por cento a nível nacional. Em diversos locais chegou mesmo aos 100 por cento.

Desemprego anunciado

Os trabalhadores da TV Guia Editora, do grupo RTP, estão preocupados com a ameaça de despedimentos decorrente da possível aquisição desta empresa pelo grupo Cofina. Reunidos em plenário do passado dia 24, os trabalhadores rejeitam qualquer processo de emagrecimento da empresa que assente na exclusão de trabalhadores com base em listas individualizadas de pessoas a dispensar, exigindo a imediata suspensão de quaisquer processos de rescisão selectiva de contratos de trabalho. Assim, qualquer medida tendente à diminuição de postos de trabalho terá de ser previamente discutida com as organizações representativas dos trabalhadores. O plenário considerou ainda que os resultados negativos registados nos últimos anos, atribuíveis exclusivamente a erros de gestão, não apagam o estatuto de prestígio e qualidade que a empresa conquistou ao qual o contributo dos trabalhadores não é alheio. Os trabalhadores entendem também que a

alienação da empresa se prende com estratégia da RTP e não com problemas de viabilidade das revistas Guia e TV Guia.

Na Agência Lusa, a intenção da administração em reduzir os efectivos está igualmente a preocupar os trabalhadores, bem como o Sindicato dos Jornalistas. Esta intenção teve a sua primeira expressão no envio de cartas pela administração a cinco jornalistas contendo as propostas de rescisão. Posteriormente, a administração comunicou por intermédio de uma nota interna a sua intenção.

O SJ tomou conhecimento que a administração teria dado instruções no sentido da realização de uma avaliação de desempenho até ao final de Novembro. A direcção do sindicato rejeita os métodos utilizados pela empresa na abordagem a vários jornalistas com o objectivo de promover o seu despedimento e reclamou a cessação do processo de negociação de um método de avaliação de desempenho.

Realizou-se no passado dia 24, em Lisboa, um encontro nacional sobre doenças musculoesqueléticas, organizado pela federação dos sindicatos das indústrias eléctricas (FSTIEP/CGTP). Nesse encontro, os trabalhadores presentes aprovaram um Caderno Reivindicativo, entretanto discutido em plenários nas empresas, e que foi depois entregue no Ministério do Trabalho.

A tendinite, provocada pelo trabalho repetitivo e que pode conduzir à incapacidade permanente da pessoa afectada, resulta dos elevados ritmos de produção, muitas vezes impostos por

FSTIEP debate doenças profissionais Tendinite pode ser evitada

máquinas, que obrigam os trabalhadores a efectuar milhares de movimentos iguais ou semelhantes durante a jornada de trabalho. Esta doença, que afecta actualmente mais de 5 mil trabalhadores do sector das indústrias eléctricas, é acelerada pelas pressões das chefias, desconforto ambiental e a instabilidade no emprego.

A FSTIEP acusa o patronato de conhecer as causas da doença e de nada fazer para a evitar. Como medidas imediatas de prevenção da doença, a federação propõe a diversificação das tarefas do trabalhador sem desvaloriza-

ção profissional, a institucionalização das pausas horárias de 10 minutos e a redução do horário semanal para as 35 horas.

O carácter «criminoso» do Governo e do patronato fica patente com as medidas que propõe, no sentido oposto às exigidas pelos representantes dos trabalhadores. Com a possibilidade de prolongamento da jornada de trabalho proposta pelo «Código de Trabalho», o número de portadores de tendinite crescerá exponencialmente e a gravidade das lesões seria irremediável, acusa a federação.

Recentemente, o Governo

introduziu alterações na gestão da reparação da saúde dos trabalhadores vítimas de doença profissional. Estas mudanças levaram ao cancelamento das baixas ao fim de 30 meses (o que viola a lei), às longas demoras no reembolso das despesas com medicamentos, e, considerando os trabalhadores como doentes profissionais, declará-los, ao mesmo tempo, aptos para realizar o trabalho que provocou as lesões, sem quaisquer restrições. O Governo decidiu também que estes trabalhadores não têm o direito a receber a prestação referente ao subsídio de férias.

Despedimentos prejudicam combate à droga

A Direcção do Sindicato Nacional dos Psicólogos solicitou uma audiência ao ministro da Saúde com o objectivo de clarificar a situação profissional de centenas de psicólogos que trabalham, com vínculo precário, no ex-SPIT (Serviço de Prevenção e Tratamento das Toxicodependências) e ex-IPDT (Instituto Português da Droga e Toxicodependências). Com a fusão das duas ins-

tuições, já consumada, cerca de duas centenas de trabalhadores poderão ser despedidos e, conseqüentemente, vários Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) encerrados.

Respondendo a um convite endereçado pelo sindicato, diversos psicólogos de CAT's de todo o País reuniram-se em Lisboa e manifestaram uma enorme apreensão relativamente ao seu futuro profis-

sional, bem como ao futuro das unidades especializadas onde trabalham e, conseqüentemente, à possível regressão do estudo da prevenção e tratamento da toxicodependência em Portugal.

De acordo com os seus relatos, são vários os CAT's onde apenas trabalham psicólogos com contratos precários e que, desse modo, encerrarão. Nesta situação estão, entre outros, os CAT's

de Chaves e do Barreiro. Noutros, o elevado número de trabalhadores com esse tipo de vínculo laboral gerará grandes deficiências funcionais. Os psicólogos presentes na reunião consideram ainda que o despedimento de profissionais que trabalham na área da prevenção e tratamento das toxicodependências poderá pôr em causa, não só os psicólogos mas a saúde dos portugueses.

União das IPSS boicota negociação

Os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social estiveram ontem em greve, tendo participado igualmente nas acções englobadas no dia nacional de luta da CGTP. Estes trabalhadores e as suas organizações sindicais, nomeadamente o SPGL, exigem o reconhecimento do direito à negociação colectiva, boicotada pela União das IPSS no início deste ano. Desde Março que os

sindicatos esperam uma resposta da união à proposta de Contrato Colectivo de Trabalho apresentada, que previa um aumento mínimo de 6 por cento ou 38 euros.

Segundo o SPGL, os mais de 61 mil trabalhadores destas instituições são, assim, profundamente prejudicados dado que «muitas direcções só os aumentam quando são obrigados pela contratação colectiva e depois de as tabe-

las salariais serem publicadas no Boletim de Trabalho e Emprego».

Os trabalhadores reclamam do Ministério do Trabalho medidas que obriguem a União das IPSS a reunir com as organizações sindicais.

Esta situação é mais escandalosa tendo em conta que as participações financeiras da Segurança Social e do Estado foram aumentadas no início deste ano. O SPGL não

compreende a atitude de um Ministério que financia as instituições e nada faz para que a União das IPSS cumpra as suas obrigações como associação patronal. No passado dia 25, dirigentes e delegados sindicais estiveram na sede da união com o objectivo de retomar as negociações. O presidente da União, padre Maia, recusou-se a reunir, por não «haver condições para tal».

Alarga-se a frente de luta dos trabalhadores

Protesto mais global

Cumriu-se ontem o dia nacional de luta dos trabalhadores contra a política do Governo. A CGTP mantém bem firme a sua oposição ao Pacote Laboral e à privatização da Segurança Social.

No âmbito desta jornada, foram marcadas acções de rua nas capitais de distrito do continente e das regiões autónomas, à excepção de Setúbal, que participou na concentração em Lisboa, juntamente com a USL, mobilizando milhares de trabalhadores na Praça dos Restauradores e na Assembleia da República.

Para além das concentrações, foram convocadas greves e paralisações em diversos sectores e empresas, alguns poucos dias depois desta jornada ser convocada. Para a CGTP, a jornada nacional de luta é a «expressão do repúdio unânime dos trabalhadores portugueses pelo anteprojecto de Código de Trabalho e pela lei de Bases

da Segurança Social em que o Governo vem insistindo, ao arrepio do bom senso e dos interesses reais do País». Estas acções de protesto representarão também que os trabalhadores não aceitam a redução dos seus salários e pensões nem o agravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, como prevê o orçamento de Estado.

A Intersindical opõe-se

Só uma luta global pode travar a ofensiva contra os trabalhadores

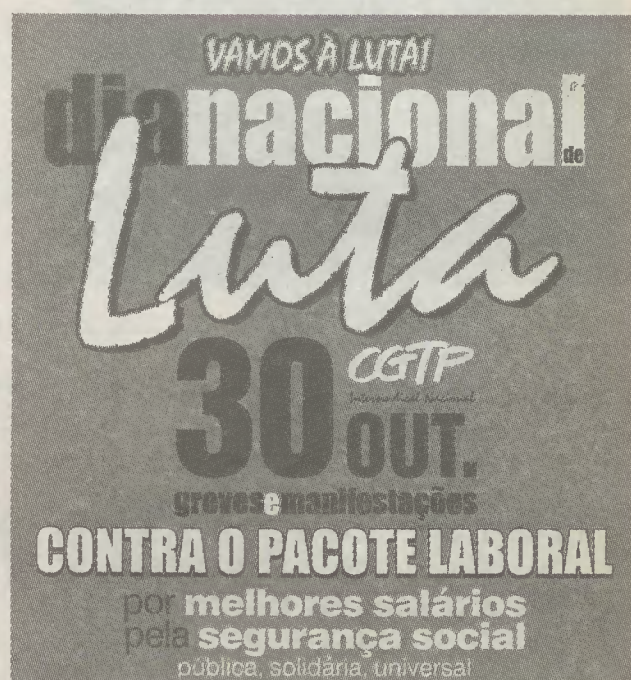
ainda ao que considera ser um simulacro de negociação que vem sendo encenado em torno do Pacote Laboral, patente nas próprias declarações do Governo, que afirma aceitar discutir métodos mas nunca os objectivos. São todos estes factores que, segundo a CGTP, justificam a intensificação dos protestos dos trabalhadores, que têm vindo a ganhar uma dimensão cada vez mais global.

Desde que foi decidida pelo plenário de sindicatos do passado dia 10, esta jornada de luta foi intensamente preparada. Nos mais variados sectores realizaram-se plenários, reuniões e muitas outras formas de contacto com os trabalhadores, nas quais se esclareceram os motivos da luta. Percebidas as razões e assumidos os compromissos, os sindicatos avançaram com o agendamento das acções concretas ao nível das empresas, sectores e distritos.

O dia nacional de luta, realizado ontem, contou com o apoio empenhado do PCP, que apelou, em diversas regiões do País, à participação dos trabalhadores nas acções previstas.

Lutar em unidade

Após a luta do passado dia 16, que contou com a maior mobilização de sempre no sector, os trabalhadores da administração pública juntaram-se ontem no protesto aos do sector privado. Para além de contestar o Pacote Laboral e a lei de Bases da Segurança Social, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública repudiou também as propostas de alteração ao estatuto de aposentação, os despedimentos na função pública e os entraves ao efectivo direito à carreira profissional.



Recentemente, declarações de responsáveis da UGT vindas a público através da comunicação social, responsabilizavam a estrutura da CGTP por uma alegada insuficiência de resposta à ofensiva do Governo. A Frente Comum reagiu afirmando que tem mantido desde Julho contactos com estruturas da UGT com o objectivo de procurar a unidade na acção. Recorde-se que a UGT não aderiu à jornada de luta da Função Pública do passado dia 16 e que, relativamente ao dia de luta realizado ontem, a UGT recusou qualquer acção comum, tendo a convergência ficado limitada a alguns sectores e empresas específicos.

Também a FENPROF reagiu a imprecisões verificadas em notícias divulgadas em diversos órgãos de comunicação social. Segundo essas notícias, publicadas no dia 23, a federação sindical dos professores apenas estaria a mobilizar educadores e professores dos ensinos básico e secundário, enquanto que os docentes do ensino superior estariam a ser levados para a luta por intermédio do SNE-Sup, afecto à UGT. A FENPROF desmentiu prontamente estas informações, lembrando as declarações de alguns dos seus dirigentes nas sucessivas conferências de imprensa realizadas sobre o assunto, bem como o próprio pré-aviso de greve.

Atentado à liberdade

Uma delegação da Interjovem levou a cabo acções de contacto com os trabalhadores em diversas superfícies comerciais do distrito de Lisboa. O trabalho sindical decorreu com normalidade em todas elas, excepto no Oeiras Parque, do Carrefour, onde a segurança privada tentou impedir o normal exercício da actividade sindical.

Os jovens sindicalistas mantiveram-se no local, reclamando respeito pelos direitos sindicais e insistindo junto da empresa o respeito pelos direitos sindicais. Não é a primeira vez que situações destas ocorrem em lojas do grupo Carrefour. Há alguns anos, na loja de Telheiras, a segurança chegou mesmo a agredir dirigentes sindicais.



Se a greve geral for convocada os trabalhadores da Tudor aderem, decidiu o plenário

Disponíveis para lutar

Os trabalhadores da Tudor estão disponíveis para «participar numa greve geral, caso ela seja necessária para inviabilizar as macabras intenções do Governo PSD/CDS-PP». Esta posição foi assumida no plenário de trabalhadores, realizado à porta da fábrica no passado dia 25, que também decidiu pela participação na grande jornada de luta realizada ontem por todo o País.

Rejeitando por completo o anteprojecto de Código de Trabalho, os trabalhadores da Tudor consideram especialmente gravoso a flexibilização dos horários, a cessação dos

contratos colectivos e o trabalho nocturno. Sobre esta última questão, a moção aprovada no plenário considera que esta proposta do Governo é um roubo que se faz aos trabalhadores. Em média, um trabalhador que trabalhe no turno das 16.45 horas às 2 da manhã perderia por mês 163 euros. Quem labore no horário de dois turnos ficaria prejudicado em 81 euros.

Os trabalhadores da Tudor exigem ainda a resolução definitiva do problema da qualidade do ar na zona. Há mais de um ano que o Sindicato dos Trabalhadores das

Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) e os órgãos representativos dos trabalhadores (ORT's) da empresa vêm contestando a emissão de poluentes atmosféricos pela Ferro Portugal, localizada ao lado da Tudor. Estes poluentes produzem efeitos devastadores nos automóveis e noutros equipamentos, pelo que os trabalhadores temem que possa ser igualmente lesivo para a saúde. Os trabalhadores exigem que administração e autoridade ajam neste caso e mandataram no SIESI e nos ORT's a direcção da luta contra este problema.

Vigilância da GNR sobre trabalhadores STAL exige esclarecimentos

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) condena a acção de vigilância que a GNR tem vindo a exercer sobre as movimentações dos trabalhadores, nomeadamente da administração local. A direcção do sindicato tomou posição, no final da passada semana, através de um comunicado da sua direcção nacional acerca de notícias vindas a público por intermédio de alguma imprensa, que divulgou um relatório «secreto» que confirmava as referidas acções de vigilância.

O STAL enviou uma carta ao ministro da Administração Interna na qual manifesta o seu «firme protesto e profun-

da rejeição» pelo que considera um «inqualificável ataque» contra os direitos dos cidadãos e das associações sindicais. O sindicato pretende ainda saber em que circunstâncias verificou essa vigilância, quais os meios utilizados e os fins a que se destinam as informações obtidas.

A missiva – que foi igualmente enviada ao Presidente da República, ao presidente da Assembleia da República, ao ministro das Cidades e ao chefe de estado-maior do Comando Geral da GNR – sublinha ainda que estes procedimentos violam claramente as garantias constitucionais e são uma ameaça ao regime democrático, «impon-

do-se por isso que sejam identificados e sancionados os eventuais responsáveis».

O STAL lamenta as declarações do ministro Figueiredo Lopes que, no próprio dia da publicação das notícias relativas ao caso, se referiu à necessidade das forças policiais estarem atentas à conflitualidade social e preconizou o reforço dos meios e da acção dos respectivos serviços de informações. O sindicato considera ainda preocupante que o Governo e a maioria parlamentar que o apoia tenham recusado a proposta de audição ao ministro da Administração Interna, solicitada pelos deputados do PCP.

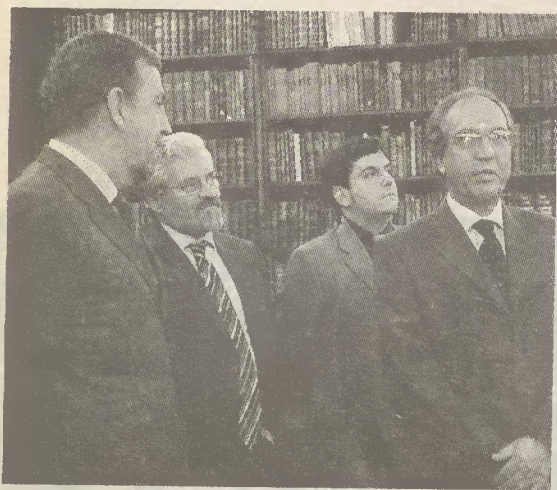
Mais uma morte na construção

No passado dia 18, morreu mais um operário da construção civil, numa obra no Algarve. Com mais esta morte, eleva-se para dez o número de trabalhadores da construção civil que morreram a trabalhar nesta região desde o início do ano.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Sul considera que a obra continha falhas graves ao nível da segurança, o que a Inspeção Geral do Trabalho viria a confirmar. A obra em causa situa-se junto de uma via de circulação com trânsito intenso, que produz vibrações no terreno. Este facto, aliado à chuva que se fazia sentir justificava plenamente, na opinião do sindicato, a

tomada de medidas de segurança suplementares.

O sindicato aguarda o resultado do inquérito ao acidente e espera que «haja coragem de aplicar as medidas previstas quando há crime de negligência» e alerta os presidentes das câmaras da região para a necessidade de fazer cumprir a lei que obriga à afixação em lugar visível da licença da obra e dos nomes dos técnicos responsáveis. Este problema, segundo o sindicato, faz-se sentir em 15 dos 16 concelhos algarvios e o sindicato não quer acreditar que «dezenas de obras em curso em vários concelhos sem qualquer identificação sejam clandestinas».



PCP reúne com Ordem dos Advogados

Uma delegação do PCP, constituída pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, por Bernardino Soares, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar comunista, e, ainda, Carlos Gonçalves, do Comité Central, encontrou-se, na segunda-feira, com o bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice.

O encontro inseriu-se num conjunto de outros já realizados com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e com o Procurador Geral da República, a quem Carlos Carvalhas colocou, também, as preocupações do PCP com a situação actual do País em matéria de alta criminalidade económica, criminalização da economia, branqueamento de capitais e corrupção e a questão da eficácia da resposta do Estado democrático de direito a estes problemas.

O PCP pensa que, independentemente da sua mediação, estão colocados à sociedade portuguesa graves problemas ligados à criminalidade sofisticada e de entrosamento das actividades criminosas com sectores de «economia legal», sendo conhecidas as opiniões de diversos especialistas que apontam para a existência de indícios de ligações das mafias da imigração ilegal com algumas empresas, dando depois origem a diversas operações de branqueamento.

A questão é, pois, saber que passos podem ser dados pelo Estado democrático em matéria de política criminal; de direitos, liberdades e garantia dos cidadãos e do acesso à justiça e ao direito; de controlo da manipulação dilatória, da morosidade e das prescrições; para defender a lei e, naturalmente, a própria democracia posta em causa por este estado de coisas.

Outras preocupações do PCP prendem-se com a «instabilidade» que o Governo semeou entre os trabalhadores da Função Pública na área da justiça - onde grassa a chicana política -, os incidentes nas relações do Governo com a Polícia Judiciária, certas alterações anunciadas à Lei Orgânica da PJ e, ainda, algumas alterações ao Código do Processo Penal que, a serem concretizadas por exemplo em matéria de segredo de justiça e do acesso aos autos pelos arguidos em prisão preventiva, poderiam inviabilizar a acção penal do Estado contra a criminalidade económica, sofisticada e organizada e as associações criminais.

Durante a semana, o PCP encontrou-se, ainda, com as associações sindicais dos Juízes, do Ministério Público e dos Funcionários de Investigação Criminal da PJ.

Eleitos da CDU no Algarve rejeitam restrições do OE em matéria de endividamento municipal

Populações prejudicadas

Com a participação de Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP e responsável nacional do trabalho autárquico, realizou-se, no passado sábado, em Faro, uma reunião distrital de eleitos da CDU nos diversos órgãos autárquicos da Região.

De acordo com a informação divulgada pela Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, na reunião ficou patente a viva oposição dos participantes às medidas e orientações do actual Governo, nomeadamente no que respeita às restrições contidas no Orçamento do Estado para 2003 em matéria de endividamento municipal, que profhem os municípios de contrair empréstimos para construção de habitação social e para

O Governo tenciona «enterrar» o processo de regionalização

complemento de financiamentos comunitários, em claro prejuízo do desenvolvimento e das populações. Repudiadas foram, ainda, as medidas anunciadas quanto às competências das autarquias, sem serem garantidas condições e meios para o seu exercício, e o «simulacro de descentralização e democratização» ao nível das estruturas desconcentradas da Administração Central, que traduzem a intenção do Gover-

no de «enterrar definitivamente» o processo de criação das regiões administrativas.

Por fim, os participantes rejeitaram os cortes nas transferências do Orçamento do Estado que, no caso do Algarve, em matéria de PIDDAC, significam «uma diminuição de 21% em relação ao ano anterior, acentuando ainda mais o carácter periférico da nossa Região».

Face à «incompreensível passividade» das autarquias da Região, os comunistas e outros democratas eleitos da CDU, comprometeram-se a tudo fazer para dar combate a esta política, nomeadamente através da denúncia pública das suas graves consequências para o progresso das comunidades locais e o desenvolvimento da Região.

Comprometeram-se, ainda, a reforçar a sua ligação com as populações e, com a sua participação, «contribuir para dar resposta e solução aos inúmeros problemas e carências que as afectam».

Por fim, os participantes reafirmaram a necessidade de melhorar o trabalho de coordenação e articulação entre os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos dos diferentes concelhos, designadamente com a criação de estruturas de acompanhamento regional que permitam potenciar a eficácia das orientações e do projecto autárquico da CDU, decidindo participar activamente na reflexão e debate preparatório da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local, a realizar no final do primeiro trimestre do próximo ano.

RTP 1 discrimina PCP

Em comunicado divulgado na segunda-feira, o Gabinete de Imprensa do PCP protestou contra a discriminação de que o PCP foi alvo no programa «Prós e Contras» da RTP 1 que, nesse dia, se debruçou sobre os problemas da saúde.

De facto, considerando as

participações no conjunto de três programas já emitidos, verifica-se a presença de personalidades ou dirigentes de todos os partidos representados na AR, com a excepção do PCP e de «Os Verdes», sendo que algumas correntes de opinião partidária já tive-

ram voz e representação em mais de um programa.

O PCP sublinha, entretanto, que nada justifica que, para um programa dedicado aos problemas da saúde, não tenha sido convidado nenhum deputado ou dirigente do PCP, partido com uma «valiosa intervenção

neste domínio de grande repercussão social» e que mais consistentemente tem apresentado propostas alternativas às políticas seguidas quer pelo PSD quer pelo PS.

Reafirmando que não se resignará perante preconceitos e discriminações «inadmissíveis no serviço público de televisão», o PCP reclama da RTP que «respeite as realidades políticas do país e as regras de um efectivo pluralismo a que está legalmente vinculada».

Idêntico protesto surgiu da parte da Comissão Concelhia da Amadora do PCP, para quem o debate da RTP 1 se encontrava à partida «viciado», uma vez que dele excluiu não só o PCP mas também a Comissão de Utentes do Hospital Sintra-Amadora, única no País e possuindo um tão amplo trabalho de recolha sobre os problemas concretos existentes que chegou a apresentar ao anterior Governo, à Assembleia da República e ao Presidente da República um «Livro Branco» sobre gestão hospitalar.

Assembleia em Alcochete

Sob o lema «Reforçar para Melhorar o Futuro», a Organização Concelhia de Alcochete do PCP realizou, recentemente, no Salão da Junta de Freguesia, a sua 7.ª Assembleia de Organização, que teve a participação de meia centena de delegados e cerca de trinta convidados.

Os delegados apreciaram o trabalho desenvolvido desde a 6.ª Assembleia, realizada em 1999, analisando criticamente as debilidades organizativas e intervenção política, com vista à definição das orientações políticas e objectivos orgânicos futuros.

Depois de ponderar as novas condições de intervenção política no concelho, a Assembleia concluiu que,

apesar da sua complexidade, o PCP conseguiu manter uma intensa actividade, comparativamente com outras forças políticas, não se remetendo à mera participação nos períodos eleitorais.

No decurso dos trabalhos, foi aprovada uma resolução onde, para além do reforço orgânico do Partido, se aponta para uma intervenção mais activa e militante em todas as áreas da vida política e partidária, particularmente no apoio e participação das lutas dos trabalhadores e das suas organizações em defesa do sistema público de

Segurança Social e contra o pacote laboral.

A Assembleia elegeu uma nova Comissão Concelhia, composta por 33 camaradas, cuja composição social corresponde à natureza de classe do Partido e à especificidade social do concelho. Destes, 33 por cento são mulheres e 27 por cento pertencem às faixas etárias mais jovens.

Virgílio Azevedo, membro do Secretariado do PCP, participou nos trabalhos e usou da palavra no encerramento da reunião magna dos comunistas de Alcochete.

DORA Açores

Congresso a 23 e 24 de Novembro

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, reunida recentemente, analisou alguns dos principais problemas da região, começando por defender a necessidade imperiosa de que seja sanada, ainda em 2002, a rotura verificada no financiamento do processo de reconstrução em curso.

No que respeita à possível evolução da organização dos serviços públicos regionais de televisão e rádio, a DORAA entende que é ao Estado que cabe assumir as obrigações essenciais destes serviços, devendo qualquer reestruturação acautelar os direitos adquiridos e os postos de trabalho e qualquer comparticipação financeira do Orçamento Regional obrigar à criação de uma ligação tutelar a um organismo dependente do órgão regional eleito.

A DORAA considera urgente a equiparação progressiva entre as carreiras dos trabalhadores das IPSS e dos trabalhadores da Administração Regional, cujo debate político vai procurar reabrir na Assembleia Legislativa Regional, e exige, em relação aos trabalhadores do sector portuário, a aplicação

da legislação nacional de reestruturação deste sector.

Motivo, ainda, de preocupação, para a DORAA, é a rescisão do contrato com diversos docentes do Departamento de Línguas da Universidade dos Açores, pelo que vai encetar esforços junto do Ministro da República e junto do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República para que a Tutela do ensino superior crie condições para a manutenção destes docentes.

Solidário com os trabalhadores da SINAGA - cuja produção e exportação de açúcar de beterraba devem ser consolidadas -, o PCP considera que a problemática desta empresa deve ser ligada ao estatuto de ultraperiferia, substituindo-se progressivamente o que resta do POSEIMA por programas concebidos à luz do referido estatuto da ultraperiferia.

Por fim, a DORAA resolveu adiar a realização do 7.º Congresso Regional do PCP para 23 e 24 de Novembro próximo e apela a todos os militantes para que participem desde já na sua preparação.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Luís Oliveira

Foi a enterrar, no passado domingo, 27 de Outubro, o camarada António Luís Oliveira, de 70 anos de idade, natural e residente no Couço. Membro do Partido desde 1958, foi nesse ano preso pela PIDE, em cujas cadeias permaneceu durante cinco anos e meio. Desenvolveu várias tarefas na Organização Local do Partido, sendo muito estimado por quantos o conheciam.

José Salvador

Faleceu em França, com 98 anos de idade, o camarada José Salvador, natural de Vila Franca das Naves, Trancoso, de onde emigrou aos 17 anos. Na Segunda Guerra Mundial, fez parte da Resistência, chegando a conhecer a prisão. Participou ao longo da sua vida em vários movimentos de solidariedade com os povos oprimidos e pela paz e com os presos políticos em Portugal. Distribuiu o Avante!

clandestino. Foi dirigente da Associação dos Originários de Portugal, em Montlignon, na região da Paris, onde viveu até à sua morte. Depois do 25 de Abril foi director do jornal «Notícias», uma voz democrática para a comunidade portuguesa em França. Foi agraciado pelo então Presidente da República, Ramalho Eanes, com a medalha Infante D. Henrique.

José Joaquim dos Santos Júnior

Faleceu, no dia 30 de Setembro, com 85 anos de idade, o camarada José Joaquim dos Santos Júnior. Militante do Partido desde 1943, encontrava-se organizado na freguesia de Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

«Em movimento, por um Portugal com futuro»

Há Estado a menos, não a mais

Com a acção «Em movimento, por um Portugal com Futuro», decidida na Conferência Nacional de Junho passado, que abarca um diversificado conjunto de iniciativas de reflexão e debate sobre diferentes problemas e questões da realidade nacional, o PCP quer «demonstrar» que os problemas com que o povo português e Portugal se confrontam «têm solução», disse Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido, na intervenção proferida no Acto Público de lançamento da iniciativa, realizado na terça-feira, em Lisboa (seguem-se extractos).

«Os problemas do País não se centram no exagerado nível do défice orçamental (mesmo se não somos adeptos do desregramento das contas públicas). Os problemas não são de Estado a mais, mas Estado a menos, na saúde, na educação, na ciência e na cultura. No impulso ao desejável desenvolvimento económico.

Os problemas do País não se centram numa

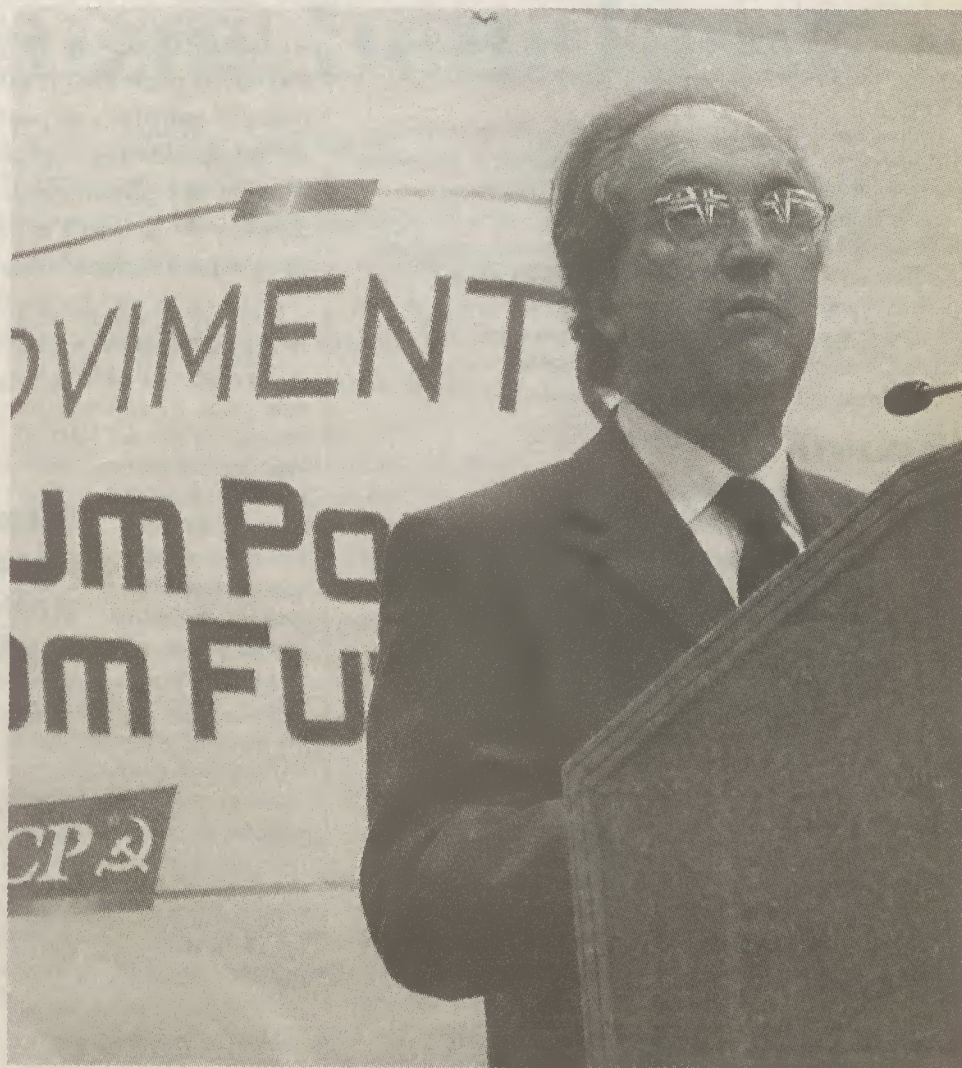
Os problemas do País não resultam do exagerado crescimento dos salários

administração pública hipertrofiada, ganhando de mais e fazendo de menos. Contrariamente ao que o bombardeamento mediático de cariz neoliberal nos pretende convencer, há funções do Estado onde não há trabalhadores da função pública a mais, mas a menos, como na saúde, no ensino, na cultura, na Justiça, nas forças de segurança civil, em inúmeras funções de fiscalização do cumprimento

das leis da República (fisco, trabalho, segurança alimentar, ambiente, etc.).

Os problemas do País não resultam do inadequado e exagerado crescimento dos salários da generalidade dos trabalhadores portugueses, ou de pretensos elevados níveis de absentismo e baixas fraudulentas, a exigir a regressão das relações laborais para os primórdios da revolução industrial. Bem pelo contrário, o País tem problemas, e problemas sérios, na sua estrutura económica porque as políticas de direita consolidaram, com poucas excepções, um perfil produtivo, fundamentalmente de baixo valor acrescentado e assente em mão-de-obra barata e crescentemente precarizada.

O País tem problemas orçamentais. Sim, e em primeiro lugar os que resultam de brutais e inadmissíveis níveis de fraude e evasão fiscais. De elevados privilégios e benefícios fiscais, em particular ao capital financeiro e especulativo. Problemas de



A iniciativa agora lançada será concretizada até final de 2003

A farsa do grande capital

«O que falhou na estratégia do grande capital nas políticas de direita ao serviço dos grandes interesses nos vários governos da alternância PS/PSD que a suportaram, para que hoje todos convirjam numa pessimista avaliação do estado da Nação? Na produtividade e competitividade da sua economia, nos estrangulamentos e problemas dos sistemas de saúde e da educação, no elevado grau de endividamento das famílias, e dos baixos níveis de poupança, nos riscos que corre a soberania do País com a transferência de importantes centros de decisão de sectores e empresas estratégicas para mãos estrangeiras?

(...)

Estão agora preocupados «com a vulnerabilidade do nosso tecido económico que poderá permitir que passem para fora do País os centros onde se decidem, por exemplo, as políticas energéticas ou financeiras» e constatarem «a fragilidade do tecido económico, industrial e financeiro perante eventuais ataques hostis ou especulativos» (Público, 25 de Outubro de 2002).

Estas preocupações dos líderes dos principais grupos económicos portugueses, de analistas e especialistas da realidade económica e social portuguesa, de membros ou ex-membros de governo, merecem alguma reflexão e breves anotações.

A primeira para evidenciar a farsa. Em Junho passado, José Manuel de Mello organizou em privado, na sua casa de Sintra, uma reunião com a participação da fina flor dos empresários portugueses, governantes e ex-governantes (de governos PSD e PS), banqueiros e juristas, para reflectir «sobre o futuro de Portugal e de como manter os centros de decisão no País». Na reunião participaram vários dos ministros do actual Governo (Ferreira Leite, Paulo Portas, Luís Filipe Pereira, Pedro Lynce). O Manifesto dessa reunião foi entregue, 6.ª-feira ao Presidente da República e ontem, 2.ª-feira, ao Governo. Isto é, o Governo recebeu agora um documento em cuja fermentação estiveram alguns dos seus principais membros!

A segunda anotação para denunciar a chantagem que assim é feita ao Estado português, procurando obter deste mais fundos públicos e a garantia de que todos os meios materiais e legislativos lhes serão fornecidos para permitir ao grande capital português assegurar nos processos de privatização anunciada pelo

Governo, o seu futuro domínio sobre importantes sectores e empresas estratégicas ainda hoje maioritariamente públicas. E vê-se no PS quem sugira como fazê-lo, dadas as conhecidas dificuldades financeiras actuais desses grupos, com recurso aos fundos públicos da Caixa Geral de Depósitos.

A terceira anotação para referir a desfaçatez com que tais propostas são anunciadas. E não se trata aqui de chamar à colação o pendor estatista e avesso ao mercado e à liberalização económica desses senhores. Mas apenas, de perguntar, e perguntar não ofende, o que fizeram alguns desses senhores de outras unidades económicas adquiridas em anteriores processos de privatização? O que fez o sr. José Manuel de Mello da Tabaqueira, peça central de qualquer centro de decisão da indústria agro-alimentar portuguesa? Entregou-a ao capital americano da Philip Morris! O que fez o sr. Champalimaud do Totta e do Crédito Predial Português, importante núcleo do centro de decisão financeira nacional? Entregou-o ao capital financeiro espanhol do Santander! O que fizeram outros da Sorefame, entregue à transnacional ABB, ou dos Estaleiros da Lisnave/Setenave e Viana do Castelo, com transferência em curso para o capital alemão, importantes núcleos do centro de decisão da indústria metalomecânica pesada do nosso país? E o que não foi entregue ao capital estrangeiro foi liquidado, como a Quimigal, a Siderurgia Nacional, decisivas unidades de potenciais centros de decisão de estratégicos sectores industriais!

A quarta para sublinhar a justeza da preocupação. Mas para afirmarmos que essa manutenção dos centros de decisão em mãos portuguesas passa pela posse pública do capital determinante nas empresas básicas e estratégicas (*golden shares*, posse pública, fim das privatizações). A privatização mesmo conseguida para mãos de capitalistas portugueses não dá qualquer garantia de que mais tarde não caia em mãos estrangeiras. E é uma evidência que a Caixa Geral de Depósitos, porque está na esfera pública, não corre esse risco. A fúria privatizadora tem sido uma política criminosa. É necessário pôr fim a esta política e impedir o que ainda é possível como é o caso da Rede Básica das Telecomunicações. Também aqui se exige que o Presidente da República não tenha uma posição de Pilatos.»

que os vários governos têm sido cúmplices activos. Pela reverência sacramental perante o sigilo bancário. Por falta de medidas no plano dos meios materiais e humanos para uma administração fiscal operativa e eficiente. Pela cumplicidade efectiva com a fuga legal permitida pelos *off-shores*. Pela oposição deliberada à tributação das mais-valias bolsistas e aos negócios accionistas das SPGS.

O País tem problemas de produtividade e competitividade da sua economia. Sim, mas esses não são

problemas resolúveis ao nível do mercado de trabalho, a não ser que se aceite como satisfatória a competitividade baseada no *dumping* social e ambiental. Há que repetir e sublinhar: os trabalhadores são vítimas e não causa desses problemas. Causas que estão suficientemente estudadas e divulgadas, para se admitir que se invoquem de boa-fé aqueles problemas como argumento e sustentação do retrógrado código laboral de Bagão Félix.

O País tem graves problemas sociais e inaceitáveis assimetrias regio-

nais, a que se somam crescentes problemas ambientais. Sim, problemas de gritantes e persistentes desigualdades sociais resultantes de uma injusta distribuição do rendimento nacional. Resultado de políticas ditas de moderação e contenção salarial. De resposta insuficiente aos baixos valores de pensões e reformas de milhares de idosos. Dos baixos rendimentos de inúmeras camadas intermédias, como pequenos empresários e trabalhadores por conta própria, de pequenos e médios agricultores.»

Responder aos problemas

«A rotura com a política de direita exige outras opções estratégicas fundamentais, que queremos aprofundar, complexificar e enriquecer e que várias vezes o PCP tem enunciado:

- Uma organização económica onde prevaleçam o interesse público e o interesse nacional, privilegiando a valorização, a complexidade tecnológica e o valor acrescentado da produção nacional de bens e serviços, e que, a par de importantes sectores e empresas privadas, de um importante contingente de dinâmicas micro, pequenas e médias empresas, haja um forte e modernizado sector público e serviços públicos.

- A revalorização do trabalho e dos trabalhadores, com melhores salários, empregos de qualidade e mais direitos. Objectivos a concretizar não apenas como uma exigência de justiça social, mas como uma condição e alavanca para o progresso do País.

- Um País desenvolvido em todo o seu território, com salvaguarda do ambiente, o que exige uma política de persistente e efectiva resposta às assimetrias regionais, um firme combate às agressões ambientais e uma decidida opção pelo ordenamento do território.

- O reforço, ampliação e aprofundamento dos direitos sociais do povo português, na saúde, na educação, na segurança social, no trabalho, no acesso à justiça, como

componentes inalienáveis de uma democracia à altura das necessidades e exigências do nosso tempo.

- O desenvolvimento de políticas de justiça, humanismo e progresso social, que permitam enfrentar as raízes de dilacerantes problemas de desintegração social, de violência e insegurança na vida colectiva, de desprotecção dos imigrantes, de grave dimensão da toxicodependência e das suas sequelas.

- Um novo rumo para a integração europeia, tanto em nome dos interesses do progresso e do desenvolvimento nacionais como em nome de uma Europa mais solidária e menos desigual, assente na cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, combatendo qualquer deriva federalista, que só pode agravar o fosso entre os cidadãos e as instituições, e reforçar influência dos países mais poderosos.

- Uma ordem internacional mais justa, pela mobilização de recursos para enfrentar os problemas ambientais e os problemas da fome, da doença e da miséria, que atingem dramaticamente grande parte da humanidade, por um mundo de paz e cooperação. Não tencionamos contemporizar com a agressividade e arrogância do imperialismo norte-americano, que af está de novo ateando os ventos da agressão e da guerra, com as devastadoras consequências sociais, económicas e políticas da globalização capitalista.»

AMADORA Aprender em contentores

Os 224 alunos da Escola n.º 2 da Buraca e do Jardim de Infância n.º 3 o Alto da Cova da Moura, respectivos professores e auxiliares de educação estão há mais de três anos a funcionar em 8 contentores, enquanto aguardam a conclusão das obras de requalificação das referidas escolas que, paradas desde Março deste ano, parecem não ter fim à vista.

A denúncia pertence à Comissão Concelhia da Amadora do PCP, que acusa ainda o presidente da Câmara e os vereadores do PS de procurarem fugir ao contacto com os pais para evitarem compromissos quanto a datas para conclusão das obras. Solidários com a luta de pais, professores e auxiliares de educação, o PCP exige, pois, a rápida resolução do problema e o restabelecimento urgente do diálogo com os pais dos alunos, apelando, ainda, à comunicação social para que denuncie a situação que se vive nestas escolas.

AMARANTE Saúde degrada-se

A Comissão Concelhia de Amarante do PCP está preocupada com a situação do Centro de Saúde, onde, devido a uma política de contenção e de redução de pessoal, o atendimento tem vindo a degradar-se e a ser posta em causa a resposta daquela unidade de saúde às necessidades da população. Em vez de despedir os trabalhadores, impunha-se era o reforço do pessoal com vista a humanizar os serviços e torná-los eficazes, defende o PCP, para quem a política deste Governo pretende apenas «descredibilizar» o sistema nacional de saúde, «de forma a ciar a ideia de que o que é público é mau e só o privado é bom». Ou seja, aprofundar as diferenças entre «os que podem pagar e recorrer aos privados e os que não o podem fazer».

COVILHÃ Argumentos que não colhem

A decisão da Câmara Municipal da Covilhã de retirar o suplemento compensatório aos trabalhadores cujas funções acarretam graves riscos para a sua saúde e segurança, mereceu a «veemente condenação» da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, para quem os argumentos aduzidos pela autarquia, de falta de regulamentação legal, «não colhem». O PCP acusa, ainda, a Câmara de ter tomado aquela medida «sem diálogo» e «sem procurar encontrar com a estrutura representativa dos trabalhadores uma solução que ultrapasse as «invocadas» dificuldades legais», penalizando mais uma vez os trabalhadores que, afinal, não deixam de «estar sujeitos a penosas e perigosas funções». Para o PCP, a redução de despesas à custa dos trabalhadores «contrasta» com outras decisões da autarquia, designadamente a de remunerar os membros do Conselho de Administração do SMAS - já vereadores a tempo inteiro - com senhas de presença na ordem dos 185 euros.

SETÚBAL Um golpe fatal na Saúde

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP contesta o novo modelo de gestão hospitalar, aprovado em 29 de Setembro na Assembleia da República, considerando que ele conduz ao desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde. A nova lei, refere, põe fim à transparência da contratação dos profissionais, ao acabar com os concursos públicos de médicos, enfermeiros e outros técnicos, os quais passam a ser recrutados por contratos individuais de trabalho. Transformados em sociedades anónimas de capitais públicos, nos hospitais passam a poder ser criadas unidades de gestão exclusivamente privadas que, em vez de garantir melhoria e a universalidade de cuidados de saúde, irão gerar novas assimetrias e desigualdades no atendimento e tratamento dos doentes, entregando à iniciativa privada as actividades mais rentáveis. A concelhia sublinha que, tal como noutros sectores estratégicos da indústria a privatização não trouxe mais riqueza ao País, também na Saúde ela é uma afronta à democracia.

ÓBIDOS Projectos da CDU em andamento

A Comissão Concelhia de Óbidos do PCP congratula-se com o facto de a nova Câmara Municipal ter adjudicado a empreitada para a construção da barragem no rio Arnóia, manifestado a intenção de devolver o equilíbrio ecológico à Lagoa e avançado com o processo de candidatura de Óbidos a município mundial, projectos da CDU que, «brilhavam pela ausência» ou por «um tom reticente» no programa do PSD. Mas, pouco «descansada» relativamente à sua concretização, espera que estas iniciativas «não se fiquem pela exploração mediática» e que a população e as forças vivas do concelho venham a ser nelas envolvidas.

OE defrauda as expectativas das regiões
- concluem organizações regionais do PCP

PIDDAC adia desenvolvimento

As organizações do PCP continuam a analisar o PIDDAC para 2003, concluindo unanimemente que ele confirma as piores previsões, agravando as desigualdades regionais e ignorando os problemas das populações. Vão, assim, apresentar, através do Grupo Parlamentar, um conjunto de propostas fundamentais para as suas regiões.

Esta é, designadamente, a opinião da Comissão Distrital de Bragança do PCP que, num primeiro comentário, considera que o PIDDAC mantém uma profunda desigualdade nos investimentos da administração central, continuando Bragança a ser discriminada nos investimentos públicos.

Aliás, o PIDDAC 2003 enferma dos mesmos erros que o PSD criticava quando era oposição, ou seja, continua a contabilizar elevadas verbas que nada têm a ver com investimento.

Impõe-se, pois, para a Distrital de Bragança, que o Governo reveja os seus critérios e aumente o investimento público no distrito e construa as obras estruturantes e necessárias.

Entretanto, como a maior das propostas que vai procurar introduzir tiveram, no ano passado, o voto favorável dos deputados do PSD, espera que este partido, agora no Governo, volte a apoiá-las.

A Direcção da Organização Regional de Santarém, por sua vez, diz que o Orçamento do Estado para 2003 «vai fortemente contribuir para um

maior clima de retração da economia e de penalização dos rendimentos dos portugueses. Quanto ao PIDDAC, que sofre uma queda de 436,6 milhões de euros, é «um bloqueio completo do investimento, no caso das autarquias «com o sério risco de interrupção de projectos em curso e de per-

O OE para 2003 vai penalizar os rendimentos dos portugueses



Aspecto da conferência de imprensa da Distrital de Bragança

das de meios comunitários». No distrito de Santarém, considerando as dotações afectas a cada concelho, elas descem em 15 concelhos relativamente a 2002, com quebras que atingem, por exemplo, menos 60%, em Santarém; menos 82,90% em Benavente; menos 96,91% em Rio Maior; menos 91,20%, no Sardoal.

Para a Direcção da Organização Regional de Setúbal, o desinvestimento do Governo na Região é «brutal», não é lançada qualquer obra e são cortados 47 projectos e obras que estavam em fase de concretização. Um «mar de cortes», onde apenas aparece um sector com verbas aumentadas - o ferroviário com mais 78% para os projectos em curso (Eixos Ferroviários Barreiro/Setúbal, Coima/Pinhal Novo e Metro Sul do Tejo).

Investimento diminui

«Um pesado garrote para os trabalhadores, as autarquias

contribuir para o desenvolvimento da região, ficam «mais uma vez adiados».

A Direcção da Organização Regional de Portalegre considera mesmo que o OE e o PIDDAC para 2003 prolongam a «saga da discriminação negativa» do distrito que vê reduzido o esforço de investimento em cerca de menos 8 por cento. O PIDDAC não especifica projectos há muito considerados determinantes - construção da Barragem do Pisão e do IC 13 - e, apesar das declarações de responsáveis políticos do PSD terem afirmado que eles estão contemplados no bolo das verbas dos vários ministérios, o PCP tem dúvidas que assim venha a ser.

Por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP conclui que o PIDDAC, «quer pelo volume de investimento quer pelas obras previstas» para o distrito, mostra claramente que a «situação periférica e de atraso do distrito» relativamente às médias do País, «é para continuar e, previsivelmente, para se agravar». O PIDDAC «defrauda mesmo as expectativas criadas», nomeadamente com a não inclusão de algumas obras previstas no PIDDAC 2002.

Enquanto, para a Comissão Concelhia da Amadora, o OE 2003 «prossegue e acentua o processo de marginalização do concelho no investimento público», para a Comissão Concelhia de Sintra ele «deixa de fora» muito do que é essencial para a população.

Alemanha

Portugueses contra fecho do consulado

«O povo unido jamais será vencido!», «Não ao encerramento do consulado de Osnabruck!», foram algumas das palavras de ordem entoadas na manifestação realizada no passado domingo pela comunidade portuguesa naquela cidade alemã que contou com a presença de uma delegação do PCP composta por João Armando, membro do Comité Central, Rui Paz e António Navalhas, do organismo de direcção do Partido na Alemanha.

A acção de protesto começou com uma missa celebrada pelo pároco Victor Coutinho que a dado momento salientou que «não é cristão apoiar só o que dá lucro» e exaltou os cristãos a envolverem-se «activamente na política por objectivos de justiça».

A manifestação percorreu algumas artérias debaixo de uma chuva torrencial, as muitas centenas de pessoas dirigiram-se em seguida para o salão da cidade onde decorreu a sessão final.

O vice-presidente da Câmara manifestou a sua solidariedade para com a comunidade portuguesa tendo sido muito aplaudido quando afirmou «além do grande temporal hoje, a bandeira de Portugal

permaneceu içada no mesmo lugar, oxála que seja assim por muitos anos».

Nelson Rodrigues, em nome do Grupo Coordenador da acção de protesto, questionou por diversas vezes o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, ausente, nomeadamente se «quer servir a comunidade ou desprezar a comunidade?», ou ainda, «Portugal pode contar connosco, poderemos nós contar com

o Estado português?», acabando por concluir que «nós já ganhamos! Ganhamos voz e descobrimos a nossa própria força».

Victor Estradas, Presidente da Federação das Associações Portuguesas, encerrou a sessão com palavras de estímulo para a continuação da luta da emigração portuguesa na Alemanha.

Em representação do PCP, o camarada João Armando interveio saudando a justa luta da

comunidade portuguesa em defesa da manutenção do consulado, salientou ainda o facto de na Assembleia da República, através da deputada Lufsa Mesquita, o PCP ter dirigido um requerimento questionando o Governo sobre as suas intenções em relação a este consulado. Denunciou a política do Governo para as comunidades portuguesas, que se tem pautado unicamente por medidas economicistas.

Chaves

Histórias que se repetem

Nove meses passados sobre a tomada de posse do actual executivo da Câmara de Chaves, do PSD, viram-se contra este partido as acusações que, enquanto oposição, fez ao PS, de «compadrio», «incompetência técnica» e «passividade».

De facto, repetem-se as histórias de compadrio, como no caso da esplanada da Pensão Jaime e no parque de estacionamento da Mac Donalds; as de incompetência técnica, por exemplo, no Parque das Freiras, recta do

Raio X e Piscinas; e, ainda uma «estranha» passividade do executivo em relação ao «eterno» adiamento da UTAD e à perspectiva de portagens no IP3.

A denúncia pertence à Comissão Concelhia de Chaves do PCP, que acusa, ainda, o actual executivo de não ter considerado qualquer verba para o pólo da UTAD, no PIDDAC para 2003, sendo certo que o PIDDAC de 2002 considerava 1.291.887 euros para 2002 e 4.618.395 para 2003. Mais, o próprio presi-

dente da Câmara Municipal de Chaves, quando na oposição, fez parte de um movimento que reivindicava a construção deste pólo.

Assim, para a Concelhia de Chaves, está na hora de se exigir «transparência e seriedade» no funcionamento do executivo, acabando de vez com «situações pantanosas» (no emprego e nas obras); «firmeza e mobilização» das populações em defesa do IP3 livre de portagens e da construção da UTAD; rápida conclusão das obras mais prementes.

BARREIRO Solidariedade entre trabalhadores

A célula do PCP da EMEF/Barreiro está solidária com a luta dos trabalhadores da EMEF da Figueira da Foz «contra a chantagem, os despedimentos encapotados e as arbitrariedades» naquela empresa, cuja grave situação se deve às «opções da tutela» e a uma «gestão ruínoza», ou seja, aos sucessivos governos de direita, às administrações da EMEF, pelo seu silêncio e conivência com a degradação económica e produtiva da empresa e à administração da CP que, apesar de única accionista, parece permanentemente empenhada na sua destruição.

A célula do PCP espera, pois, que a luta dos trabalhadores da EMEF/Figueira da Foz seja o ponto de partida de uma luta de todos os trabalhadores da empresa em defesa dos postos de trabalho e por uma EMEF «dinâmica e produtiva» e por «um sector ferroviário com um comando único», ao serviço das populações e do País.

ALENTEJO Contra alargamento da CCRA

A Direcção Regional do Alentejo do PCP está contra o alargamento da CCRA aos 11 municípios de Santarém, até porque é «inaceitável» que o faça sem sequer ouvir as autarquias da região.

Há outras formas de assegurar aos municípios de Santarém a possibilidade de poderem continuar a candidatar-se aos fundos comunitários inseridos no objectivo I, diz a DRA, o que «não se pode aceitar» é a imposição de uma solução que põe em causa a coerência da única região do País que disse «clara e inequivocamente sim à regionalização e à Região Alentejo».

O alargamento da CCRA aos municípios de Santarém, de dinâmicas muito distintas dos do Alentejo, «contraria frontalmente qualquer lógica de planeamento e ordenamento territorial» pelo que o Governo, se quer resolver o problema, «deve criar uma nova NUT II» que envolva todos os municípios que quer retirar da Área Metropolitana de Lisboa e, eventualmente, outros que com eles se identifiquem.

MOITA Questões autárquicas em debate

O presidente da Câmara Municipal da Moita, João Lobo, o eleito da CDU na Assembleia de Freguesia da Moita, António Domingos, e Valdemar Santos, membro do Comité Central do PCP, deram início, na passada sexta-feira, ao segundo ciclo dos «Debates sobre questões autárquicas», cuja primeira sessão se realizou no Centro de Convívio dos Brejos da Moita.

A iniciativa teve lugar apenas cinco dias depois do Encontro Nacional do PCP, o qual, pese embora o facto de se ter debruçado essencialmente sobre o reforço da organização e da influência do PCP nas empresas e locais de trabalho, voltou a sublinhar a importância do aprofundamento do Partido às massas populares, de quem, segundo afirmação de Carlos Carvalhas no Encontro, «o PCP recolhe a inspiração para uma mais correcta definição das linhas de força da sua acção, no quadro dos princípios que o norteiam».



Fernanda Mateus
Membro
da Comissão
Política

Maximizar lucros, minimizar benefícios

A revogação da lei 17/2000 e a aprovação acelerada de uma nova Lei de Bases da Segurança Social, pela maioria PSD/PP, é fundamentada por razões de justiça social, pela necessidade do sistema público priorizar a protecção social aos trabalhadores com salários mais baixos, aos idosos com pensões mais degradadas e às famílias mais carenciadas.

O ministro Bagão Félix é o rosto mais «mediático» desta operação mistificadora que, na base da mentira, tem como único propósito esconder o que está em causa: a procura da maximização de lucros por parte dos mais poderosos, à custa da minimização dos actuais benefícios e da destruição de importantes direitos no que toca à protecção social.

Os objectivos constantes na Lei de Bases da Segurança Social contrariam a Constituição da República, designadamente no seu artigo 63, que assegura o direito de todos à segurança social; incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar

o sistema de capitalização; a Acção Social. O que significa que

- O sistema público deixará de ser o núcleo central de protecção social, implicando o retrocesso num sistema que consagrou importantes direitos civilizacionais e abrangeu 9 milhões de portugueses. Não fora este sistema público e o contributo dos trabalhadores e o nível de pobreza em Portugal seria muito maior.

- A introdução dos tectos contributivos, levando a quebras de receitas para o sistema público, por via da retirada dos descontos dos(as) trabalhadores(as) abrangidos por esses tectos e pela dispensa das contribuições das entidades patronais (únicas beneficiárias, juntamente com o capital financeiro), introduzirá uma profunda inversão de valores, destruirá o princípio de solidariedade entre gerações, anulará os deveres de

“O Governo quer restringir direitos a importantes segmentos de beneficiários”

um Sistema de Segurança Social unificado e descentralizado; confia ao Sistema de Segurança Social proteger os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade e, ainda, em todas as outras situações «de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho».

Significado das alterações

Segundo a proposta de Lei 20/IX, a segurança social passa a ser constituída por: um sistema público; um

participação nas finalidades do sistema por parte dos trabalhadores com salários mais elevados e das entidades patronais. O único propósito do Governo é «oxigenar» os fundos de pensões privados, geridos pela banca e seguradoras, proporcionando-lhes novos mercados e novos lucros.

- Abre-se o caminho para a destruição da universalidade do direito à segurança social, privando-se do direito a uma reforma paga pelo sistema público, os(as) trabalhadores(as) que vierem a ser abrangidos pelos tectos contributivos.

- A autonomização da Acção Social

relativamente ao Sistema Público visa a sua privatização, transferindo a responsabilidade do Estado para a família, para a comunidade e para os serviços privados. Uma medida de natureza desumana face a problemas específicos, designadamente deficiência profunda, pessoas acamadas ou dependentes, doentes, situações de pobreza e exclusão social.

Inércia penaliza trabalhadores

Entretanto, o Governo assume a maior inércia na adopção de medidas que visem superar os atrasos nos pagamentos de diversas prestações sociais e melhorar a eficácia e celeridade de resposta do Sistema Público. Sendo verdade que a acumulação de insuficiências no processo de informatização em resultado da sua privatização e o agudizar das dificuldades de articulação de informação entre serviços são o resultado da acção de governos anteriores, nomeadamente do PS, isso não pode, contudo, justificar e legitimar os problemas que têm vindo a verificar-se, penalizando gravemente os(as) trabalhadores(as) que, tendo cumprido os prazos de garantia para atribuição dos subsídios, não têm, como contrapartida, o direito a essa prestação em tempo útil.

Não menos grave são, ainda e como consequência desta situação, as perdas, por falta de controlo, de receitas para o Sistema, o que impõe a urgência de medidas de fiscalização e de combate às dívidas e às fraudes cometidas pelos contribuintes mais poderosos. O «deixar andar», as promessas de intervenção sem medidas concretas, fomentarão uma perigosa degradação da qualidade do serviço público, desprestigiando-o junto dos seus beneficiários, dando pretextos ao Governo para a «inevitabilidade» da sua crescente privatização.

Impõe-se, pois, lutar em defesa de um forte sistema público de segurança social, objectivo que tem de mobilizar os trabalhadores, as novas gerações, os reformados e idosos - de hoje e de amanhã.



Direita parlamentar aprova,
na generalidade, Orçamento do Estado para 2003

Agravar os problemas do presente e do futuro

O Orçamento do Estado para 2003 foi aprovado, na generalidade, pelo PSD e CDS/PP. Passou, como se antevia, com os votos da maioria. A bondade das suas opções e prioridades, essa, não vingou.

Por isso o voto contra de todas as bancadas da oposição e as severas críticas feitas ao longo de todo o debate a um documento que foi considerado como factor de agravamento das desigualdades sociais, e que, nas suas linhas mestras, obedece à ortodoxia monetarista do défice zero, com isso penalizando o investimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento do País.

O Governo, pela voz do seu chefe, insistiu na tecla do controlo orçamental visando a convergência com a União Europeia para justificar as suas opções e repetiu ser este um orçamento de rigor desti-

Acentuam-se as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres

nado a estimular a economia. Tentou, sobretudo, iludir e mesmo esconder algumas questões fundamentais. Num esforço que, no entanto, viria a revelar-se inglório, como observou na sua intervenção final o líder parlamentar comunista, Bernardino Soares.

Pacto absurdo

Assim sucedeu quando para o centro do debate foi chamado o quadro imposto pelo cumprimento do Pacto de estabilidade. «Quadro irracional», chamou-lhe Bernardino Soares, «absurdo», apelidou-o Lino de Carvalho,

que não poupou críticas por o Governo o ter erigido como a cartilha a que obedecem todas as políticas restritivas. Quando o que faz falta ao País, isso sim, é uma política orçamental capaz de estimular o crescimento da economia. E quando é sabido, observou Lino de Carvalho, que os «compromissos do Pacto de Estabilidade não são um tabu», como demonstra a recente decisão de adiar para 2006 o objectivo de equilíbrio orçamental.

Contabilidade virtual

Outro dos planos em que incidiu a crítica da bancada comunista diz respeito à falta de rigor do Orçamento. «Irrealista, sem credibilidade e enganador nos cenários macro-económicos» foram alguns dos mimos com que Lino de Carvalho apresentou a proposta do Governo, que foi criticado por estabelecer projecções totalmente desa-

justadas à realidade, seja quanto ao crescimento das exportações, seja quanto à inflação, seja ainda quanto às receitas fiscais onde, segundo o parlamentar do PCP, «as projecções atingem valores delirantes».

Mas onde as operações de «contabilidade virtual» atingem a sua expressão máxima é no valor do défice apresentado. O problema está – e o Governo não o conseguiu desmentir – na contradição entre o valor do défice inscrito no relatório do Orçamento do Estado (2,4 por cento) e

número do défice consentâneo com a sua própria submissão obediente aos puxões de orelhas do comissário espanhol Pedro Solbes». A este propósito, Lino de Carvalho acusara já o Governo de «irresponsabilidade» por querer associar a Assembleia ao que denominou de «Orçamento de mentira».

Negociata com Jardim

Às críticas da bancada comunista no decurso do debate não escapou, por

nome da bancada comunista qualificou esta oferta de 75 milhões de euros ao todo poderoso Alberto João Jardim (precisamente o valor do limite de endividamento que o PSD da Madeira exigia) como a «versão Jardim do queijo limiano».

Iniquidade fiscal

Mas foi ainda pelo agravamento da carga fiscal sobre os trabalhadores por conta de outrem que a formação comunista fez subir o tom das suas críticas ao Governo. Para Lino de Carvalho, também neste capítulo, o Orçamento «é intoleravelmente injusto». E o que os deputados comunistas intervenientes no debate puseram sobretudo em evidência foi o contraste entre a actualização de apenas 2 por cento nos escalões do IRS e nos abatimentos e deduções à colecta (quando a inflação prevista é de 2,5 por cento) com o aumento dos benefícios e das isenções para as actividades financeiras e especulativas.

Como motivo de fundadas críticas da bancada comunista foram os cortes nas despesas sociais, os irrisórios aumentos de pensões, a diminuição do investimento em PIDDAC, o ataque brutal ao poder de compra e a direitos dos trabalhadores da administração pública e o incumprimento da Lei de Bases da Segurança Social.

Por tudo isto, como resumiu Bernardino Soares, este é um Orçamento que não resolve os problemas do presente e que agrava as perspectivas de futuro, do mesmo modo que «agrava a nossa situação económica», e, bem assim, «as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres».



aquele que efectivamente resulta dos mapas que o Governo propôs à Assembleia da República (três por cento). E não colheu a explicação dada pelo Governo de que a diferença se reporta a cativações do PIDDAC, da Lei de Programação Militar, dos Abonos, das Despesas em Bens e Serviços e da Dotação Provisional, ou seja, que se trata de verbas cuja utilização a ministra das Finanças não autorizará. É que a ser assim, como foi dito, não podem constar nos mapas submetidos ao Parlamento. Ao fazê-lo, porém, como assinalou Bernardino Soares, o Governo mais não fez do que um «truque orçamental» destinado a facilitar-lhe a discussão política nalguns sectores e, simultaneamente, «apresentar um

outro lado, o que em sua opinião constitui uma clamorosa «situação de excepção e de favorecimento político para a Região Autónoma da Madeira». O que está em causa, disse-o o líder parlamentar comunista, «é uma excepção, num quadro geral de restrição, baseada não em critério de desenvolvimento harmonioso do todo nacional, mas numa escandalosa negociação política com vista a assegurar os votos do PSD Madeira e o apoio do seu presidente».

Por isso também, com razão, Lino de Carvalho, na intervenção de abertura em

Falta de rigor

Para além de reflectir exactamente o oposto do que o PSD e o CDS/PP prometeram ao País e de ser considerado o «mais injusto dos últimos anos», o Orçamento do Estado enferma de uma clamorosa falta de rigor. Isso mesmo está patente nas projecções macro-económicas e de receitas fiscais, bem como no cálculo do défice, onde relevam as operações de «contabilidade virtual», como apropriadamente lhes chamou Lino de Carvalho, visando criar cenários irrealistas e enganadores.

Desmontando esse artificio, o deputado comunista chamou a atenção desde logo para o facto de o crescimento da riqueza nacional (PIB) previsto pelo Governo assentar quase exclusivamente no crescimento das exportações, que, segundo os seus cálculos, dariam um salto quase para o dobro entre 2002 e 2003, ou seja, de 2,75/3,75 % para 5/7%. O problema é que todas as projecções, designadamente as que se referem ao crescimento do comércio mundial, observou Lino de Carvalho, «estão a ser revistas em baixa, aproximando-as dos valores de 2002».

«O mesmo se passa com a inflação, quando se sabe que será no próximo ano que se farão sentir todos os efeitos do aumento do IVA»,

acrescentou, antes de fazer notar que é no plano das receitas fiscais que, muito provavelmente, «as projecções atingem valores delirantes».

Lino de Carvalho explicou porquê: «Se tivermos em conta a execução orçamental de Setembro então a receita que o Governo apresenta em IRS, IRC e IVA, a ser verdade, significaria, em 2003, um salto de 8,2%, qualquer coisa como mais 342,3 milhões de contos (1707,4 milhões de euros) de receita, o que evidentemente não tem qualquer coerência com os próprios cenários do Orçamento e de crescimento do Consumo e do Produto.»

«É a completa falta de um mínimo de bom senso», concluiu o deputado do PCP, que acusou ainda o Governo de ser responsável por um «orçamento de mentira» ao manipular o valor do défice. Com efeito, explicou, o Governo apresentou no relatório um défice de 2,4% quando, na verdade, ele é de 3 por cento, se se tiver em conta os 754 milhões de euros inscritos nos mapas de despesas relativos a cativações em vários programas (PIDDAC, Lei de Programação Militar, etc.) e que foram escamoteados pelo Executivo no cálculo do défice.

Urgem esclarecimentos no caso Portas

O Grupo Parlamentar do PCP considerou insuficientes os esclarecimentos prestados pelo Ministério das Finanças no respeitante à situação fiscal das empresas geridas por Paulo Portas. Considerou estranho, designadamente, que na resposta ao seu requerimento o Ministério tutelado por Manuela Ferreira Leite tenha omitido o IRC e o IVA das empresas «Amostra» e «Boas Festas», geridas pelo líder do PP, em 1998.

Daf que um novo requerimento tenha sido já entregue na mesa da Assembleia da República, solicitando, «com carácter de urgência», que essas informações sobre o IVA e o IRC das empresas

ligadas à Universidade Moderna sejam conhecidas.

Em conferência de imprensa, no primeiro dia de debate do Orçamento do Estado, onde anunciou estas novas diligências, o líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, não escondeu alguma estranheza pela «demora do Ministério das Finanças» na resposta ao requerimento apresentado pela bancada comunista.

Na primeira página da informação prestada pela primeira Direcção de Finanças de Lisboa, documento cuja cópia foi distribuída pelo PCP aos jornalistas, após a informação relativa ao IRC da «Amostra», no exercício

de 1997, surge um espaço em branco a meio da página, onde, aparentemente, deveriam constar as informações do IRC dessa empresa relativas ao ano de 1998.

A seguir, consta o exercício da «Amostra» de 1997 em sede de IVA (mas não o de 1998) e as informações sobre o IRS retido pela empresa, tanto em 1997 como em 1998.

No que se refere à «Boas Festas», segundo Bernardino Soares, para além de faltar o exercício da empresa em 1998 em sede de IRC, o documento das Finanças não é conclusivo sobre o IVA pago em 1998. Importa por isso saber, no entender do

PCP, se «há informação oficial no Ministério das Finanças, designadamente com origem na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, de que Paulo Portas cessou as suas funções de gerência a 23 de Dezembro de 1998 na Amostra e a 15 de Fevereiro de 1999 na «Boas Festas».

Os comunistas querem também saber se, após essas datas, «houve qualquer notificação, ou outro acto da administração fiscal, referente às duas empresas dirigidas por Paulo Portas» e qual a actual situação fiscal da «Amostra» e da «Boas Festas» após o ministro da Defesa ter «eventualmente cessado funções de gerência».

Afronta a direitos

Particularmente sacrificados, neste Orçamento, são os trabalhadores da Administração Pública. «O Governo elegeram-os como suas vítimas», acusou Bernardino Soares, que se insurgiu contra o autêntico *diktat* que representou a afirmação da ministra das Finanças de que ou aceitam 1,5% de aumento da tabela salarial ou não há nada. Isto quando, lembrou, é o próprio Governo que propõe uma inflação de 2,5%.

Mas não é só na repetida perda brutal do poder de compra através da diminuição dos salários reais que o Governo desferiu os seus ataques contra os trabalhadores da administração pública.

Fá-lo também nas reformas, como sublinhou o líder parlamentar comunista, ao alterar a fórmula de cálculo e introduzir uma fortíssima penalização das reformas antecipadas, cujo efeito conjugado pode levar a diminuições superiores a 30%, contra todas as expectativas e direitos criados, e «voltando costas grosseiramente ao direito de negociação dos trabalhadores e dos seus sindicatos».

«É uma política de afronta aos direitos dos trabalhadores da administração pública e ao mesmo tempo um aval ao grande patronato sem escrúpulos para que, no sector privado, prossiga a sua política de exploração e diminuição dos direitos», acusou Bernardino Soares.

Um orçamento do passado

O corte na despesa social constitui um dos traços mais fortes do Orçamento. Tal é patente na educação, na saúde, na ciência e na cultura. Tudo em nome dos constrangimentos impostos pelo pacto de estabilidade e de uma visão economicista que leva o Governo, como denunciou a deputada comunista Luísa Mesquita, a encarar os sectores sociais como «empresas que, depressa e em força, terão que apresentar lucros».

Só que ao sacrificar estas áreas, cruciais para o País, sucede que é o próprio desenvolvimento que é posto em causa. Foi isso que a bancada comunista demonstrou no decurso do debate. Os exemplos falam por si. No caso da educação básica e secundária, o corte em matéria de investimento cifra-se em 32,5 por cento, quando, como lembrou Luísa Mesquita, 62,6 por cento da população activa no nosso país não vai além dos seis anos de escolaridade básica. O mesmo se passa com a educação de adultos em relação à qual, após ter extinguido cursos, veio agora o Governo propor um corte de 17,6 por cento. No que se refere à Ciência e ao ensino superior a situação é em tudo análoga, com um decréscimo orçamental de 28,5 por cento, enquanto na acção social escolar o corte atinge os 59,2 por cento.

Percebe-se assim, como salientou a parlamentar comunista, que sejam a qualificação dos portugueses ou a competitividade do país a estar claramente em causa.

O panorama não é melhor quando se fala de ciência e de investigação, onde a opção do Executivo foi pela estagnação. «Portugal desinveste e aposta em 0,7 por cento do PIB», sublinhou Luísa Mesquita, enquanto a Comissão Europeia aponta a meta de três por cento do PIB para as despesas com Investigação e Desenvolvimento.

E refutando as considerações de Durão Barroso, que classificara de progresso e de modernidade a situação nesta área, a deputada do PCP alertou para o facto de a dotação global prevista impedir o funcionamento dos laboratórios do Estado, a quem, aliás, já retirou a autonomia financeira, com isso inviabilizando a participação dos investigadores em projectos contratados, nacionais e europeus.

Nem para a bica chega

Numa clara manobra demagógica e de propaganda destinada a tentar marcar a discussão e a iludir em simultâneo questões essenciais, o Primeiro-Ministro anunciou com grande pompa o aumento das pensões. Foi logo no primeiro dia de debate numa declaração em que salientou o propósito do Governo de aumentar em 5,3 por cento, no próximo ano, a pensão mínima do regime geral, no âmbito do que chamou a «convergência das pensões mais baixas com o salário mínimo nacional».

Neste contexto, segundo Durão Barroso, em 2003 haverá dois aumentos: «o habitual, já em Dezembro, e um segundo aumento, durante o primeiro semestre de 2003, o qual constituirá a primeira etapa» da referida convergência.

Tão retumbante anúncio não resistiu, porém, à reacção pronta da bancada comunista. Afinal o aumento da pensão mínima anunciado não passa de um irrisório valor, como demonstrou o Secretário-

-Geral do PCP, Carlos Carvalho, ao lembrar que «o aumento da pensão mínima, dividido por 30 dias, não paga um café diário».

Mas a bancada do PCP, em documento posteriormente distribuído aos jornalistas, vai mais longe ao referir que o Governo se limita – e ainda assim com um semestre de atraso – a cumprir o que já está inscrito na Lei de Bases da Segurança Social em vigor. É isso, com efeito, que a Lei de Bases determina no seu n.º 4, art. 56.º quando refere que «até 2003 o valor das pensões mínimas de invalidez e velhice será, no mínimo de 40 000\$00», que é o valor a que corresponde o aumento anunciado pelo Governo para o 1.º semestre de 2003.

No que se refere às pensões social e agrícola, por seu turno, o aumento anunciado, considerando 14 meses, corresponde, respectivamente, a 53\$90 por dia (€ 0,27) e a 66\$30 por dia (€ 0,33).

O que dispensa comentários.

Carlos Carvalho denuncia opções do Governo Sacrifícios para uns, privilégios para outros

«Um modelo velho de injustiça social assente nos baixos salários e no desemprego», assim definiu Carlos Carvalho, numa crítica arrasadora, as grandes linhas em que assenta a acção governativa.

O dirigente comunista falava momentos depois da intervenção de abertura de Durão Barroso, a propósito da qual, sob a forma de pergunta, teceu várias considerações.

E a primeira foi para pôr em evidência como o Orçamento de Estado para 2003 foi talhado para impor sacrifícios a uns e privilégios a outros. Sempre os mesmos, aliás, quer num campo quer no outro.

«Com que critério de justiça, com que verdade e autoridade o Governo pede sacrifícios e compreensão à população, pede sacrifícios aos trabalhadores da Administração Pública» inquiriu o Secretário-geral do PCP, quando, paralelamente, acu-

sou, «isenta de impostos sobre os lucros as mais-valias realizadas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais, isenta de imposto os Fundos de Pensões para tornar mais atractiva a transferência das partes mais rentáveis da Segurança Social para a Banca, aumenta os benefícios fiscais às actividades financeiras e dá benefícios aos *off shore* da Madeira» na ordem dos 600 milhões.

«Para os mesmos de sempre aperta-se o cinto, para a Banca e o capital financeiro e para comprar o silêncio ou o apoio de Alberto João Jardim, alarga-se o cinto. Onde estão os sacrifícios para todos?», perguntou ainda o líder comunista, antes de

apelidar de «vergonhosa encenação» a operação de propaganda com que o Governo rodeou o anúncio de que pretendia reduzir e limitar as mordomias dos gestores públicos.

A segunda questão que mereceu a atenção de Carlos Carvalho foi o pacto de Estabilidade. Para dizer que ao submeter-se a este de forma cega e acrítica, o Orçamento redigido pelo PSD e do CDS está a empurrar o País para a estagnação e a recessão, «com todas as consequências negativas no tecido produtivo, no desemprego e no tecido social em geral».

«Os cortes no investimento produtivo e designadamente nesta situação são um erro de palmatória que os trabalhadores, o povo e o país pagarão caro», advertiu Carvalho, que se interrogou sobre as razões que levam o Governo a «não pressionar diplomaticamente» no sentido da renegociação do Pacto de Estabilidade. É que, lem-

brou, «é o próprio Comissário Pascal Lami que vem dizer que este é um «instrumento de gestão económico grosseiro» e designa o limite do défice orçamental de «regra medieval», enquanto, prosseguiu, «o Presidente da Comissão afirma com todas as letras que o Pacto de Estabilidade é estúpido».

«Numa de fundamentalismo neoliberal até diz que mesmo que não houvesse Pacto de Estabilidade Portugal teria de fazer o mesmo. Não é verdade. O défice tem limites, mas não com a régua e o esquadro, do Pacto de Estabilidade», considerou Carlos Carvalho, antes de lamentar que a opção do Governo tenha sido - não por «mandar dar uma volta ao Comissário espanhol Solbes e aos seus arrogantes puxões de orelhas», ironizou -, por assumir a «postura do cordeiro», submetendo-se, «afinal sem honra nem proveito, a um «instrumento grosseiro», a uma «regra medieval» e a um «Pacto estúpido!».

Regresso ao cavaquismo

A forma como o Governo redigiu as Grandes Opções do Plano para 2003 evidencia tudo menos rigor e seriedade. «Um embuste político», assim lhe chamou o Grupo Parlamentar do PCP, referindo-se à «lista de medidas avulsas sem tradução orçamental» que constam do documento apresentado pela dupla Durão e Portas.

Avaliando-o, Honório Novo, em nome da bancada comunista, disse mesmo que não passa de um «conjunto de intenções e oportunidades perdidas». E foi mais longe ao considerar que seja qual for o ângulo de abordagem às GOP – desde o equilíbrio orçamental ao crescimento económico, desde o acréscimo do investimento global ao combate à evasão fiscal, desde o respeito ao

poder local ao combate às assimetrias regionais – o que emerge, como traço comum, em todos os sectores, é a apresentação de propostas orçamentais que «ora inviabilizam medidas programadas ora contraditam objectivos e opções anunciadas».

Vários foram os exemplos dados por Honório Novo que sustentam a sua afirmação. Paradigmático é o caso do PIDDAC. A diminuição do investimento, no total, ultrapassa os 800 milhões de euros, ou seja, uma queda de 27,8 por cento relativamente ao valor inscrito no início de 2002. Por isso, denunciou, «ao contrário do que é anunciado, o investimento global vai diminuir».

Aspecto não menos criticado foi o das opções do Executivo na distribuição espacial do investimento do

PIDDAC. Delas resulta, asseverou Honório Novo, uma acentuada discriminação do interior do País, o que só vai agravar as assimetrias regionais, com isso comprometendo a coesão social do todo nacional. Há um dado que ilustra bem a situação: enquanto o PIDDAC no litoral aumenta o seu peso relativo em 2,7 por cento, os distritos do interior sofrem uma quebra de quase dez por cento do valor do investimento inicial em 2002.

Criticado, noutro plano, foi ainda o facto de a proposta do Governo de Orçamento do Estado não suportar financeiramente qualquer transferência de competências para os municípios, no âmbito do programa de descentralização.

Ao invés, denunciou Honório Novo, o orçamento

comporta «medidas concretas que diminuem em quase 50% as verbas previstas para o auxílio técnico e para o estabelecimento de protocolos e de contratos programados com as autarquias locais».

Não menos grave é o que se passa em matéria de leis das Finanças Locais, designadamente no que se refere ao incumprimento do que nela se estipula quanto ao endividamento. «O que se propõe é de facto muito grave, é o regresso aos tempos áureos do pior cavaquismo no desrespeito pelo poder local», acusou o deputado do PCP, antes de alertar para o risco de perda de verbas comunitárias e de paralisia de projectos autárquicos como, por exemplo, a construção de habitação social.

Ataque ao direito à Saúde

No Orçamento do Estado para 2003, o Serviço Nacional de Saúde é também um dos alvos de ataque do Governo. Em articulação com a Lei de Bases da Gestão Hospitalar, recentemente aprovada, o que o Governo vem agora propor é o decréscimo no investimento e da interrupção de concursos.

«Os direitos constitucionais são sujeitos à lógica do lucro e as populações entregues aos vorazes apetites de

grupos económicos», denunciou Luísa Mesquita, que criticou o propósito governamental de transformar os hospitais em sociedades anónimas, viabilizando a entrega a privados, de forma avulsa, dos serviços mais lucrativos.

No primeiro dia de debate, inquirindo o Primeiro-Ministro, após a sua intervenção inicial, Bernardino Soares aludira já a este assunto para acusar o Governo de «fazer vista grossa» às irregularidades

praticadas na gestão (privada) do Hospital Amadora/Sintra.

O Governo «não quer discutir» os graves problemas detectados na gestão desta unidade de saúde, considerou o líder parlamentar comunista, que afirmou não compreender como é que se pode «perdoar ao grupo Mello 15 milhões de contos» (o valor que terá recebido a mais, por falta de fiscalização do contrato) e, simultaneamente, «abrir-lhe a possibilidade de gerir

ainda mais unidades públicas».

«É esta a política do Governo: o dinheiro público a pagar os lucros privados», sustentou Bernardino Soares, o que levou Durão Barroso, na resposta, a afirmar ter enviado o relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre as eventuais irregularidades na gestão do Hospital Amadora/Sintra para a Procuradoria Geral da República (PGR) e Tribunal de Contas.

De Israel à Palestina (2)

Tornar impossível o Estado possível

«**H**á algum Estado sem continuidade territorial? Há algum Estado sem um exército? Há algum

Estado que não controle as suas próprias fronteiras? Há algum Estado que não controle os seus próprios recursos hídricos e o seu espaço aéreo? Eu respondo: tal Estado não existe.» As palavras são do antigo primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu e retratam na perfeição o «Estado» palestino que Israel estaria disposto a ter como vizinho.

A prática continuada de Israel nos últimos 54 anos, tantos quantos a sua existência como Estado, não deixa margem para dúvidas quanto ao objectivo que pretende atingir: tornar a possibilidade de uma Palestina independente numa impossibilidade.

Esqueçamos por momentos todas as considerações da mais elementar justiça e cinjamo-nos aos factos. Em 1947, a Resolução 181 das Nações Unidas propunha a divisão da antiga Palestina em dois estados independentes: um árabe, com 45 por cento do território, e outro judeu, com 55 por cento. Em 1948, é criado unilateralmente o Estado de Israel em 78 por cento do território da antiga Palestina. Cerca de 700 000 palestinos são então expulsos do novo Estado. Em 1967, Israel ocupa a Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) e a Faixa de Gaza, que estavam sob controlo da Jordânia e do Egipto. Estes territórios representam 22 por cento da antiga Palestina. Na sua Resolução 242, a ONU insta Israel a retirar-se para as fronteiras de 1967, o que significa que para o Estado da Palestina apenas restariam 22 por cento, ou seja, menos de metade da área inicialmente definida.

Ao assinarem os acordos de Oslo, em Dezembro de 1993, os palestinos aceitam ficar na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, mas nem isso chegam a ter. Em 2000, nas conversações de Camp David, tantas vezes apresentadas como uma manifestação da «boa vontade» israelita para a resolução do conflito, Israel propõe-se manter permanentemente os colonatos ilegais, bem como o «controlo temporário» de mais 12 por cento da Cisjordânia. Numa palavra, esta «generosa oferta» do então primeiro-ministro Ehud Barak, bem como a que agora está em discussão, inviabiliza qualquer futuro Estado palestino, divide a Palestina em hantustões e eterniza a ocupação militar israelita dos territórios palestinos. Nestas condições, que se pode esperar de quem desespera? Por muito que se condenem, e condenamos, os atentados contra civis, não é sério

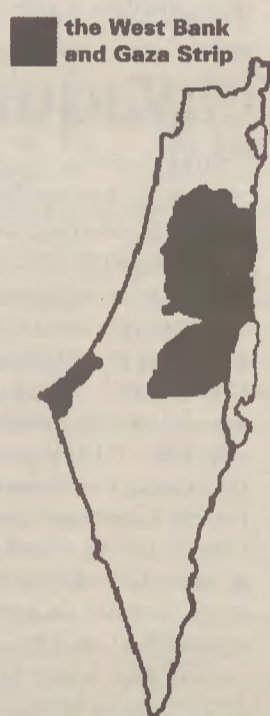
colocar ao mesmo nível de responsabilidade ocupantes e ocupados. Os primeiros são os algozes e os segundos as vítimas. A espiral de violência resultante deste binómio, inevitável, só pode terminar com o fim da causa que lhe dá origem, ou seja, com o fim da ocupação. Sem isso, não há nem poderá haver paz.

Colonatos em expansão

Ao assinar os acordos de Oslo, em 1993, Israel comprometeu-se a congelar a expansão dos colonatos e a preservar a «integridade e estatuto» da Margem Ocidental e da Faixa de Gaza. O que aconteceu na prática foi bem diferente: a população dos colonatos duplicou desde então. Desde a chegada de Sharon ao poder, em Fevereiro de 2001, foram criados 44 novos colonatos na Margem Ocidental, 9 dos quais em Março/Junho de 2002. Desde a assinatura do «Memorando Wye», construíram-se 27 novos pequenos colonatos («outposts»), 11 dos quais estão instalados desde 1999. Segundo o movimento israelita

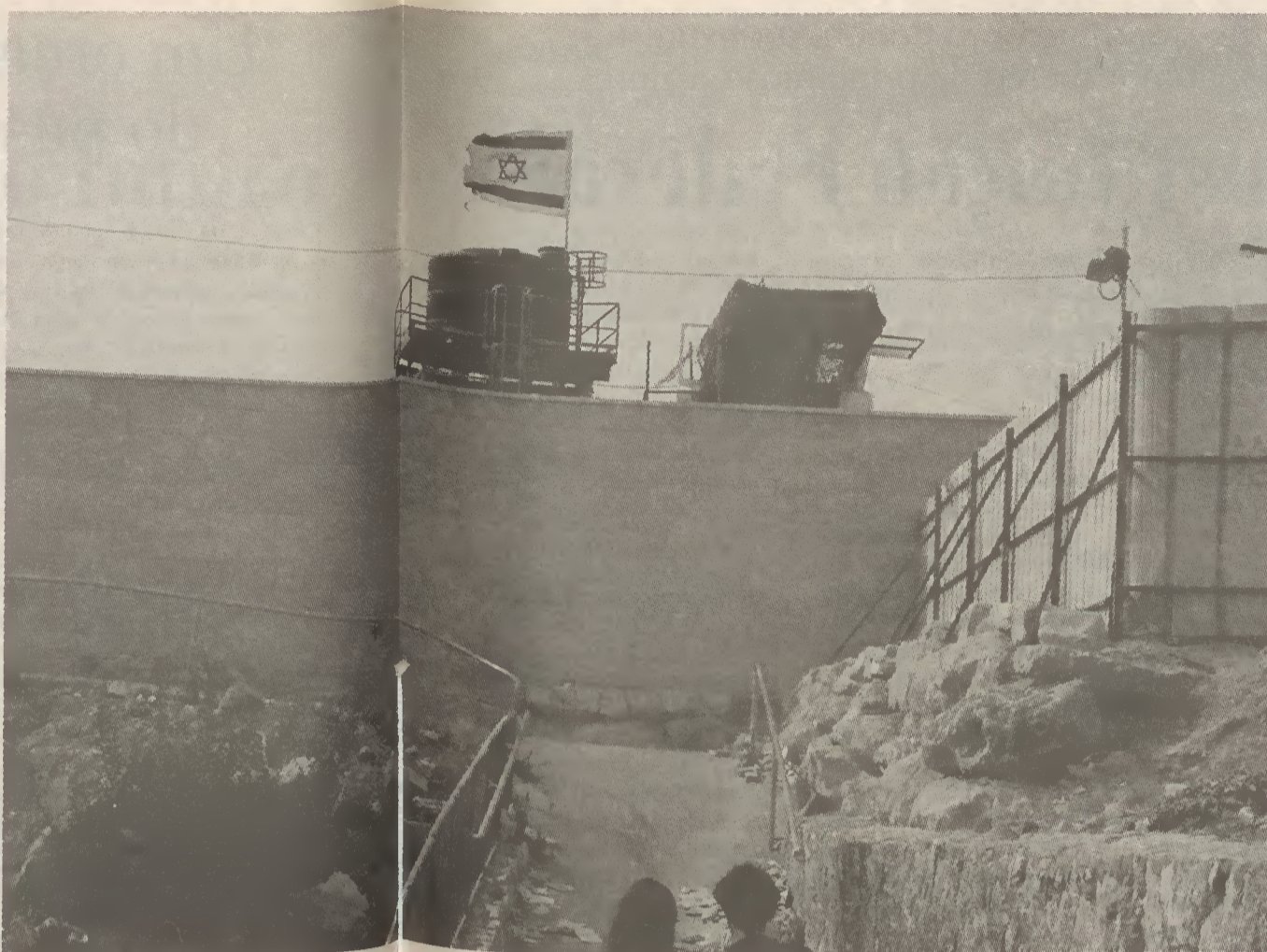
«Peace Now», durante o governo de Barak, no período de Julho de 1999 a Março de 2001, foram despachadas propostas para a construção de pelo menos 3499 casas de colonos nos territórios palestinos ocupados. Segundo dados do Ministério da Habitação e Construção de Israel, a construção nos colonatos aumentou 96 por cento durante a primeira metade de 2001 em comparação com a primeira metade de 1999. O aumento da população nos colonatos israelitas é quase quatro vezes superior ao verificado em Israel, o que contradiz o argumento de que se trata do «crescimento natural da população». Segundo o

Gabinete de Estatísticas de Israel, o crescimento populacional nos colonatos, entre 1995 e final de 1998, foi de 24,8 por cento, contra 6,6 por cento em Israel. De forma particularmente rápida, expandiu-se uma cadeia maciça de colonatos em torno de Jerusalém, com o objectivo de determinar o futuro da cidade e de impedir a continuidade territorial entre o norte e o sul dos territórios num futuro Estado palestino. Desde o início da segunda Intifada, a actividade dos colonatos aumentou significativamente em e à volta de Jerusalém Oriental.



Cisjordânia e Faixa de Gaza, encravadas no meio de Israel, sem continuidade territorial e ocupando apenas 22 por cento da antiga Palestina

Os pontos assinalados a negro representam a miríade de postos de controlo na Cisjordânia que transformam a vida dos palestinos num inferno. O quotidiano mais elementar, como a simples ida à escola, transforma-se, na Palestina ocupada, num verdadeiro acto de resistência e numa prova de sobrevivência



A presença israelita, símbolo de domínio e opressão, está patente em todo o lado. As novas gerações crescem sob o signo da prepotência dos ocupantes e deparam diariamente com execuções sumárias que nenhuma lei do mundo pode caucionar. O assassinio transforma em heróis os que tombam às mãos do invasor, e por cada um que cai logo outros se perfilam para o substituir, numa espiral de violência que parece não ter fim



A dor da perda é demasiado comum na Palestina, onde todos os dias há mais um morto para enterrar. Não é possível construir a paz semeando o terror numa terra ocupada e usurpada, onde a única coisa que sobeja é a revolta e o desejo de vingança

Mais do que a dor

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, nos EUA, e a campanha de Bush «contra o terrorismo» servem na perfeição os interesses de Israel. A pretexto da «caça» aos terroristas, Israel mata, invade, destrói, à revelia de quaisquer leis e sem olhar a meios para atingir os seus fins. Foi o que aconteceu em meados do mês em Belém, quando uma cabina telefónica pública, situada perto do hospital, foi pelos ares matando o jovem de 27 anos que a utilizava. Diz-se que a cabina estava armadilhada e que o jovem era procurado por Israel. Seja como for, tratou-se de um assassinato, de uma execução sumária, que nenhuma razão pode legitimar. O funeral, mais do que o testemunho da dor, foi uma demonstração de revolta. Não é necessário saber a língua para entender o desejo de vingança daquela mãe que já perdeu três filhos, todos às mãos do invasor israelita. Não é preciso ser especialista em coisa nenhuma para perceber que para aquelas crianças sem infância, que já assistiram a mais mortes do que a nascimentos, cada nova vítima é mais um herói. Não é obrigatório ser adivinho para saber

que por cada um que cai outro estará pronto a morrer. Só em Belém, no mês de Março, houve 30 funerais em 10 dias; em Abril, foram 45. As palavras não chegam para exprimir tamanha barbaridade. O que Israel está a fazer na Palestina é um crime contra a humanidade.



Factos e números

Desde o início da ocupação israelita dos territórios palestinos, em 1967, os sucessivos governos de Israel instalaram colonatos, ou bairros só para judeus, na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixas de Gaza. O objectivo de Israel foi o de colonizar os territórios palestinos de forma a consolidar e assegurar o controlo israelita daquelas áreas e de impedir a emergência de um Estado Palestino. Os colonatos e a vasta rede de estradas de ligação («by-pass») que os unem uns aos outros e a Israel foram ilegalmente construídos em terras confiscadas aos palestinos. Esta situação afecta profundamente o quotidiano dos palestinos e as suas perspectivas de desenvolvimento a longo prazo. Há 145 colonatos oficiais na Margem Ocidental. Estes criaram cerca de 105 «outposts» (pequenos colonatos situados fora dos colonatos principais). Apesar de serem considerados ilegais, os «outposts» raramente são desmantelados. De acordo com o Direito internacional, todos os colonatos são ilegais. — Na Faixa de Gaza há 19 colonatos e em Jerusalém Oriental há cerca de 12. Cerca de 380 000 cidadãos israelitas ou colonos vivem nos colonatos na Margem Ocidental; mais de metade, entre 220 000 e 250 000, vive em Jerusalém Oriental. Na Faixa de Gaza, a área com maior densidade populacional do mundo, mais de um milhão de palestinos vive em 360 Km² de terra, enquanto 7500 colonos residem ilegalmente e controlam 30 por cento da área.

Desde 1967, o governo israelita confiscou cerca de 80 por cento dos territórios da Margem Ocidental e da Faixa de Gaza. Os colonos constituem 8 por cento do total da população judia de Israel (em Israel) e 10 por cento do total da população da Margem Ocidental (em Gaza, os colonos representam 0,6 por cento da população). Os colonos assassinaram pelo menos 47 palestinos desde Setembro de 2000. São também comuns os actos de vandalismo e os ataques à propriedade palestina, tais como o incêndio de campos e destruição de culturas. A rede de «by-pass» divide as áreas palestinas em bantustões separados e cercados pelos controlos militares de estradas, o que impede a expansão e o desenvolvimento das cidades e aldeias palestinas e separa ainda mais a sociedade palestina em termos económicos e de continuidade territorial. Por cada 100 Km de estrada foram confiscados cerca de 2500 acres de terra aos palestinos, o que representa uma enorme perda da área agrícola; para além disso, numerosas casas foram destruídas (mais de 15 000, só em 1999). Os colonatos limitam o acesso dos palestinos às reservas naturais como a água e terrenos agrícolas. Os colonos consomem, per capita, seis vezes mais água do que os palestinos. Há 115 colonatos situados em cima de zonas de água altamente sensíveis, e 25 colonatos em cima de zonas de água sensíveis.

● Fátima Garcia

O Código Bagão Félix e as directivas comunitárias

Para abafar possíveis contestações a legislações que vão entrando em vigor nos vários Estados-membros, é já usual ouvirmos dos governantes europeus a desculpa de que estão, apenas, a transpor para o direito nacional as directivas comunitárias. Embora, na esmagadora maioria dos casos seja verdade (cerca de 80% da legislação nacional resulta de legislação da União Europeia) o que eles se esquecem de dizer é que se essas directivas existem, é porque foram eles mesmos que as aprovaram.

Ao longo dos anos, e desde que estamos no Parlamento Europeu, os deputados do PCP vêm alertando para o facto de, na sua maioria, as directivas comunitárias relativas a aspectos sociais – resultantes ou não de Políticas Comuns – estabelecerem, no essencial, normas pautadas pelo menor denominador comum, o que resulta na criação de regras minimalistas e, muitas vezes, suficientemente vagas para permitirem uma aplicação que nada tem a ver com aspectos objectivos. No entanto, algumas dessas directivas incluem uma cláusula (na maioria dos casos por proposta nossa e do nosso Grupo parlamentar) que estabelece que «da sua aplicação não poderá resultar um motivo válido para diminuir o nível de protecção dos trabalhadores». Estão nesta situação as Directivas relativas a «contratos de trabalho a termo» e a «determinados aspectos da organização do tempo de trabalho».

Ora, estando de férias em Portugal quando o Governo PSD+CDS/PP apresentou a proposta para o novo/velho Código do Trabalho, fiquei espantada quando ouvi na televisão o senhor ministro Bagão Félix dizer, com a maior tranquilidade, que mais não fazia do que transpor para o direito nacional as directivas comunitárias. É evidente que não posso chamar mentiroso ao senhor ministro (Deus o livre de tal pecado) mas posso acusá-lo de má-fé e de, voluntariamente, esconder uma parte da verdade aos trabalhadores portugueses. Ora vejamos:

Contratos de trabalho a termo

Em 1999 foi aprovada a Directiva 1999/70/CE que consagrou o Acordo, sobre esta matéria, estabelecido entre a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a Confederação da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE) e o Centro Europeu das Empresas Públicas (CEEP) e em que estes afirmam tratar-se de princípios gerais e prescrições mínimas (note-se que não se trata

de prescrições máximas).

Os Estados-membros deveriam proceder à sua transposição até 10 de Julho de 2001.

Logo no seu artigo 1.º estabelece-se que um dos objectivos do Acordo seria o de «evitar abusos decorrentes da utilização de sucessivos contratos de trabalho ou relações laborais a termo» e, mais adiante, no seu artigo 8.º parágrafo 1) que «os EM e/ou os parceiros sociais poderão manter ou estabelecer disposições mais favoráveis aos trabalhadores do que as previstas no presente acordo» e no parágrafo 3) do mesmo artigo que «da aplicação deste acordo não poderá resultar um motivo válido para diminuir o nível geral de protecção dos trabalhadores...»

Tempo de trabalho

Sobre este tema, temos como referência a Directiva 93/104/CE. O seu artigo 15.º diz «a presente directiva não impede os EM de aplicarem ou introduzirem disposições legislativas ... ou de promoverem ou permitirem a aplicação de convenções colectivas ou acordos celebrados entre parceiros sociais mais favoráveis à protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores». E mais, o parágrafo 3) do artigo 18.º estabelece «sem prejuízo do direito de os EM desenvolverem, face à evolução da situação, disposições legislativas, regulamentares e contratuais diferentes no domínio do tempo de trabalho, desde que sejam respeitados os requisitos mínimos previstos na presente directiva, a aplicação desta não pode constituir justificação válida para fazer regredir o nível geral de protecção dos trabalhadores». E para além disto, podemos constatar que a proposta do Governo, não só aponta para uma regressão do nível de protecção dos trabalhadores, mas viola mesmo o que está estabelecido. Como exemplo direi apenas: a Directiva estabelece claramente no seu artigo 6.º parágrafo 2) que «a duração média do trabalho em cada período de sete dias não exceda quarenta e oito horas, incluindo as horas extraordinárias, em cada período de sete dias». Não é portanto a UE que impõe a proposta do governo que permite que se vá até às 60 horas.

Este modesto contributo para a discussão em curso não visa afirmar de que os interesses dos trabalhadores estão bem protegidos pelas directivas comunitárias pois continuamos a afirmar que existem insuficiências nesta matéria. No entanto, também não é justo que façam tábua rasa dos poucos textos que poderemos utilizar para defender condições de trabalho que foram conquistadas pelos trabalhadores portugueses.

Um estado-membro poderá ser expulso por incumprimento de princípios e valores

Constituição Federal

A partir de 2004, os estados membros irão discutir a reforma das instituições europeias com base num documento, cujo anteprojecto, agora apresentado, sugere alterações radicais.

O presidente da Convenção sobre o futuro da Europa, Valéry Giscard d'Estaing, apresentou em Bruxelas um primeiro esboço da futura Constituição Europeia, que os 105 membros do fórum deverão elaborar até ao fim do primeiro semestre de 2003.

O documento entregue na segunda-feira aos membros da Convenção tem 205 artigos, metade dos que existem actualmente (414), e é o primeiro documento oficial que opta claramente por um modelo federal. A UE é definida como «uma União de

Estados que, conservando a sua identidade nacional, coordenam estreitamente as suas políticas a nível europeu e gerem determinadas competências comuns sobre segundo um modelo federal».

O anteprojecto inclui a possibilidade de um estado membro ser expulso da União em caso de violação dos princípios e valores da União e aponta para que a UE tenha uma personalidade jurídica própria, passando assim a poder ter representação própria em organismos internacionais como a ONU.

Em substituição dos três pilares da União (mercado interno, política externa e de defesa e justiça), é criada uma estrutura institucional única no topo da qual surge a figura do presidente do Conselho Europeu, ou seja um presidente da UE, que seria eleito, embora o documento não seja explícito quanto ao método a utilizar.

Igualmente consagradas são as chamadas «cooperações reforçadas», mecanismo que permite a um grupo de estados avançar isoladamente em determinados campos, solução defendida pelos estados mais desenvolvidos face a uma União alargada a 25 ou 30 países num futuro próximo.

O projecto prevê ainda a criação de uma dupla cidadania, passando a acumular a nacional e a europeia.

A futura Constituição Europeia pode incluir a dupla nacionalidade

Quinze mantêm fundos à custa dos candidatos

A cimeira dos chefes de estado e de governo da União Europeia acordou na manutenção dos níveis de ajudas à agricultura e dos fundos estruturais até 2006. A partir daí os fundos para a política agrícola apenas aumentarão um por cento ao ano, não cobrindo a inflação.

Neste acordo, obtido após um entendimento prévio entre a França e a Alema-

nha, os mais prejudicados foram os dez países candidatos que ingressarão em 2004, os quais até 2006 apenas receberão um total 23 mil milhões de euros em fundos regionais, tendo direito apenas a dez por cento das ajudas agrícolas. A maior fatia do bolo continuará deste modo a ser consumida pelos actuais 15 estados membros, que apenas reservam algu-

mas migalhas para os novos membros.

Os dez candidatos representam apenas 4,4 por cento do produto interno bruto da UE e o rendimento por habitante atingia em 2000 apenas 44 por cento da média dos Quinze, por exemplo, o salário médio na República Checa, Hungria e Polónia corresponde a um quinto do que ganha em média um francês.

Turquia admite retirar do Chipre

O presidente turco assegurou à União Europeia que o seu país está disposto a retirar a sua força militares do norte do Chipre (30 mil soldados) assim que haja acordo para a reunificação da ilha.

Neste momento, apenas a parte governada por gregos cipriotas tem luz verde para aderir à UE em 2004, caso as negociações conduzidas sob a égide da ONU não tenham êxito até lá.

No entanto, a entrada na UE de parte da ilha não agrada aos responsáveis europeus

que antecipam problemas com a Turquia e entraves à sua política de defesa e segurança.

Por seu lado, a Turquia insiste no projecto de aderir à UE, contando para isso com o apoio de Washington que tem pressionado os Quinze para que não se oponham à candidatura turca. Depois do Reino Unido, Grécia e Espanha, foi agora a vez de a Alemanha insistir para que os Quinze dessem um sinal claro da sua vontade de iniciar negociações com a Turquia.

Ainda no âmbito da Cimeira

de Bruxelas, os Quinze conseguiram que a Grécia levantasse todas as reservas à participação da Turquia em pé de igualdade com outros países terceiros na Força de Reacção Rápida europeia.

Recorde-se que a viabilidade destes corpos militares está dependente do acesso aos meios de planificação da Aliança Atlântica, da qual a Turquia faz parte. O contencioso que desde há muito opõe a Grécia à Turquia impedia até ao momento a força europeia de aceder aos meios da Nato.

Palestina recebe ajuda

A Comissão Europeia aprovou um pacote adicional de 29 milhões de euros de ajuda humanitária e para as reformas em curso nos territórios palestinos.

Grande parte dos meios (22 milhões) destina-se a quatro projectos de cooperação bilateral e apoio às reformas nos domínios da Saúde (recuperação de hospitais em Jerusalém

leste e reforço das capacidades do Ministério palestiniano da tutela) e da Justiça (implementação de um sistema moderno, eficaz e independente), assim como no sector privado (pequenas e médias empresas). O restante será aplicado em acções de ajuda humanitária na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, nos domínios alimentar, médico-sanitário e escolar.

A Comissão insta o governo de Israel a parar com as interferências no trabalho das organizações não-governamentais que operam no terreno e através das quais são canalizadas as ajudas externas aos palestinianos. No total, e desde 1994, o apoio dos Quinze àquela região ascendeu a 1,75 mil milhões de euros, informou Bruxelas.

Saúde e segurança no trabalho

A nova estratégia comunitária de saúde e segurança para 2002-2006, proposta pela Comissão Europeia, foi apoiada pelo Parlamento Europeu após lhe introduzir alterações importantes, algumas das quais propostas pelos deputados do PCP. Entre as várias reivindicações, o PE defende a elaboração urgente de um plano detalhado de acção, com compromissos financeiros e calendário para cada proposta principal; medidas que combatam as discriminações que atingem as mulheres; e a apresentação de uma directiva global sobre a ergonomia no trabalho de forma a melhorar as directivas existentes e a ter em conta as afecções músculo-esqueléticas que na União Europeia afectam mais de metade das pessoas que sofrem problemas físicos relacionados com o trabalho. O relatório do PE critica a Comissão Europeia pela redução dos recursos financeiros de saúde e segurança no trabalho e exige que seja dada maior prioridade a estas questões.

Carta dos Direitos é um retrocesso

Os deputados do PCP estão contra a integração da Carta dos Direitos Fundamentais nos tratados comunitários, considerando que esta decisão, que recebeu o acordo do Parlamento Europeu, visa subordinar as constituições nacionais. Acresce, como referiu Ilda Figueiredo, que o conteúdo da Carta representa «uma regressão quando comparado ao consignado em constituições nacionais, por exemplo na Constituição Portuguesa, ou em convenções europeias de que são signatários os países membros da UE.

Ford ameaça governo britânico

A multinacional norte-americana Ford avisou que porá termo aos seus investimentos no Reino Unido se este país continuar fora da União Económica e Monetária. Segundo declarações de um alto quadro da empresa, Nick Scheel, ao diário alemão «Financial Times Deutschland», a elevada cotação da libra representa uma grande desvantagem competitiva para a Ford em relação aos restantes fabricantes da zona euro, para onde são exportados 80 por cento da produção realizada no Reino Unido. Scheel explicou que os investimentos da Ford admitem uma flutuação da libra entre 1,30 e 1,40 euros, porém a moeda britânica situa-se actualmente em 1,59 euros.

Política Comum de Pescas Salvar o interesse nacional

A recente proposta de revisão da Política Comum de Pescas é rejeitada unanimemente pelas associações de armadores e os sindicatos que vêm nas medidas e objectivos anunciados o princípio do fim do que resta das pescas portuguesas.

Num momento em que o Parlamento Europeu analisa as propostas da Comissão Europeia, representantes de sindicatos e de associações de armadores e especialistas nesta área fizeram ouvir a sua voz num encontro promovido pelo PCP com a participação de Ilda Figueiredo, deputada no PE, e Rodeia Machado, deputado na Assembleia da República.

Na iniciativa, realizada na passada sexta-feira em Lisboa, ficou claro que o sector

Inaceitável é, desde logo, a intenção de eliminar, já a partir do próximo dia 1 de Janeiro, as ajudas públicas à renovação e modernização da frota de pesca comunitária, com o

Portugal deve recusar-se a pagar pelos excessos dos outros

argumento de que o excessivo esforço de pesca na União Europeia se deve à excessiva capacidade instalada.

Porém, se tal corresponde à realidade dos Quinze, de forma alguma se aplica ao caso de Portugal, país que na última década reduziu a sua frota em 40 por cento, o que se tradu-

outros, notando por outro lado que Portugal possui uma frota envelhecida que necessita da continuação dos apoios para se renovar.

Como observaram alguns dos presentes no encontro, cerca de 80 por cento da frota portuguesa são pequenas embarcações até 12 metros. Contudo, o seu peso relativo no total de capturas é diminuto, cabendo à pesca de cerco o papel determinante na actividade, cujo futuro depende da possibilidade de novos investimentos, nomeadamente em embarcações de maior porte, com melhores condições de trabalho e de conservação do pescado.

O fim das ajudas à modernização condenaria armadores e pescadores portugueses ao declínio rápido, vítimas de um tratamento desigual e discriminatório em relação aos países mais ricos que ao longo de várias décadas receberam importantes apoios.

Como sublinhou Ilda Figueiredo, a reforma pretendida pela Comissão em nada atinge os interesses da pesca industrial dos países do Norte, os quais já possuem frotas ultra-sofisticadas, como é o caso da Dinamarca que, com menos embarcações que Portugal, efectua capturas muito mais importantes.

Zonas exclusivas

A sobrevivência do sector passa igualmente pela manutenção das zonas económicas exclusivas, matéria à qual o PCP está atento, procurando que o regulamento comunitário torne permanente a derrogação da liberdade de acesso às 12 milhas da costa, alargando esta restrição até às 50 milhas nas regiões dos Açores



O encontro do PCP permitiu auscultar os profissionais do sector bem como as opiniões de investigadores na área dos recursos marinhos

está consciente da necessidade de uma exploração racional dos recursos, mas rejeita que este objectivo sirva de pretexto para dismantlar a actividade piscatória no nosso país.

ziu na redução para metade das capturas efectuadas. O próprio número de pescadores diminuiu em quase 40 por cento.

O sector recusa-se assim a pagar pelos excessos dos

Sindicatos convocam greve na Fiat

Os três principais sindicatos italianos da metalomecânica convocaram para o próximo dia 15 de Novembro uma greve geral em todo o grupo Fiat, em resposta contra o plano de reestruturação da divisão automóvel, que prevê o despedimento de 8100 trabalhadores.

A paralisação suspenderá a laboração durante oito horas nas fábricas Fiat e quatro horas nos restantes sectores do gigante italiano. As centrais sindicais CGIL, CISL e UIL que apoiam a luta esclarecem que é seu objectivo «defender este sector fundamental para a economia do país e salvaguardar o emprego». Já no passado dia 11 de Outubro, os trabalhadores da Fiat aderiram em massa a uma greve parcial contra os despedimentos.

Prodi felicita Lula

O presidente da Comissão, Romano Prodi, expressou a Lula «votos de pleno êxito» como Chefe de Estado do Brasil e manifestou-se empenhado na conclusão das negociações em curso entre a União Europeia e o Mercosul.

O comissário responsável pelas Relações Externas da UE, Chris Patten, considerou «particularmente bem-vindos» tanto o comprometimento de Lula com as obrigações de Brasília junto das instituições financeiras internacionais, como o apelo que dirigiu a toda a sociedade brasileira para se unir na construção de uma nação mais justa. «Estamos prontos para ajudar o presidente e a sociedade brasileira nesse importante esforço», garantiu Patten.

Putin aceita cimeira em Bruxelas

O presidente russo, Vladimir Putin, aceitou a transferência, de Copenhaga para Bruxelas, da cimeira UE-Rússia, marcada para dia 11 de Novembro. A decisão foi tomada após protestos de Moscovo pela realização de uma reunião denominada «Congresso Mundial» sobre a Tchetchénia que decorreu segunda e terça-feira na capital da Dinamarca. A mudança de local foi a solução encontrada face à ameaça da Rússia de cancelar a cimeira em que se discutirá, entre outras matérias, a questão de Kalinegrado, o enclave russo que depois da adesão dos países candidatos ficará em espaço comunitário.

TPI

Parlamento rejeita imunidade dos EUA

Uma resolução comum do Parlamento Europeu lamenta que «o Conselho de Assuntos Gerais, à revelia da inequívoca vontade do PE, não tenha adoptado uma posição clara em resposta aos esforços da administração norte-americana para a conclusão de acordos bilaterais separados com estados membros, inviabilizando, assim, o carácter universal do Tribunal Penal Internacional».

Na passada semana, o plenário exortou o Conselho a redobrar esforços tendo em vista a adopção de uma verdadeira política comum da UE a este respeito e recorda que nenhum acordo de imunidade deverá viabilizar a impunidade para indivíduos acusados de crimes de guerra, crimes contra a Humanidade ou genocídio.

Os eurodeputados avisam que os parlamentos nacionais

da UE e dos países candidatos devem ficar atentos a qualquer iniciativa dos respectivos governos relativamente ao Estatuto de Roma do TPI, considerando que os estados não devem comprometer o funcionamento do Tribunal.

O Conselho é convidado a apresentar ao hemiciclo de Estrasburgo um relatório sobre o TPI, antes do Conselho Europeu de Copenhaga, dando conhecimento dos acor-

dos internacionais relativos ao TPI e nota da sua compatibilidade com o Estatuto de Roma.

Por outro lado, o PE pretende que o Conselho diligencie junto do governo e o Congresso norte-americanos para pôr termo à ameaça de sanções aos países que ratificaram o Tratado de Roma e tentar obter dos EUA um atitude cooperante relativamente ao TPI.

O PE recorda aos governos e parlamentos dos estados membros que devem abster-se de celebrar acordos que comprometam a implementação do Estatuto de Roma. O mesmo apelo é dirigido aos países candidatos, aos países da Parceria Euromediterrânica, do Mercosul, do Pacto Andino e do Processo de San José, aos países envolvidos no Processo de Estabilização e Associação e aos países ACP que sejam partes ou signatários do Estatuto.

Florença acolhe fórum social

Milhares de pessoas de todos os continentes são esperadas no Fórum Social Europeu que terá lugar na cidade italiana de Florença, de 6 a 10 de Novembro e irá debruçar-se sobre as respostas a dar a uma globalização capitalista que mantém na pobreza dois terços da humanidade.

A iniciativa, que se propõe lançar um poderoso grito contra a guerra, é solidária com as

causas dos Sem Terra do Brasil e do povo Palestino manifestando-se contra a ilegalização do Batasuna, o partido independentista basco.

Sublinhando o não à guerra, no dia 6 de Novembro, o Fórum abre com uma manifestação na base militar dos EUA em Camp Darby, situada entre Pisa e Livorno, a uma centena de quilómetros de Florença.

Planeamento e responsabilidades

● Eduardo Baptista

Nos passados dias 14 e 15 realizou-se em Mafra um seminário dedicado ao tema «Planeamento e Desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa». Nessa actividade participaram o ministro Isaltino Morais, presidentes e deputados da Área Metropolitana de Lisboa, presidentes e vereadores de câmaras da região, técnicos municipais, técnicos da Administração Central, professores e estudantes das universidades públicas e privadas, num total de cerca de 1200 pessoas. O seminário, organizado pela Junta Metropolitana de Lisboa, foi classificado como um êxito, quer pela participação, quer pelo conteúdo das comunicações apresentadas.

Razões e interesses

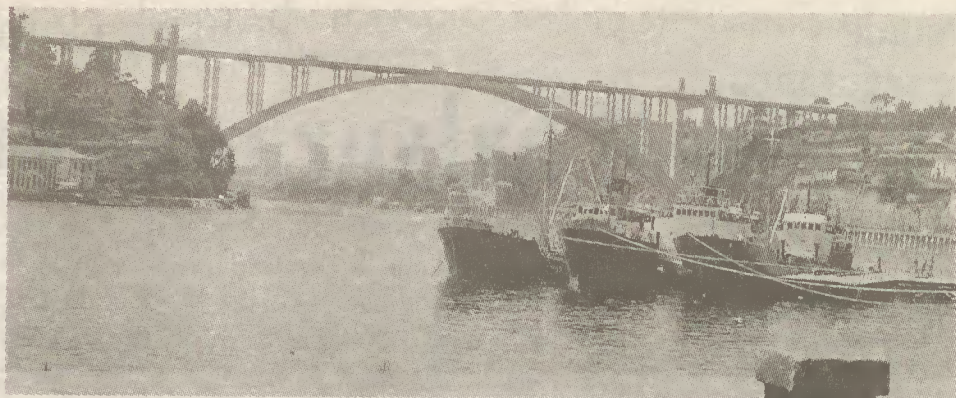
Satisfaz verificar que a quase totalidade das intervenções foi ao encontro do que, em geral, os autarcas da CDU e o PCP têm vindo a defender há muitos anos e que, por

mais influente.

As câmaras foram responsabilizadas pelas abusivas aprovações de construção em solos impróprios, em zonas inundáveis, em áreas que deveriam ser de protecção ambiental. Foi apontado o dedo aos técnicos que abdicam dos seus princípios e sucumbem perante as pressões dos construtores e urbanizadores.

O resultado foi tornado mais evidente com os dados fornecidos e que caracterizam a Área Metropolitana de Lisboa como uma mancha de ocupação de construção anárquica e desqualificada – o que cria diariamente graves problemas às populações sacrificadas pelos maus transportes, pelo inferno das estradas e do trânsito, pela insegurança, numa região onde habita mais de um quarto da população do País, com concentrações de cimento e escassez de zonas verdes, de equipamentos e actividades de serviço público.

Responsáveis da Junta Metropolitana evidenciaram a responsabilidade conjunta dos municípios da Área Metropolitana e reconheceram, tal como muitos dos



Jornadas da CDU analisam situação no Porto e proposta para a intervenção autárquica

Oposição e alternativa

A decisão de assumir pelouros na Câmara Municipal foi a mais correcta, concluíram os comunistas e seus aliados, ao apreciarem os resultados dos primeiros nove meses de mandato na autarquia.

As Jornadas Autárquicas da Cidade do Porto decorreram no passado sábado, na Junta de Freguesia de Massarelos, e as suas conclusões foram divulgadas à comunicação social pelos camaradas Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP, Rui Sá, vereador e membro do Comité Central, e Artur Ribeiro, eleito na CMP e membro da Direcção da Organização da Cidade do Porto.

Na apreciação dos participantes, «a decisão adoptada de assumir pelouros na CM do Porto foi a mais correcta», refere o documento distribuído aos jornalistas, adiantando que «a actual situação se deve manter enquanto se mantiverem os pressupostos que lhe deram origem (transferência dos meios necessários para a realização de um trabalho relevante e manutenção de total independência política) e não forem tomadas pela maioria PSD/PP decisões de

carácter estrutural que contrariem princípios fundamentais do projecto político da CDU».

São apontados exemplos concretos de «diferenças profundas» entre as políticas da coligação de direita e a CDU, mas constatou-se igualmente existirem pontos de conver-

A CDU insiste em preservar a sua autonomia e o seu estilo de trabalho

gência, «designadamente pela aproximação que a actual maioria faz às posições há anos defendidas pela CDU». «A assunção de pelouros por parte da CDU permitiu demonstrar que esta coligação não representa apenas um projecto de oposição, constituindo, isso sim, um verdadeiro projecto político alternativo para a cidade», afirma-se no documento-síntese.

Entretanto, «o PS continua, infelizmente, a assumir uma postura de verdadeira apatia sobre os principais problemas da cidade». «Incomodado com a verdadeira dimensão dos problemas que dei-

xou à cidade, na dúvida sobre a defesa dessa herança ou a atribuição da sua responsabilidade ao Eng.º Nuno Cardoso, incapaz de se adaptar à ausência de responsabilidades governativas, o PS dá uma triste imagem de si mesmo, enredado em políticas de intriga, elegendo a CDU como o seu inimigo principal e envolvendo-se em lógicas partidárias mesquinhas, em que não se importam de pôr em causa os verdadeiros e supremos interesses da cidade e da sua população», comenta-se nas conclusões das jornadas autárquicas.

Na reunião foi analisado um conjunto de medidas estratégicas para o mandato, que devem ser inscritas no Plano de Actividades e no Orçamento do município para o próximo ano. «São medidas essenciais, face aos problemas e às aspirações da população da cidade, e de cuja inclusão naqueles documentos dependerá também o voto da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal», salienta-se nas conclusões, informando que tais propostas são dadas a conhecer durante esta semana ao presidente da CMP e, posteriormente, ao público.

Desmentidas pressões em Beja

O Secretariado da Comissão Concelhia de Beja do PCP e os eleitos comunistas na Câmara Municipal emitiram um comunicado «sobre a alteração da presidência» no executivo autárquico, reagindo a notícias publicadas nas edições de sábado do DN e do JN, relativas à possibilidade de José Manuel Carreira Marques deixar o cargo de presidente da CMB.

«Ao contrário do que se afirma nas notícias referidas, não foram nem estão a ser

exercidas quaisquer pressões sobre Carreira Marques no sentido de deixar a presidência da CM de Beja», afirma-se na nota, comentando que «tais afirmações só podem ser entendidas, por aqueles que conhecem a questão, como mais uma manobra de diversão e de má-fé, que há muito se vêm desenvolvendo para procurar atingir o PCP».

Depois de recordar que «o próprio Carreira Marques, já em 1997, havia colocado ao Partido a necessidade de se

encontrar alguém que o pudesse substituir na presidência da Câmara Municipal de Beja, por razões do estrito foro pessoal», a nota conclui que «procurar transformar o que é uma situação pacífica entre comunistas, no quadro do normal funcionamento do Partido Comunista Português, em divergência ideológica e perseguições políticas não é mais do que uma manifestação de má-fé de quem assim procede, que repudiamos fortemente».

Freguesias de Santarém

No âmbito das jornadas concelhias, em curso desde 5 de Outubro, os vereadores Luísa Mesquita e José Marcelino e outros eleitos e activistas da CDU concluíram sábado passado a visita às freguesias rurais de Santarém. A iniciativa, que tem por finalidade recolher informações junto da popu-

lação e trocar opiniões com autarcas das diferentes forças políticas, tem a sua última etapa marcada para 9 e 10 de Novembro, com uma «volta» pelas freguesias da cidade.

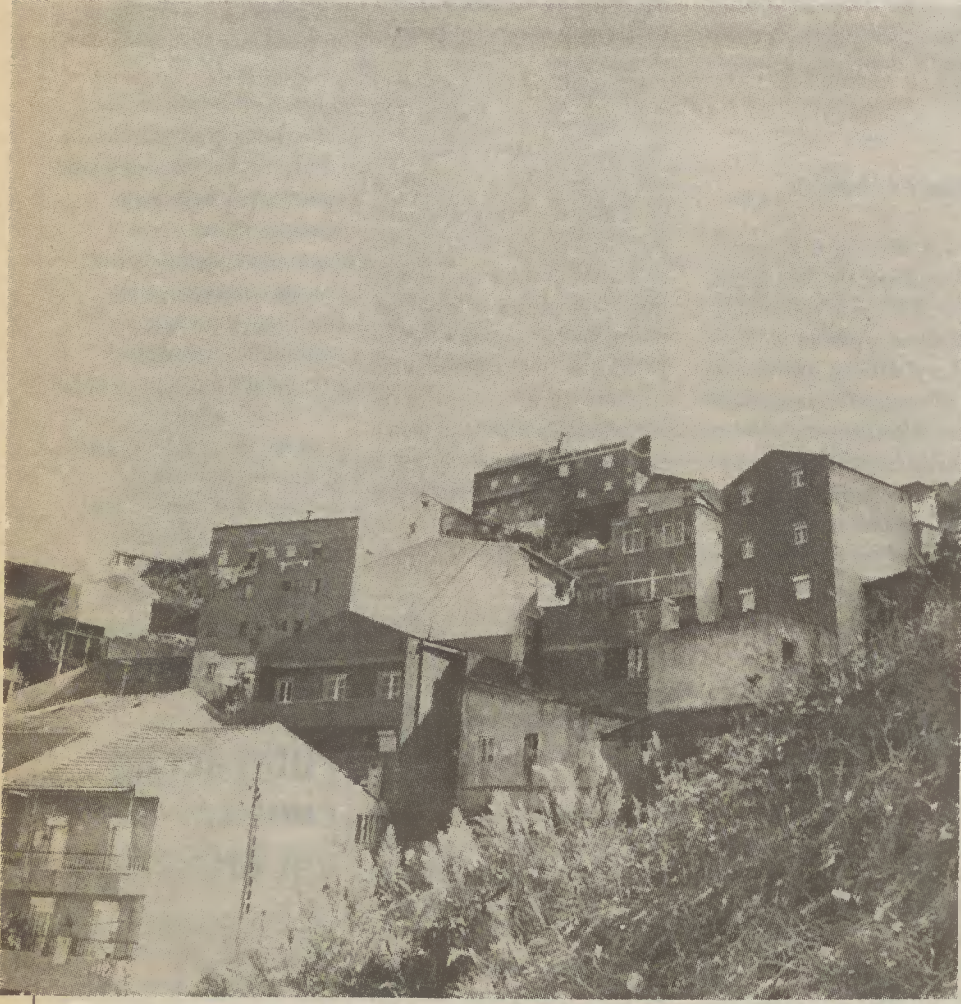
Durante três sábados, os homens e mulheres da CDU estiveram no Vale de Santarém, na Póvoa da Isenta, em

Almoester, na Moçarria, nas Abitureiras, na Romeira, na Azóia de Baixo, em Tremês, Arneiro de Milhariças, Vaqueiros, Pernes, Gançaria, Abrã, Amiais de Baixo, Pombalinho, Casével, S. Vicente do Paúl, Vale de Figueira, Alcanhões, Azóia de Cima, Póvoa de Santarém e Achete.

colidir com os interesses da especulação imobiliária, tem tido a oposição dos decisores que, apesar de eleitos para defender os interesses das populações, originaram a grave situação de caos urbanístico na AML. Os governos foram responsabilizados pela situação que permitiram. Provou-se que as leis dos solos e do urbanismo estão há muitos anos desajustadas. As mais-valias geradas pelos investimentos públicos e pelas decisões de planeamento servem exclusivamente os especuladores. Os atrasos no planeamento, à escala nacional e regional, geraram a lei da selva, onde imperou a lei do

intervenientes e como o PCP tem afirmado, que não basta criar mais Áreas Metropolitanas, é preciso que lhes sejam conferidas mais competências, lhes sejam dados meios e seja previsto um novo modelo de gestão. Com representantes eleitos pela região, dizemos nós.

Pena é que, durante todos estes anos em que fomos poucos a alertar para as consequências destas políticas, tenham sido criadas situações irreversíveis que sacrificam tanta gente aos interesses dos lobbies da construção, em nome de um falso desenvolvimento.



DORT exige medidas urgentes

Salvem a batata

A produção de batata em Trás-os-Montes é fundamental para a sustentabilidade da economia da região, pelo que é imprescindível ser apoiada com políticas claras e efectivas, sublinham os comunistas.

Este ano foi de excelente produção e «os produtores de batata estão mais uma vez em dificuldades», pois «não conseguem colocar a sua produção no mercado, muito menos competir com os vizinhos espanhóis, onde as colheitas foram igualmente excelentes». O alerta, acompanhado de uma clara declaração de solidariedade, foi lançado, segunda-feira, em conferên-

cia de imprensa, pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP.

Os comunistas recordaram que, após a integração na União Europeia e a livre circulação de produtos agrícolas, «cíclicamente, e em ciclos cada vez mais curtos, o escoamento da produção de batata transformou-se num pesadelo» para os agricultores, em particular nos conce-

lhos de Chaves, Montalegre, Vila Pouca, Vinhais e Bragança (onde a cultura do tubérculo tem maior peso na estatística nacional). Sucede que os produtores nacionais suportam custos de produção (gasóleo, fertilizantes, pesticidas, etc.) muito superiores à média europeia e, por outro lado, a batata estrangeira entra livremente e até é «baptizada» de batata nacional. Para além de custos de produção inferiores, em Espanha os agricultores têm ainda um fundo de garantia, que é ac-

Quanto maior é a produção, maiores são os problemas para a escoar

cionado em anos de crise, suportado em 50 por cento pelo Estado.

Motivo acrescido de preocupação é, para os comunistas transmontanos, o previsto alargamento da União Europeia a países do Leste europeu. No documento que foi distribuído à comunicação social, a DORT refere o exemplo da Polónia, que hoje produz mais batata do que, juntos, a Alemanha, a Holanda, a França, a Espanha, o Reino Unido, a Bélgica e Portugal, o que faz prever «o futuro negro que está

reservado aos produtores» de Trás-os-Montes.

«Não bastam palavras bonitas de incentivo à produção e à competitividade por parte dos responsáveis governamentais, o que é necessário e urgente são medidas efectivas de apoio a quem produz». Do Governo e da UE, os comunistas exigem, nomeadamente:

– a definição de um montante para ajuda financeira aos produtores de batata, para os compensar das suas perdas comerciais, e um levantamento urgente da produção em armazém, para comercializar a preços não inferiores a 20 cêntimos;

– legislar para que seja constituído um fundo de garantia para a produção de batata, à semelhança do que sucede noutros países europeus;

– medidas eficazes de fiscalização para impedir que batata estrangeira seja vendida como nacional;

– exigir na UE a criação de regras para a comercialização da batata, antes da adesão de novos países.

Na conferência de imprensa foi revelado que, nos próximos dias, o PCP apresentará na AR um requerimento ao Governo acerca desta grave situação.

Insistir na luta

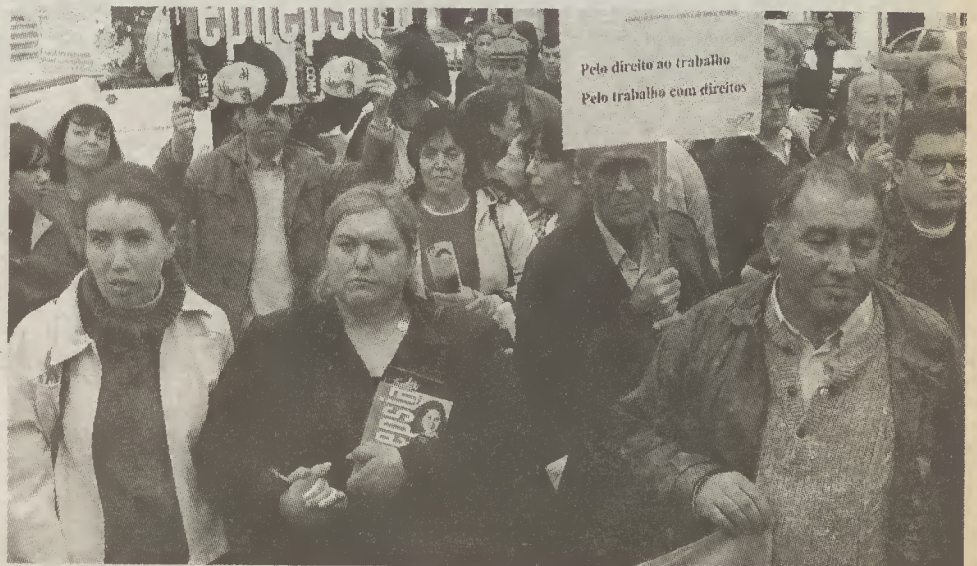
«Será com intensa mobilização e luta que teremos de travar a destruição da nossa agricultura», afirmou Albino Silva, ao intervir no domingo, em Castelo de Paiva, na comemoração do 14.º aniversário da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro. Perante centena e meia de pessoas, o presidente da ALDA e dirigente da Confederação Nacional da Agricultura prestou homenagem aos «nossos companheiros

de luta, Virgílio Vieira Gomes e Carlos Moreira Gonçalves, desaparecidos na tragédia de Entre-os-Rios» e reiterou «a nossa sempre sincera solidariedade aos que teimam, com vontade, com coragem, com espírito de sacrifício, em continuar a erguer a obra» deixada, a União dos Agricultores de Castelo de Paiva.

O presidente da ALDA denunciou as graves ameaças contidas na reforma

intercalar da PAC e nas propostas da Comissão Europeia, e exigiu, em alternativa, «mais produção e mais apoios» e «o escoamento dos nossos produtos a preços justos».

Na iniciativa intervieram também António Ferraria, em nome da CNA, o padre Manuel Dias e o presidente da Assembleia Geral da ALDA, Fernando Moura – refere uma nota de imprensa divulgada pela associação.



O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência tem objectivos que estão já comprometidos pela acção do Governo e da maioria que lhe dá suporte parlamentar

Deficientes exigem iguais direitos

Na passada sexta-feira, a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes promoveu uma vigília em frente à Assembleia da República, reclamando efectiva igualdade de tratamento dos cidadãos com deficiência, designadamente em matéria de Educação, Emprego e Saúde.

A iniciativa da CNOD decorreu durante toda a tarde e coincidiu com uma reunião da Confederação na

comissão parlamentar de Trabalho e Assuntos Sociais, onde foi entregue um documento reivindicativo.

Entre as preocupações das organizações representativas dos deficientes está a tentativa de desregulamentação das relações laborais, através das linhas expressas no anteprojecto do «Código do Trabalho». A CNOD vê com apreensão a proposta governamental de alteração da lei de bases da Seguran-

ça Social e protesta ainda contra a descaracterização do Serviço Nacional de Saúde.

Motivo de protesto é igualmente o facto de, faltando cerca de 60 dias para o início do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (como foi declarado 2003), o Governo manter uma postura de indiferença total em relação aos deficientes e às organizações que os representam.



Na comemoração participaram cerca de 150 pessoas

Jovem emigrante morre na Holanda

No passado dia 19 morreu na cidade de Haia um português, de 21 anos de idade, por asfixia com anidrido carbónico. Outros três jovens portugueses receberam tratamento hospitalar.

O drama ocorreu devido ao mau estado da caldeira central de aquecimento, que não era inspeccionada há cerca de três anos. Os bombeiros informaram ainda que o índice de anidrido de carbono era 16 vezes superior ao normal.

A casa, onde viviam cerca de vinte pessoas, foi encerrada por ordem do presidente da Câmara de Haia, porque não apresentava condições de segurança. O prédio tinha dois pisos e os portugueses viviam no segundo.

Nova onda

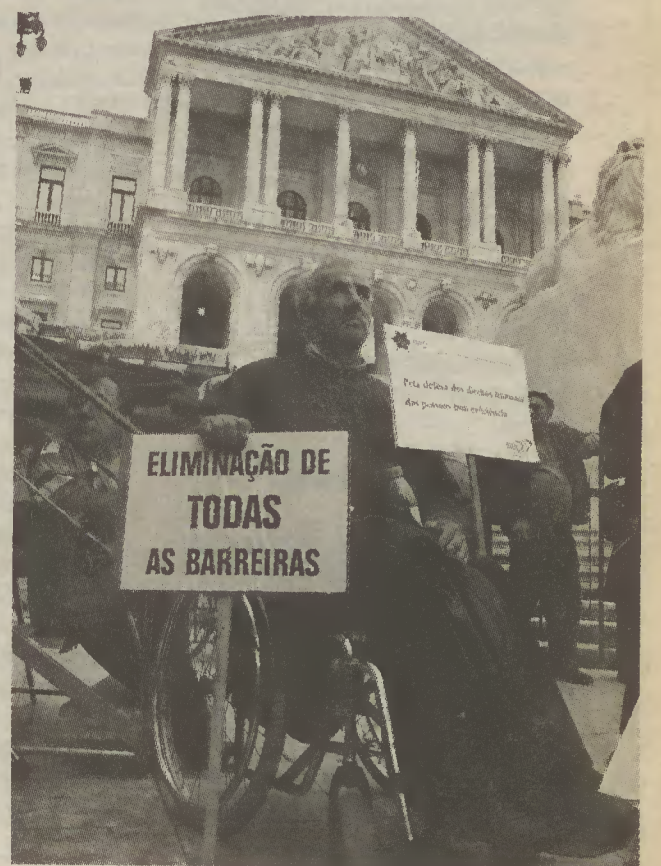
«Esta situação deve-se ao facto de se registar uma nova onda de emigrantes portugueses, que procuram trabalho na Holanda», comentou José Xavier, antigo membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, explicando que estes compatriotas são subcontratados através de empresas de trabalho temporário, para trabalharem em empresas agrícolas, sobretudo em estufas. Tais empresas «geralmente são geridas por

cidadãos turcos» e «utilizam estes portugueses, dado que os turcos não podem fazer este trabalho de forma legal». José Xavier refere que «existe muita precariedade nestes «contratos», e em muitos casos nem as devidas prestações sociais são pagas, tal como não é garantido o acesso aos serviços de saúde».

Segundo aquele emigrante, «são já muitas centenas os portugueses que por toda a Holanda fazem este tipo de actividades e vivem ilegalmente em casas, em grupos», havendo também «muitos a viver em parques de campismo, em caravanas, sem as mínimas condições humanas».

Também em outros sectores e regiões, como a construção civil e a construção de zonas industriais, junto ao porto de Roterdão, «alguns milhares de portugueses» prestam serviço através de empresas subempreiteiras, que pagam aos trabalhadores salários equivalentes a metade do que cobram, ou até menos.

Outros grupos «vão sendo aliciados e aparecem na Holanda de variadas formas», acrescenta José Xavier, recordando que em Amsterdão houve, recentemente, «um grupo que incluía alguns jovens de 16 anos de idade que foram deixados junto da estação, com fome e sede, durante três dias». Estes emigrantes têm encontrado apoio das associações portuguesas na Holanda.





«Eixo da paz» contra a guerra e o capital

● Rui Paz

A tempestade climática que assolou o continente europeu, no último fim-de-semana, foi acompanhada por um vendaval de protestos centralizado na Alemanha contra a estratégia da guerra global dos Estados Unidos. Respondendo ao apelo de várias centenas de organizações reunidas em torno do «eixo da paz», realizaram-se em mais de noventa cidades alemãs e junto de bases militares americanas numerosas manifestações, vigílias e outras acções pacifistas. Em Hamburgo, Berlim, Frankfurt, Colónia, Dusseldorf, Estugarda, Munique, Hannover, Nuremberga, Dortmund, Essen, Duisburgo, Bremen, Bochum, Mönchengladbach, Aix-la-Chapelle... desfilaram milhares e milhares de manifestantes entoando em coro «resistência internacional contra a guerra e o capital!», e exigindo o fim das aventuras bélicas de Bush e a renúncia a uma nova agressão contra o Iraque.

Em frente ao quartel-general do exército americano em Heidelberg e ao comando central de intervenção das tropas americanas estacionadas na Europa, EUCOM, a «Associação das Vítimas do Fascismo» (VVN) apelou para que «parem com a guerra antes que seja demasiado tarde!». O porta-voz do movimento ATTAC da Alemanha, Sven Gigold, afirmou ser necessário que nos próximos tempos se realizem bloqueios pacíficos das bases americanas na Alemanha.

A reivindicação do regresso imediato dos cerca de dez mil soldados da Bundeswehr envolvidos em operações militares no estrangeiro, dos tanques alemães estacionados no Koweit e das unidades da marinha de guerra que navegam junto das costas da Somália, dominou muitas intervenções. A presidente do PDS, Gabriela Simmer, exigiu do governo de Schröder que a Alemanha não participe, nem directa nem indirectamente, em mais uma guerra de agressão e que recuse qualquer espécie de apoio logístico aos EUA, uma vez que o tratado militar com Washington deixou de vigorar desde 1996.

O movimento operário

Estas acções do movimento da paz na Alemanha tiveram lugar no mesmo dia em que em Washington e S. Francisco se registaram as maiores manifestações pacifistas desde a guerra do Vietname. J. Catalinotto, do «Internacional Action Center» de Nova Iorque, que esteve presente em Berlim para expressar a solidariedade do movimento da paz norte-americano, afirmou que «apesar

do povo americano estar submetido à propaganda bélica mais intensiva do mundo, o movimento operário está, desta vez, mais bem organizado e actuante do que durante a guerra do Vietname».

Catalinotto prosseguiu sublinhando que «os crimes da elite americana resultam da necessidade de defesa e imposição de um sistema mundial de exploração que se encontra numa crise muito grave». E concluiu salientando que «é o sistema imperialista que leva a elite política a desencadear estas guerras de conquista».

Por sua vez, o presidente da organização internacional dos médicos contra a guerra atómica, dr McCoy, confirmou que «desde a guerra dos EUA e da NATO contra o Iraque, em 1991, aumentou assustadoramente o cancro nas crianças iraquianas», e que «os EUA produzem armas nucleares cada vez mais perversas, como as «mini-nukes», com o objectivo de as utilizarem mesmo em guerras convencionais». A presidente da secção britânica da mesma organização exigiu, por seu turno, a presença dos inspectores da ONU nos Estados Unidos «para controlarem as graves infracções que ali se cometem contra os tratados internacionais de não proliferação». Também a vice-presidente do Conselho Britânico para o Desarmamento Nuclear, Helen John, numa entrevista ao «Neues Deutschland», depois de salientar que o movimento conseguiu juntar quatrocentas mil pessoas em Londres na última manifestação contra a guerra, acrescentou que, no caso de Bush e Blair atacarem o Iraque, a sua organização é de opinião de que aqueles dirigentes políticos «deverão ser julgados por um tribunal internacional».

Desde os bombardeamentos contra a população civil no Afeganistão, que já provocaram milhares de vítimas inocentes, o movimento da paz na Alemanha tem vindo a reforçar-se diariamente. Aquilo que ainda há um ano parecia impossível, isto é, a participação nas manifestações contra a guerra de deputados dos Verdes, de estruturas do SPD e de direcções sindicais dominadas pela social-democracia, como a do Sindicato do Ensino e Ciência (GEW), começa a ser hoje uma realidade. A luta do povo alemão está a obrigar os dirigentes governamentais a refrearem os impulsos belicistas e acabará, juntamente com a luta e o protesto dos povos do mundo inteiro, por inverter o caminho extremamente perigoso para toda a humanidade iniciado em 1999, em Washington, com a aprovação do chamado novo conceito estratégico da NATO e a agressão contra a Jugoslávia.

Protestos contra o «Vietname» do século XXI nos EUA, Japão e Europa

«Não à guerra»

Milhões de pessoas saíram à rua nas principais capitais do mundo para dizer «não» à ofensiva militar no Iraque.

Em Washington mais de cem mil pessoas protestaram, sábado, contra a política de George W. Bush. Os manifestantes percorreram a capital e concentraram-se no monumento em memória da vítimas norte-americanas do Vietname.

Os organizadores consideraram que esta foi a maior manifestação pacifista depois da guerra do Vietname, no início dos anos 70. Participaram responsáveis de movimentos religiosos, antigos militares e personalidades como o reverendo Jesse Jackson.

Na cidade de São Francisco, Califórnia, milhares de pessoas manifestaram-se para dizerem «não à guerra» no Iraque, numa marcha convocada por movimentos pacifistas, ecologistas e sindicais.

Em ambiente festivo, o centro da cidade foi palco da marcha organizada pela «Resposta Internacional», grupo de pretende recuperar nos Estados Unidos «o espírito das manifestações que

reflectiram a rejeição popular à guerra do Vietname».

«Escolas e não bombas», «Não queremos sangue por petróleo» e «São mais importantes os Estados Unidos que o Iraque» foram as palavras de ordem mais ouvidas durante a marcha que contou com a presença da senadora da Califórnia, Barbara Lee, conhecida pelas suas posições pacifistas.

Lee, a única Senadora que votou contra as represálias militares no Afeganistão, após os atentados de 11 de Setembro, dirigiu-se aos manifestantes para afirmar que «temos que mudar e dar uma volta a este país».

Manifestações em todo o mundo

Do outro lado do planeta, em Tóquio, no Japão, centenas de pessoas manifestaram-se, também no sábado, para protestar contra a ofensiva no

Iraque. «Esta marcha pela paz pede ao governo japonês que não apoie esta guerra de nenhuma forma. Como cidadãos num mundo global, desejamos aliar-nos e ajudar os movimentos mundiais pela paz de forma a travar a guerra antes que ela comece», afirmou um dos organizadores nipónicos.

Nas ruas de Roma, Itália, mais de um milhar de pessoas, segundo os jornalistas, 15 mil segundo os organizadores, desfilaram pelas ruas da capital italiana a fim de se manifestarem contra uma eventual guerra no Iraque e a favor do povo palestino. O número de manifestantes foi engrossando à medida que as horas passavam.

Em Madrid, as ruas da capital espanhola voltaram a ser palco de manifestações pacifistas de protesto contra os anunciados planos americanos de levar a cabo uma ofensiva militar contra o Iraque.

Em Amsterdão, Holanda, a eventualidade desta guerra reuniu milhares de pessoas, tal como aconteceu na Coreia do Sul, Bélgica, Austrália, México e na Alemanha (ver comentário nesta página).



Em Washington, milhares de pessoas manifestaram-se contra a eventual intervenção militar norte-americana no Iraque

Bagdad convida imprensa a vigiar trabalho dos inspectores

O vice-presidente iraquiano, Taha Yassine Ramadan, apelou, segunda-feira, aos meios de comunicação internacionais para que vigiem o trabalho dos inspectores de desarmamento da ONU, uma vez regressados ao Iraque.

«É necessário que os media e personalidades independentes conhecidas se dêem conta do método de trabalho dos inspectores», declarou Ramadan à televisão do Estado iraquiano. O vice-presidente afirmou que o Iraque «facilitará a missão (dos inspectores da ONU) na procura de armas de destruição maciça, porque sabemos que não existe» armamento deste tipo no país.

«Mas não vamos tolerar

que os inspectores sejam a única fonte de informação porque não confiamos neles», prosseguiu. Ramadan considerou que a resolução sobre o desarmamento iraquiano apresentada pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas visa preparar o terreno para uma guerra contra o Iraque. «Se o Iraque rejeitar a resolução, ela servirá de pretexto para uma agressão», afirmou.

«Caso o Iraque aceite a nova resolução e os inspectores retomem as suas actividades em conformidade com a fórmula (proposta por Washington) e surjam confrontos entre a parte iraquiana e os peritos, os Estados Unidos ficarão então satisfeitos e

dirão que Bagdad não cooperou e que as sanções deverão ser aplicadas», acrescentou.

O chefe dos inspectores em desarmamento da ONU, Hans Blix, exortou entretanto os membros do Conselho de Segurança da ONU a ultrapassarem as suas divergências e a adoptarem uma resolução para expressar apoio total às inspecções que deverão verificar o desarmamento iraquiano.

Por outro lado, a Casa Branca manifestou a sua impaciência ao considerar que é tempo de a ONU adoptar uma resolução sobre o recurso automático à força contra o Iraque se Bagdad obstruir o trabalho dos inspectores em desarmamento.

Palestina aprova novo governo

O novo gabinete de 19 ministros proposto pelo presidente palestino, Yasser Arafat, foi aprovado, terça-feira, pelo Parlamento com 56 votos a favor, 18 contra e cinco abstenções. Quatro novos ministros integram o executivo, entre eles o do Interior, Hani al-Hasan, que substituiu Abdel Razek Al-Yehia e se encarregará das forças de segurança palestinianas. Outros 15 ministros do antigo gabinete permanecem no novo governo, enquanto três foram substituídos. Além de Hani al-Hasan, uma das figuras de proa do Fatah, movimento que domina o Parlamento, os novos ministros são Ahmad al-Chibi (Fatah) para a Saúde, Zuheir Surani, um independente próximo do Fatah, para a Justiça, e Hicham Abdelrazak para o novo Ministério dos Prisioneiros, com tutela sobre as questões ligadas aos palestinianos detidos em estabelecimentos israelitas.

Massacre na Argélia

Um total de 21 pessoas foram assassinadas e três ficaram feridas num massacre atribuído a um comando islâmico, na Argélia. A operação teve como cenário a aldeia de Bukadir, a 200 Km da capital argelina. Os serviços de segurança confirmaram, sexta-feira, o massacre e responsabilizaram o Grupo Islâmico Armado, um grupo que se opõe à política de coesão civil do presidente Abdelaziz Buteflika.

Líbia sai da Liga Árabe

A Líbia anunciou, na passada semana, que vai deixar de fazer parte da Liga Árabe. Dificuldades em lidar com as crises no Iraque e na Palestina são as causas apontadas para esta decisão. A notícia foi conhecida através de uma nota do governo líbio divulgada pela agência de notícias oficial, mas não foi avançada qualquer explicação. Hesham Youssef, porta-voz da Liga Árabe, confirmou a recepção de um comunicado da Líbia anunciando a saída da organização.

Milosevic critica audiências

O ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic criticou, na passada semana, o facto de as audiências do Tribunal Penal Internacional serem realizadas à porta fechada. «Os processos secretos têm um passado que não contribuem para a glória de quem quer que seja», referiu Milosevic. O ex-presidente jugoslavo foi criticado pelos juízes por ter divulgado em público elementos de um depoimento revelado à porta fechada. O tribunal disse, em resposta às críticas de Milosevic, que é o tribunal que julga o processo e não o público.

Despedimentos na Advantest

O grupo japonês Advantest, que produz máquinas de teste para fabricantes de semicondutores, anunciou, sábado, o despedimento de 600 trabalhadores, cerca de 10 por cento da sua força de trabalho.

Viragem à esquerda Brasil elege Lula

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, ganhou a segunda volta das eleições. Com mais de 60 por cento dos votos o 39.º Presidente do Brasil é o mais votado de sempre.

Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou, de lágrimas nos olhos, na sua primeira declaração como presidente eleito do Brasil, que vai respeitar os compromissos internacionais, mas alertou que «não há soluções milagrosas» para resolver os problemas do Brasil. «Não há soluções milagrosas para tamanha dívida social, mas é possível e necessário começar a trabalhar desde o primeiro dia de governo», disse Lula, em São Paulo.

Na sua intervenção, Lula criticou as barreiras alfandegárias e subsídios ao sector agrícola dos países ricos por prejudicarem as exportações brasileiras e defendeu uma nova ordem internacional, com a redução da distância entre nações pobres e desenvolvidas.

Entretanto, o novo presidente pediu ao Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e à comunidade financeira internacional que restabeleçam as linhas de crédito ao país. «O Brasil fará sua parte para superar a crise. As mudanças virão sem surpresas nem sobressaltos. O meu governo

terá a marca da negociação e da paciência», garantiu Lula.

O presidente eleito anunciou ainda que o combate à fome será uma das prioridades do seu governo, através da criação de uma secretaria de emergência social, com recursos públicos, já a partir de Janeiro de

«Vamos aplacar a fome, gerar emprego e atacar a corrupção»

2003, apesar das restrições orçamentais. «Vamos aplacar a fome, gerar emprego e atacar o crime e a corrupção. Se no final do meu mandato cada brasileiro puder se alimentar três vezes por dia, terei realizado a missão da minha vida», afirmou Lula.

O futuro presidente defendeu que o Brasil tem condições de superar a actual crise cambial e a necessidade de financiamento externo, com o aumento das exportações. Segundo Lula, é possível ampliar em 2003 o actual superavit da balança comercial de 10 mil milhões de dólares por meio do aumento da competitividade da economia e com a abertura ao mercado externo.

Lula da Silva reafirmou que vai respeitar contratos, que não descuidará o controlo da inflação e que manterá uma postura de responsabili-



«Se no final do meu mandato cada brasileiro puder se alimentar três vezes por dia, terei realizado a missão da minha vida», afirmou Lula, em São Paulo

dade fiscal no equilíbrio das contas do governo. «A dura travessia exigirá austeridade no uso do dinheiro público e no implacável combate à corrupção», disse.

Um novo Brasil

Lula comprometeu-se ainda a cumprir acordos internacionais como o Protocolo de Quioto, o acordo de não proliferação de armas químicas e nucleares, além de impulsionar as relações com o Mercosul e com a ALCA, por meio de «uma

proposta soberana». «O meu governo será guardião da Amazônia e da sua biodiversidade. Vamos impulsionar as relações com a América Latina e de combate ao narcotráfico», prometeu.

Ao dizer que o Congresso Nacional «tem uma imensa responsabilidade nas mudanças que vão promover a inclusão social», Lula anunciou que encaminhará para apreciação dos parlamentares reformas da Previdência, Tributária, da Legislação Trabalhista, Política e da Reforma Agrária.

«A nossa vitória significa a

escolha de um projecto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil», disse, elogiando a postura nas eleições do presidente cessante, Fernando Henrique Cardoso.

Lula afirmou que pretende propor um «pacto nacional pelo Brasil», com a «activa participação de todas as forças» da sociedade e que pretende fazer uma aliança com «outras forças partidárias» que não o apoiaram durante a campanha eleitoral.

«Estou optimista. Sinto que um novo Brasil está a nascer», concluiu.

Reacções

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, felicitou Lula «com grande satisfação pela sua eleição como Presidente do Brasil», desejando-lhe «os maiores sucessos no exercício de tão altas responsabilidades».

Segundo Carvalhas, os resultados alcançados por Lula «reflectem a profunda vontade de mudança a que aspiram os trabalhadores e o povo brasileiro». Na sua mensagem, o secretário-geral do PCP formulou «votos de êxito na procura das melhores soluções para enfrentar as profundas injustiças sociais que caracterizam a sociedade brasileira e para o desenvolvimento do Brasil como país independente e soberano».

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou, também, uma mensagem ao Partido dos Trabalhadores do Brasil, formulando «votos que para o novo Presidente e o novo governo que se vier a constituir tenham êxito na sua acção para enfrentar as flagrantes injustiças sociais que hoje existem no Brasil e garantir-lhe um desenvolvimento soberano e independente».

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, desejou «toda a sorte do mundo» ao vencedor das eleições presiden-

ciais. «Daqui, de Caracas, berço de Bolívar, envio-lhe em nome de todo o povo da Venezuela este coração, esta fé, este amor e esta esperança», disse.

A Comissão Europeia felicitou Luiz Inácio Lula da Silva pela sua vitória e reafirmou a vontade de prosseguir o reforço das relações bilaterais e no âmbito regional.

Dos Estados Unidos chegou uma mensagem da Casa Branca. «O presidente felicitou o vencedor e manifesta o desejo de no futuro continuar a trabalhar de forma frutuosa com o Brasil».

José Eduardo dos Santos, presidente de Angola, enviou também uma mensagem de felicitações a Lula da Silva, tal como o primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, que afirmou que «pela primeira vez o povo brasileiro fez justiça». Xanana Gusmão cumprimentou igualmente o seu homólogo brasileiro e declarou-se empenhado no desenvolvimento de laços fortes entre Timor-Leste e o Brasil.

Por seu turno o presidente cubano, Fidel Castro, considerou que Lula está bem preparado para governar o maior país da América Latina. «Somos amigos e admiro a sua perseverança», sublinhou.

Vitória histórica

Luiz Inácio Lula da Silva, o novo presidente da República do Brasil, recolheu 61,29 por cento dos votos na segunda volta das eleições presidenciais brasileiras. José Serra, que obteve 38,71 por cento das intenções de votos, demorou cerca de quatro horas a assumir a derrota e a felicitar Lula.

De acordo com números avançados pelo Supremo Tribunal Eleitoral, Lula conseguiu mais de 52,7 milhões de votos, um recorde histórico no

Brasil. A abstenção andou na ordem dos 20 por cento, dois pontos percentuais acima dos valores registados na primeira volta.

Em Portugal, Lula da Silva foi o candidato mais votado totalizando 2264 votos contra os 1300 obtidos por José Serra. O candidato do Partido dos Trabalhadores venceu quer em Lisboa quer no Porto, com 1689 (67,26 por cento) e 575 votos (54,61 por cento) respectivamente, enquanto

Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), obteve 822 (32,74 por cento) e 478 votos (45,39 por cento).

Em Portugal há cerca de 45 mil brasileiros registados nos consulados, mas outros 40 mil vivem no país sem documentação, segundo especialistas de emigração. Deste total, apenas 6431 brasileiros se recensearam, contabilizando 4387 pessoas em Lisboa e 2044 no Porto.

Ambiente de pesar em Moscovo

Os funerais dos 118 reféns mortos no decorrer da intervenção das forças russas no teatro de Moscovo começaram a ser realizados antontem. Na capital russa o ambiente é de pesar, numa altura em que correm versões distintas sobre as causas da morte.

O Ministério Público russo afirmou que 45 das vítimas morreram devido a disparos, contradizendo informações anteriormente avançadas pelo Ministério da Saúde russo, indicando que a maioria dos reféns havia morrido devido à inalação do gás lançado pelas tropas russas.

Entretanto, até ao momento não se sabe qual foi o gás utilizado pelas tropas russas mas, segundo fontes médicas, os sintomas dos afectados e os seus efeitos retardados,

com arritmias, vômitos e desmaios, são compatíveis com uma arma química conhecida como BZ (substância neoparalisante). A embaixada norte-americana em Moscovo, por seu turno, defende que o gás é um derivado de opiáceos, uma substância experimental.

A ocupação do Teatro Central de Dubrovka aconteceu, na quarta-feira da semana passada, durante a representação do musical «Nord-Ost», que era muito aguardada na capital russa. Os terroristas, de origem tchetchena, chegaram em veículos estranhos de grande cilindrada, bloquearam as saídas do teatro e tomaram de assalto o edifício que armadilharam com grande quantidade de explosivos, fazendo 700 reféns.

• Gustavo Carneiro

Prisioneiros do império (I)

Num vergonhoso julgamento político, os tribunais norte-americanos condenaram cinco patriotas cubanos a pesadas penas de prisão. Encarcerados há mais de quatro anos, só cometeram um «crime»: defender o seu país do terrorismo das organizações mafiosas de extrema-direita que actuam com a impunidade e o apoio das autoridades do gigante imperial.

Tudo começou na madrugada de 12 de Setembro de 1998, quando o FBI capturou cinco cubanos na cidade de Miami, sob suspeita de espionagem. Nesse mesmo instante, iniciava-se um dos mais sujos processos políticos de que há memória, e que levaria, em finais de 2001, à condenação dos cinco homens a penas que vão de 15 anos a duas prisões perpétuas mais 15 anos. A leitura das sentenças culminou um longo «processo judicial» cujo veredicto estava ditado à partida.

Na própria manhã da captura dos cinco cubanos, o FBI informou do sucedido dois (apenas dois, num total de 25) membros da câmara do estado da Flórida, conhecidos e activos anticastristas. Não existia ainda qualquer acusação formal e já os sectores mais radicais da extrema-direita cubano-americana davam início a uma feroz campanha contra os cinco prisioneiros, que apresentava como uma perigosa ameaça. Nos poderosos meios de comunicação da

Flórida, controlados na sua esmagadora maioria pela extrema-direita cubana, nem uma palavra acerca da verdadeira razão deste injusto encarceramento: vítima desde a primeira hora do terrorismo contra-revolucionário que fez da Flórida a sua base de operações, Cuba teve que se defender, necessitando de conhecer os movimentos e as intenções dos autoproclamados «exilados».

Foi esta missão que levou Gerardo Hernández, Ramón Labañino, Antonio Guerrero, Fernando González e René González a infiltrar-se nos agrupamentos criminosos que conspiravam contra o seu país.

O julgamento dos cinco patriotas cubanos não teve sequer uma aparência de legalidade. A começar pela sua realização na cidade de Miami, numa clara e frontal violação da Sexta Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que obriga qualquer réu a um julgamento justo. Caso a imparcialidade não seja plenamente assegurada no local do alegado crime, o julgamento deverá ser transferido para outro local. Sede das mafias cubano-americanas, Miami não garantia um julgamento justo. Foi exactamente entre Setembro de 1998 e as deliberações dos jurados, em Junho de 2001, que se sucederam as provocações anticubanas relacionadas com o sequestro do menino Elián González e os distúrbios provocados com o intuito de impedir conjuntos musicais cubanos de actuarem na cidade por ocasião da cerimónia de entrega dos prémios de música *Grammy*. A cerimónia de entrega dos prémios foi transferida para Los Angeles. Quanto ao julgamento, manteve-se em Miami, apesar das insistentes exigências da defesa.

As piores expectativas concretizaram-se. No mesmo dia da escolha dos jurados, em finais de 2000, equipas da televisão TV Martí – propriedade do governo dos EUA e arma de propaganda da extrema-direita anticastrista – filmaram os candidatos a jurados, enquanto estes desciam as escadas do tribunal, bem como as placas de matrícula dos seus carros. Muitos dos cidadãos designados para a função resignaram, por medo de represálias. Ainda não havia começado o julgamento e já os cinco cubanos tinham o destino traçado.

A pressão deu resultado. Após um complexo processo de cinco meses, que produziu uma documentação de dezenas de milhares de páginas e dezenas de acusações contra os cinco réus, o júri proferiu a sentença: culpados de todas as acusações. Pelo meio, não apresentaram uma única dúvida, não fizeram nenhuma pergunta, não solicitaram nem um esclarecimento.



Uma farsa política

Que «crimes» foram esses? Todos os cinco eram acusados de participar numa conspiração contra os Estados Unidos. Sobre três deles – Gerardo Hernández, Ramón Labañino e Antonio Guerrero – recaía a acusação de terem informado Cuba acerca de questões relacionadas com a segurança nacional dos EUA. Gerardo Hernández foi ainda inculcado de conspiração consciente e deliberada para cometer homicídio. Esta última acusação relacionava-se com a morte de quatro membros do grupo extremista *Hermanos al Rescate*, quando o seu avião foi abatido pela Força Aérea cubana, em 1996, enquanto sobrevoava Cuba, e após repetidos avisos. Durante anos, voos como este foram utilizados para provocação política e ataques militares, químicos e bacteriológicos.

Segundo as leis norte-americanas, para afastar a primeira acusação era necessário mostrar que estas acções eram justificadas por evitarem um mal menor. A defesa argumentou que as «acções realizadas pelos acusados foram a resposta a quarenta anos de hostilidade por parte de pessoas que saíram de Cuba desde 1959». Esta «hostilidade» trouxe a morte, nos últimos 42 anos, a 3478 pessoas, tendo ferido mais de 2 mil. Entre as acções terroristas contra Cuba conta-se o envenenamento de culturas e cursos de água, 637 atentados contra a vida do presidente Fidel Castro, o derrube de um avião cubano que transportava, entre muitas outras pessoas, a equipa juvenil de esgrima, e, mais recentemente, a explosão de uma bomba num hotel de Havana que custou a vida ao turista italiano Favio di Celmo. Gerardo Hernández, na sua defesa, afirmou que «tudo o que fizemos foi salvar a vida de seres humanos inocentes, evitando o terrorismo e uma estúpida guerra».

A segunda acusação era ainda mais débil. Para que os réus fossem condenados, o governo tinha de provar que a

informação transmitida era secreta e que estava relacionada com a defesa nacional dos EUA. O essencial da acusação prendia-se com

a actividade de Antonio Guerrero, supervisionada por Gerardo e Ramón, enquanto trabalhador de uma base naval da Flórida. As únicas provas que o governo norte-americano apresentou foram de que o acusado informou Cuba – que temia uma invasão da ilha no seguimento do derrube do avião dos *Hermanos al Rescate* – sobre a quantidade de aviões existentes e as suas movimentações. Uma «curiosidade»: a base em questão não tem sequer uma entrada de segurança e, à porta, um letreiro convida as pessoas a entrar e tirar fotografias. Informações secretas ou relativas à defesa dos EUA... nem uma.

A terceira acusação visava Gerardo Hernández e baseava-se numa mensagem enviada de Havana para o acusado e que foi interceptada. Nessa mensagem, Cuba aconselha aos que estavam infiltrados nos grupos extremistas a não participarem em nenhum voo levado a cabo por esses mesmos grupos, pois eram esperadas acções de provocação. O advogado do réu argumentou considerando que a defesa do espaço aéreo é um direito de todos os estados e que nunca se pode acusar uma pessoa por uma decisão tomada por um governo. Além disso, a única «prova» que a acusação detinha, a mensagem interceptada, referia a necessidade de «evitar qualquer incidente». A acusação tinha pés de barro.

Sem quaisquer provas acerca das responsabilidades dos cinco cubanos nos crimes de que eram acusados, o júri considerou-os culpados de todas as acusações. Conhecido o veredicto, a TV mostrou o que era já uma evidência. Agentes do FBI, representantes governamentais e líderes mafiosos, confraternizavam em plena sala do tribunal, comemorando a sua vitória.

Arredada do poder em 1959, e após diversas tentativas falhadas para regressar ao controlo da ilha, a extrema-direita cubana teve assim a sua vingança. Servida em bandeja dourada pela justiça *made in América*.

A imperiosa solidariedade

Cinco homens prisioneiros políticos no mais poderoso país do mundo merecem a solidariedade empenhada de todos os homens e mulheres de bom senso do mundo. Sobretudo quando foram vítimas de um processo viciado e se encontram encarcerados em condições desumanas.

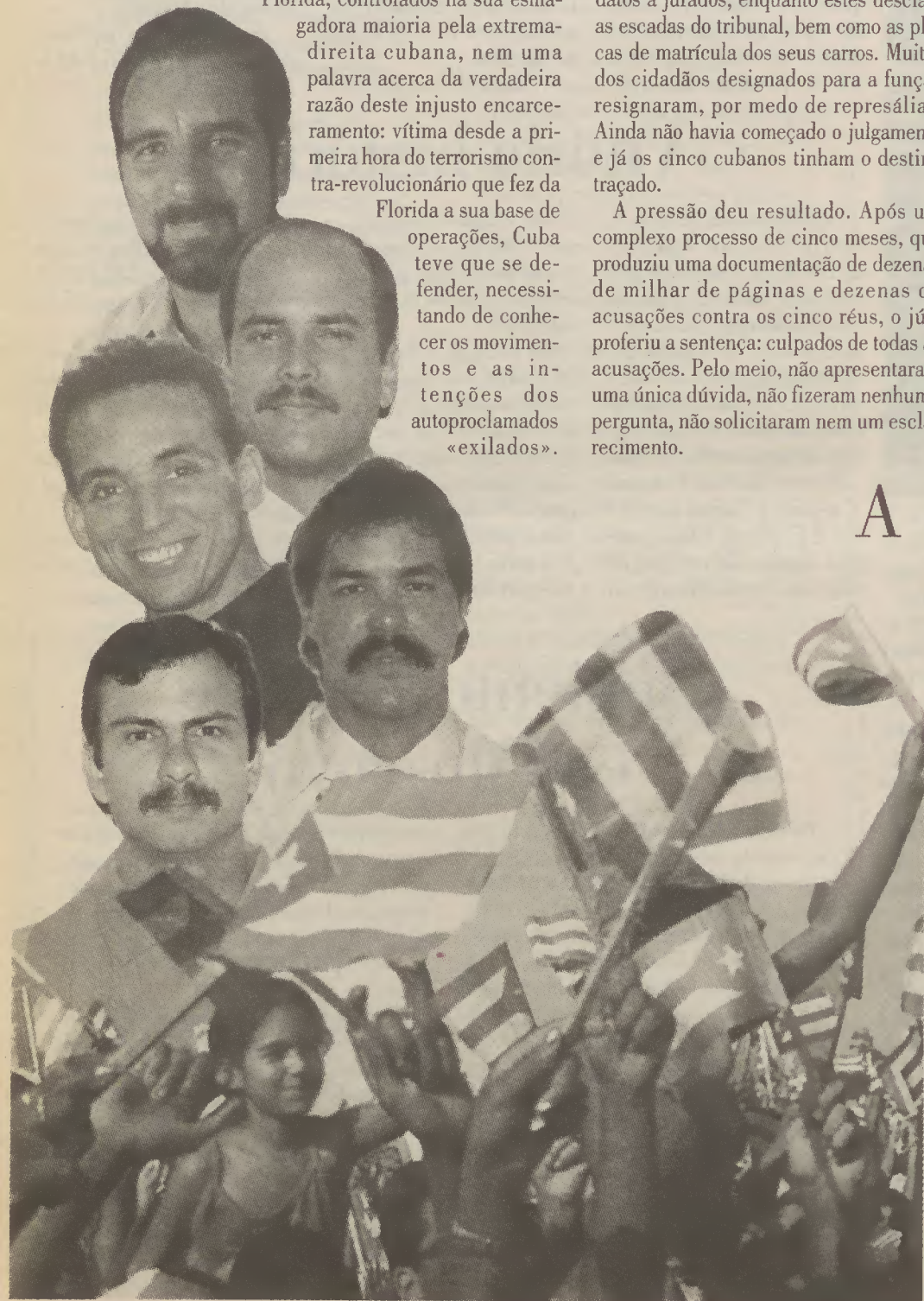
Foi a esta solidariedade que o escritor e historiador cubano Froilán González veio apelar na sua deslocação a Portugal no início do mês de Outubro, onde participou num conjunto de iniciativas destinadas a dar a conhecer aos portugueses esta inaceitável situação. Portugal não foi o único destino europeu do escritor cubano, que passou por países como a Espanha e a Bélgica.

Froilán González procurou também que esta solidariedade assumisse contornos mais organizados. Nesse sentido, realizou-se na embaixada cubana em Lisboa um encontro

com diversas entidades e personalidades «amigas de Cuba» – como o *Avante!*, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, vários sindicatos, o General Vasco Gonçalves, António Dias Lourenço, o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, o músico Luís Represas, a deputada Odete Santos – para criar o que se propunha ser o embrião de um futuro comité de solidariedade com os cinco cubanos presos, à semelhança do que existe em diversos outros países.

Para demonstrar a solidariedade com estes homens, é também possível escrever-lhes directamente para os seus cárceres. Os endereços são:

Gerardo Hernández Nordelo, n.º 58739-004, USP LOMPOC – PO BOX 3901 Klein Boulevard, Lompoc, CA 93436; Ramón Labañino Salazar, n.º 58734-004, USP BEAUMONT – PO BOX 26035 Beaumont TX 77720; Antonio Guerrero Rodríguez, n.º 58741-004, USP FLORENCE – PO BOX 7500, 5880 State HWY 67 South Florence, CO 81226; Fernando González Llorit, n.º 58733-004, FCI Oxford – PO BOX 500 Oxford, WI 53952-0500; René González Sechwert, n.º 58738-004, FCI McKean – PO BOX 5000 Bradford, PA 16701.



• Manoel de Lencastre

Há 60 anos, a batalha do Egipto teve o seu tiro de partida em El Alamein

A Grã-Bretanha procura uma grande vitória

Quando o 8.º Exército lançou a sua esperada ofensiva, a 23 de Outubro de 1942, as condições estavam criadas para uma grande campanha contra Rommel, pela defesa do Egipto e das rotas do petróleo e para derrotar, decisivamente, o célebre «Afrika Korps» que aquele general nazi comandava. A Grã-Bretanha tinha, a 18 de Agosto, alterado as suas estruturas de comando. Nomeara os generais Alexander para o posto de Auchinleck (Médio Oriente) e Montgomery para o lugar de comandante supremo do 8.º Exército em substituição do general Ritchie.

Um enorme esforço de guerra tinha sido sustentado pelo povo britânico no sentido de evitar a derrota. Acordos com o governo dos Estados Unidos proporcionavam, já, a chegada de tanques (Sherman e Grant) em número suficiente para fazer frente aos «Panzers» germânicos nas areias do

deserto. De uma maneira geral, supunha-se que o papel britânico no maior conflito de sempre, acabaria por manter o país na posição de grande potência mundial. Mas faltava uma vitória decisiva que satisfizesse os povos. Os alemães tinham sido derrotados à entrada de Moscovo (fins de 1941) e haviam começado a gigantesca ofensiva contra Stalinegrado (Agosto de 1942) que resultaria na sua mais espectacular derrota. Mas Rommel tomara Tobruk e o «Afrika Korps» aparecia, agora, a 100 quilómetros de Alexandria. A guerra no Norte de África tinha de tomar uma direcção diferente ou a credibilidade britânica cairia por terra. É essencial dar razão a Winston Churchill quando declarou: «Não tínhamos conseguido qualquer vitória antes de Alamein. Mas isto não é o fim, ainda. Talvez não seja, até, o princípio do fim. Mas trata-se, estou certo, do fim do princípio.»

A ofensiva do «Afrika Korps»



iniciara-se a meio de Janeiro (1942). As concentrações defensivas britânicas em Gazala, Knightsbridge, Bir Hacheim (com forças francesas comandadas pelo general Koenig), El Adem e Tobruk, conseguiram opor-se-lhe mas, em fins de Maio, os franceses rendiam-se e, a 10 de Junho, a retirada geral começava. A queda de Tobruk, que emocionou o mundo, verificar-se-ia a 21. O posto de Mersa

Matruh seria evacuado oito dias mais tarde e, no fim do mês, Rommel achava-se frente a frente com o 8.º Exército. O famoso chefe militar nazi diria em Berlim, onde foi recebido com todas as honras, a 3 de Outubro: «Dominamos a rota que nos levará ao Egipto. Não estamos ali para que nos expulsem. A Alemanha pode confiar em que manteremos tudo o que já conquistámos.»



A caminho de Moscovo, Winston Churchill visita os generais Alexander (comandante em chefe para todo o Médio Oriente) e Bernard Montgomery (comandante do Oitavo Exército)

As forças em presença

Montgomery dispôs as suas principais tropas (10 divisões) numa ordem de Norte para Sul como segue: a 4.ª divisão australiana (Morshead), a 1.ª sul-africana (Pienaar), a 4.ª indiana; depois, a 50.ª (Northumbrian). À retaguarda destas unidades, a heróica 51.ª (Highlanders), a 44.ª (Home Counties), com alguns destacamentos de forças blindadas. Por sua vez, o 10.º Corpo de Exército (comandado pelo general Lumsden), formava a cerca de 70 quilómetros atrás daquelas formações – compunha-se de duas divisões de carros blindados e tanques e da 2.ª divisão de tropas da Nova Zelândia (Freyberg), com mais de 50 000 homens.

Os «panzers» nazis concentravam-se, sensivelmente, numa posição central apontando aos grupos de tropas britânicas. Lá estavam as 15.ª e 21.ª divisões e os carros blindados italianos das divisões Littorio e Ariete. A infantaria nazi posicionava-se a Norte. No total, Rommel dispunha de 12 divisões incluindo 100 000 homens, mais de 700 tanques e muita artilharia. O ataque do 8.º Exército dirigiu-se ao ponto mais forte do inimigo – as suas formações situadas mais perto do mar. Os canhões britânicos abriram fogo às 9.30 da noite numa zona próxima do Mediterrâneo. Meia hora depois, a infantaria avançou.

Os canhões britânicos abriram fogo às 9.30 da noite numa zona próxima do Mediterrâneo. Meia hora depois, a infantaria avançou.

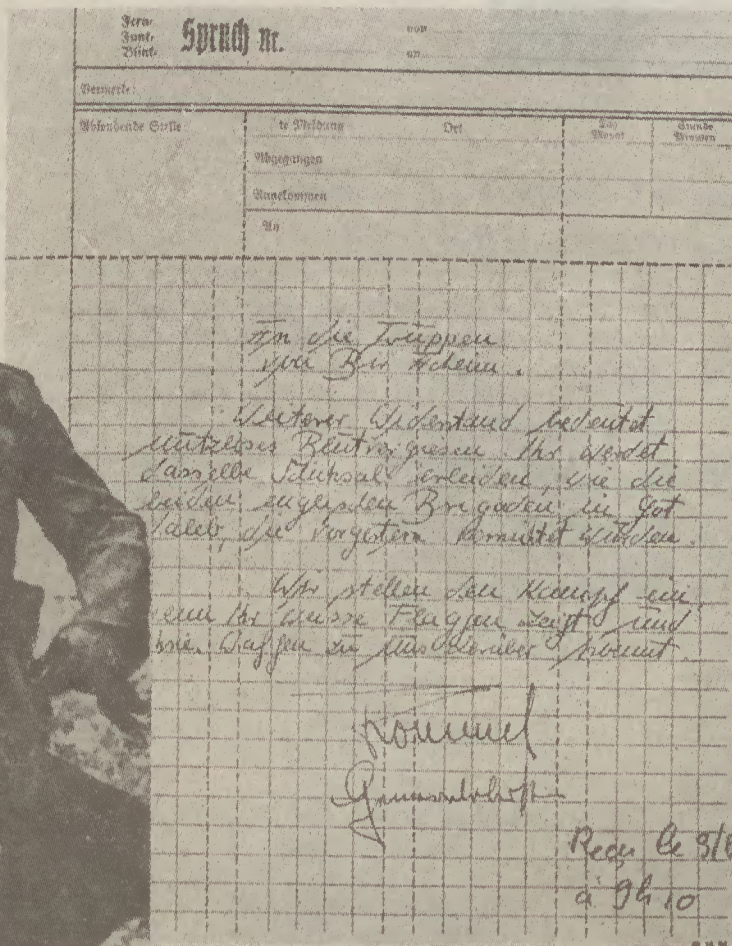
Às 5.30 da manhã do dia seguinte (24 de Outubro) o 8.º Exército tinha unidades em combate a 7 quilómetros para além dos campos minados pelo inimigo. O avanço prosseguiu. A 25, já tinham feito 1450 prisioneiros. Dia e noite, a ofensiva continuava. Registava-se grande progresso dos australianos e dos «highlanders» (escoceses). Ao fim de nove dias de batalha, a infantaria do comando de Montgomery ultrapassou todas as barreiras que se lhe opunham incluindo campos de minas. No sector Norte da frente de combate, registar-se-ia a decisiva batalha de blindados e tanques. A velocidade dos carros britânicos era assustadora. O deserto tornara-se, agora, num cemitério de tanques nazis. O

general alemão von Stumme, o número dois de Rommel, e os seus camaradas Bismark, von Pritwitz, Neumann-Silkow encontravam-se entre os mortos. O general Ritter von Thoma e outros oficiais generais germânicos e italianos tinham sido feitos prisioneiros. O «Afrika Korps» e o conjunto das forças hitlerianas começavam a desintegrar-se. A 3 de Novembro, entravam em fuga. A 5, os britânicos já tinham feito 13 000 prisioneiros e o inimigo perdera 400 tanques e 350 peças de artilharia.

Ao anunciar o triunfo num discurso pronunciado na «Mansion House» (residência oficial do Lorde Mayor de Londres), Churchill declarou: «Naquilo que, penso, deve chamar-se a batalha do Egipto, o general Alexander e o seu camarada Montgomery conseguiram uma gloriosa e decisiva vitória.» Dois dias mais tarde, na Câmara dos Comuns, diria: «É verdade que tínhamos feito concentrar um agrupamento de tropas superior. Mas isso teria sido fútil, se não se verificasse a magistral superioridade dos nossos comandantes e o histórico sacrifício dos nossos soldados.»

Alcançada esta magnífica vitória, toda a Grã-Bretanha sentiu que partiria para novas e mais decisivas jornadas em aliança com a URSS, a França e os Estados Unidos, contra as forças da tirania e da opressão que pretendiam dominar o mundo por 1000 anos. E o povo, seguindo, apaixonadamente, as belas canções para soldados que a imortal cançonetista Vera Lynn entoava, acompanhou o espírito vitorioso das tropas, cantando:

«We'll meet again;
Don't know when,
Don't know where...
But I know, we'll meet again
Some sunny day...»

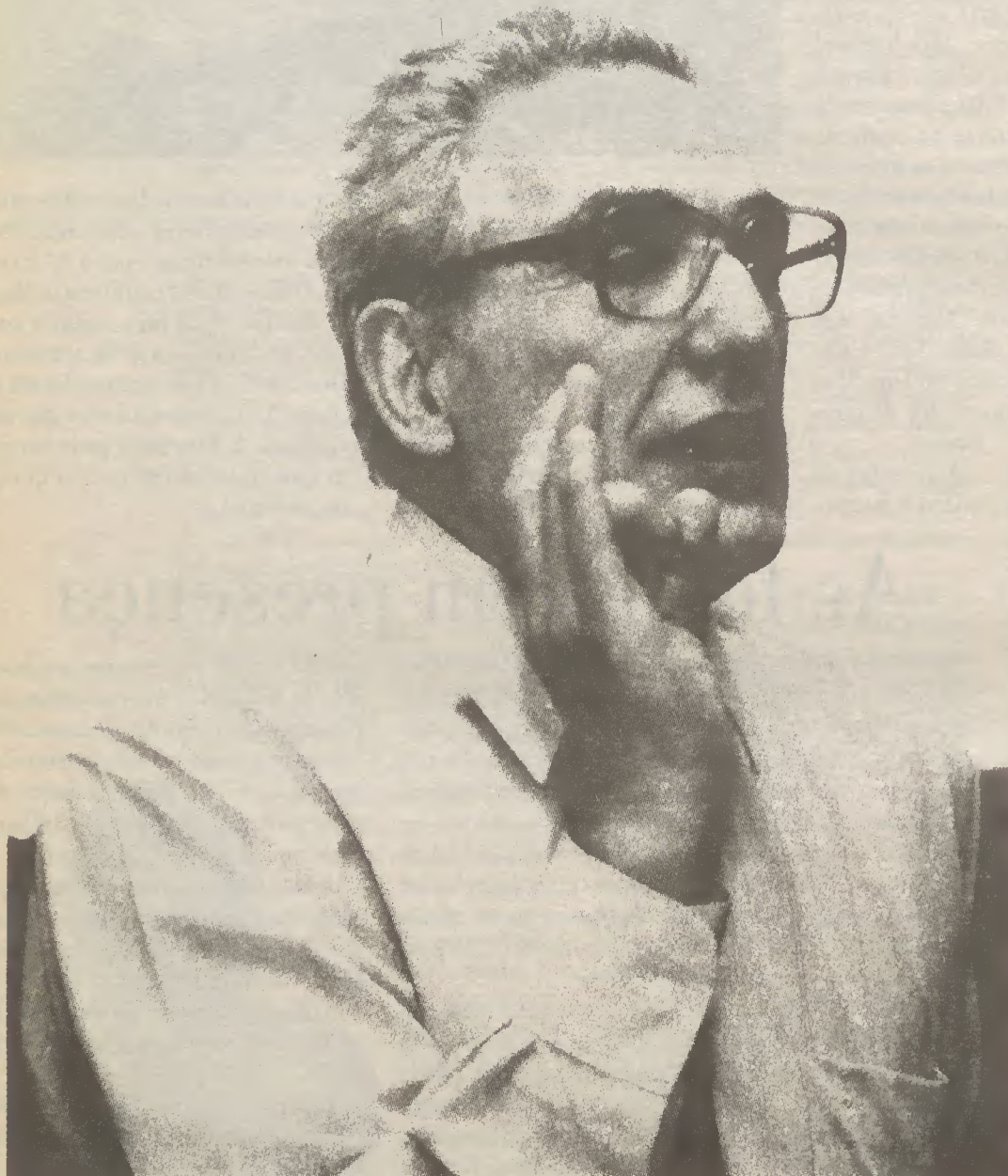


«As tropas Francesas situadas em Bir Hacheim: continuar a resistir causaria, desnecessariamente, o correr de mais sangue. Sofreriam a sorte das duas brigadas britânicas aniquiladas anteontem em Got Saleb. Cessaremos fogo se hastearem a bandeira branca dirigindo-vos às nossas linhas.»

03.06.1942
Rommel

● Correia
da Fonseca

O gosto de falar do Mário



● José António
Gomes

Mário

*Para a Alice e a Catarina. Com o abraço
que não tive a coragem de lhes ir dar*

Mário,

Telefonaram há pouco. Primeiro o Zé, depois o António. Mas a Elisa já mo dissera. Fiquei a saber que tinhas decidido, esta manhã, ir fazer versos para o país dos sonhos.

Quero pensar que a Lisboa dos cafés de bairro, a Lisboa dos namorados, das crianças, dos operários que povoam os teus poemas, a Lisboa dos cravos e dos pássaros futuros é agora o cenário real dos teus devaneios de menino.

Nós por cá, todos mal: outra guerra em perspectiva, a irracionalidade à solta, a Palestina em carne viva e tudo o resto que já sabes: pobreza, desemprego, trabalho precário, pensões de miséria... O «país dos sacanas», nas palavras do Jorge de Sena.

Mas não penses que guardaste tudo na mala. No colo, tenho ainda um punhado de livros com as tuas dedicatórias. E uma braçada de versos. Foi de propósito? Quer-me parecer que sim. Durante anos, recortei-a das páginas do jornal, essa poesia semanal de que ninguém falava: sonetos, haikus, quadras, poemas curtos e comunicantes. Quase um diário em que davas a ouvir o pulsar de um coração. Notações do teu gosto de viver, instantâneos da vida dos que não têm voz. Conosco partilhaste as tuas declarações de amor, vimos nascer e crescer os teus netos... Lembras-te? E aos poucos, desenhaste para nós o «país possível» - como diria o Ruy Belo.

Desculpa, Mário, mas agora só me apetece é falar das gargalhadas que meteste no «envelope» do *A Caminho de Fátima* - que um dia destes terá de figurar numa antologia do humor na nossa literatura juvenil. E apetece-me lembrar as *Histórias com*

A primeira vez que olhei o Mário Castrim ele ainda não era o Mário Castrim. Estava sentado à secretária do professor, estava eu sentado numa carteira de aluno, mas ele não era meu professor (tudo o que eu aprenderia com ele, e muito havia de ser, aconteceria bem mais tarde): estava ali por convite de um colega seu, o dr. Luís Amaro de Oliveira, meu professor de Literatura Portuguesa, e vinha falar dessas coisas da poesia e da prosa a um punhado de alunos em que eu me incluía. Parecia-me então que dezenas e dezenas de anos de idade nos separavam. Era mentira, muito mais tarde aprenderia eu que se tratava apenas de uma dezena de anos, coisa pouca que se esvai num abrir e fechar de olhos. Mas o Mário Castrim, que então ainda não era o Mário Castrim, usava bigode carregado, bengala grossa, um chapéu enfiado na cabeça quando vinha na rua, parecia mesmo um cavalheiro quase de meter medo. Hoje, faço as contas e descubro, pasmado, que ele só teria uns vinte e sete anos, não mais, e suspeito de que todo aquele ar carregado lhe servia para que o jovem professor que era infundisse algum respeito à rapaziada.

Tudo aparência para mirar de longe, em todo o caso. Basta dizer que a primeira frase que lhe ouvi, lá da cadeira colocada atrás da secretária do mestre, foi o primeiro verso de um soneto. Esqueci o soneto, naturalmente, mais de meio século depois, mas nunca esqueci os primeiros versos: «A tua mão, companheiro. A vida corta / como frio de inverno o coração, / mas o caminho a percorrer, que importa?, / se eu sentir bem na minha a tua mão?» Quer dizer: aquele jovenzinho mascarado de homenzarrão já se comovia até à formulação poética perante o sentido da fraternidade e solidariedade. Porque aquele soneto era dele, não demorei muitos anos a descobri-lo, embora naquela altura nos fosse dito que era de uma Zulmira Garção que aliás ninguém conhecia. Depois, quando vim a saber que o sujeito se multiplicava em pseudónimos (Manuel Agra, Maria Manuela Nunes, Manuel Salgueiro, Mário Castrim, sei lá quantos mais) além do nome autêntico de Manuel Nunes da Fonseca, adivinhei sem dificuldade quem era ao certo a tal Zulmira que, aliás, veio a desaparecer da circulação com a maturidade literária do escritor.

O quotidiano contágio

Desse distante tempo para cá, o Mário Castrim foi uma cascata de encantamentos quer no plano cultural quer no humano. Muito o tenho dito e não me cansarei de repeti-lo: o Mário foi o homem mais fraterno, o amigo mais solidário e disponível que já conheci. Quanto ao intelectual, comecei por admirar-lhe a cultura ampla e diversificada, coesa contudo num entendimento sistemático do mundo e da vida (muitas vezes, ouvindo-o, me lembrava do que lera em tempos num ensaísta francês: «*Não basta ser um homem, é preciso ser um sistema*»), impregnado de um amor pelos homens que, soube-o mais tarde, o Mário recebera da sua formação efectivamente cristã, de um cristianismo tão coerentemente levado a sério que se tornou comunista. Muitas vezes discordei dele em várias matérias, muito discutimos, e sempre me maravilhei com a sua fulgurante lucidez. Por vezes, quase me exasperava quando, tendo nós suspenso a discussão sem «plataforma de acordo», algum tempo depois me dava conta de que afinal era ele quem tivera razão: o homem era inexpugnável, que arrelia! É claro que, em contrapartida, festejei alegremente os poucos diferendos em que, afinal, a razão estivera do meu lado...

Sucederam-se os tempos da vida do Mário como homem de cultura. Quando do *Diário de Lisboa Juvenil*, acompanhei escassamente o seu trabalho, e também a felicidade que ele lhe proporcionou, embora de longe me desse conta da importância daquela tarefa como sementeira do amor (e do respeito, vertente que não pode ser esquecida) pela escrita. Quando o *DL* inaugurou o *Canal da Crítica* nem sequer me dei logo conta de que aquele crítico de televisão era o Mário Castrim, isto é, o Manuel Salgueiro, isto é, o Manuel Agra, isto é, aquele homem espantoso que eu já aprendera a admirar. Depois, foi o que milhares ainda lembram e outros milhares conhecem por ouvir falar: um jornalista que todos os dias, através do fogo de barragem da censura fascista, dizia «não!» à ditadura e dizia ao País indignado que a resistência era possível até na imprensa diária. Então, era de Paul Éluard que eu me lembrava: «*Il est contagieux l'exemple du courage*.» O exemplo do Mário contagiava o País ledor do *Diário de Lisboa*.

É claro que, daqui até ao fim, sempre que olhar um ecrã de TV ou um teclado onde irei escrever um texto de crítica, irei lembrar-me dele e das mil razões que me justificam o sentimento de perda. Também das miúdas lições que dele ia colhendo, que ele ia deixando cair ao longo do caminho um pouco como caíam as cerejas do episódio bíblico que envolveu Jesus, Pedro e uma estrada poeirenta. Entre muitos outros, ocorre-me agora um dia, ainda antes de 74, com a RTP a disparar das trincheiras do crime, em que eu, incomodado pela intensidade do fogo disparado sobre o Mário por militantes da mediocridade ou por gente afecta à ditadura, me lembrei de atrever-me a dar-lhe conselhos. «Ó Mário!», disse eu, «por que é que tu, ao menos de vez em quando, não escreves com menos dureza, não te mostras um pouco construtivo, como eles dizem, ao menos para lhes desarmares as queixas mais ganidas?» Ele olhou-me, reflectiu um segundo e respondeu: «*Olha: se a RTP fosse um erro, eu havia de ser o primeiro a querer ajudar. Mas a RTP é um crime. Achas que posso dar uma ajuda?*»

Guardei a lição. Até hoje, como se vê. E o pior é que ainda hoje me serve muitas vezes, embora nem sempre.

*Juzo, tão desajuizadas que dão que pensar (era o que pretendias, não é verdade?). Mais o *Estas São as Letras* - o primeiro livro de poesia experimental da nossa literatura para crianças, que todos os anos dou a ler aos meus alunos. E apetece-me, por último, recordar «O Rio Alva», meio perdido entre os versos que me enviaste, pela mão da Alice, quando pedi que te juntares ao *Conto Estrelas em Ti*. Guardado nessa colecção de poemas para meninos que o João Caetano ilustrou e o Jorge quis publicar, «O Rio Alva» pareces-me tu. Tu, que ao telefone me tratavas sempre por «amigo».*

*«Deixem passar o Rio Alva. Deixem-no
deixem-no passar.*

*Com suas aflições, securas, gritos afiados
na garganta.*

*Deixem passar o Rio Alva. Deixem-no
deixem-no passar.*

*Com suas pedras cantadas
de queda em queda. (...)*

*Deixem passar o Rio Alva. Deixem-no
deixem-no passar
entre os dedos abertos.»*

Comunicação

• Francisco Silva

De entre a variedade de iniciativas realizadas durante a versão de 2002 da Festa do Avante, um dos debates foi destinado ao tema «Do Prelo à Internet». Um tema aliciante. Um tema bem actual. Um tema a abraçar o conjunto dos meios de comunicação social que aí estão e começaram a aparecer com a invenção da imprensa (o mais recente, a Internet - a comunicação mediada por computador - não é propriamente um meio de comunicação social, mas

programa da Emissora Nacional «Rádio Moscovo não fala verdade». Lembrem-se, os menos jovens?

Mas passo apenas por tais tópicos porque nem sou suficientemente conhecedor de tais matérias, nem este curto texto é o lugar minimamente apropriado para tratar o tema geral da Comunicação durante o fascismo. Contudo, poderia ser o lugar para um exercício, mesmo breve, de procurar saber onde estaríamos hoje em termos de Comunicação Social, atentos os meios existentes actualmente e as suas possibilidades configuração de utilizações, caso se visse uma situação semelhante à existente até ao 25 de Abril. E, tal ideia de cenário, o seu surgir, não tem nada a ver, evidentemente, com algum próximo perigo desse tipo!

Do prelo à internet



também o é). Um tema que vai da escrita da imprensa e volta à escrita da Internet. Um tema para cuja abordagem não é fácil dar prioridade a uma das vertentes: política, cultural ou tecnológica.

E como este debate foi especificamente promovido pela área da imprensa partidária, do PCP, e como se estava num ambiente de Festa do Avante, a questão que podia desde logo ocorrer era: e se fosse agora, já no tempo da Internet, que Portugal vivesse em pleno fascismo, como é que era quanto à utilização da imprensa e/ou dos computadores e da comunicação por eles mediada, num ambiente repressivo e de resistência clandestina? O que dá mais nas vistas, uma tipografia clandestina ou os cada vez mais maneirinhos computadores, assentáveis sobre o meu colo enquanto estou sentado, assimiláveis a instrumento de trabalho corrente?

Com efeito, por um lado, as tipografias clandestinas constituíram-se simultaneamente num instrumento fundamental de resistência e, na sua contrapartida, isto é, num alvo crucial da repressão estatal. Estas, sem esquecer os órgãos de imprensa «legais» que foram desempenhando o seu papel de Oposição e Resistência. E a escuta das emissões vindas do estrangeiro. Do outro lado, estavam a grande imprensa, e a Rádio e a Televisão, que foram instrumentos fundamentais da propaganda do regime fascista, chegando-se mesmo a extremos como o do

dos exemplos é o mecanismo subjacente que interessa discernir. Que as necessidades especiais podem resultar, com frequência, e resultam, em soluções que servem para as necessidades dos casos ditos normais. No nosso caso, para efeitos de comparação, poderíamos chamar «normais» os regimes democráticos «ocidentais» - é neles que vamos vivendo, é neles que consistem os regimes do nosso país e os dos países, digamos, da OCDE - e «especiais» aos outros.

Então, era também um pouco nesse sentido que, atrás, se dizia poder pensar-se como, na nossa época - uma época na qual também já temos Internet - deve ser a estratégia clandestina de comunicação das forças da Resistência. Aliás, não se trata de uma questão meramente teórica, pois há na actualidade casos de países onde existe repressão de liberdade de expressão. Como é que nesses casos estão a ser desempenhadas, ou deveriam sê-lo com vista a maximizar a sua eficácia, pelas Resistências as funções de comunicação de massas? Quais os papéis nelas desempenhados pela Imprensa e pela Internet, e como se relacionam entre si?

E que lições poderão ser retiradas destes casos «especiais» para os nossos casos «normais»? Esta, apenas uma das reflexões - das menos usuais, concordo - que me surgiram na sequência do debate «Do Prelo à Internet» realizado na Festa do Avante de 2002!

Mas, necessidades «extremas» ajudam, com frequência a ver aplicações que, de outro modo, poderiam não ocorrer. É o que se passa nomeada-

mente no campo das deficiências, ou melhor, das necessidades especiais. Por exemplo, uma rampa de acesso a um prédio, construída para o acesso de uma cadeira de rodas para o transporte de um deficiente motor, acaba por servir, também, para o acesso de um carrinho de bebé, não tendo os pais que o elevarem até ao cimo da escada de entrada. E há também as escadas que se abrem e fecham automaticamente para os deficientes motores das cadeirinhas, e, por consequência, também para todos nós. Etc.

Terei ido longe, achar-se-á à primeira vista. Porventura, considerar-se-á que terei caído um pouco fora do tema que vinha a tratar. No entanto, mais do que os conteúdos

Poemas da Festa

PORT WINE

O Douro é um rio de vinho
que tem a foz em Liverpool e em Londres
e em Nova Iorque e no Rio e em Buenos Aires:
Quando chega ao mar vai nos navios,
cria seus lodos em garrafeiras velhas,
desemboca nos clubes e nos bars.

O Douro é um rio de barcos
onde remam os barqueiros suas desgraças,
primeiro se afundam em terra as suas vidas
que o rio se afundam as barcaças.

Nas sobremesas finas, as garrafas
assemelham cristais cheios de rubis,
em Cape-Town, em Sidney, em Paris,
tem um sabor generoso e fino
o sangue que dos cais exportamos em barris.

As margens do Douro são penedos
fecundados de sangue e amarguras
onde cava o meu povo as vinhas
como quem abre as próprias sepulturas:
nos entrepostos dos cais, em armazéns,
comerciantes trocam por esterlino
o vinho que é o sangue dos seus corpos,
moeda pobre que são os seus destinos.

Em Londres os lords e em Paris os snobs,
no Cabo e no Rio os fazendeiros ricos
acham no Porto um sabor divino,
mas a nós só nos sabe, só nos sabe
à tristeza infinita de um destino.

O rio Douro é um rio de sangue,
Por onde o sangue do meu povo corre.
Meu povo, liberta-te, liberta-te!
Liberta-te, meu povo! - ou morre.

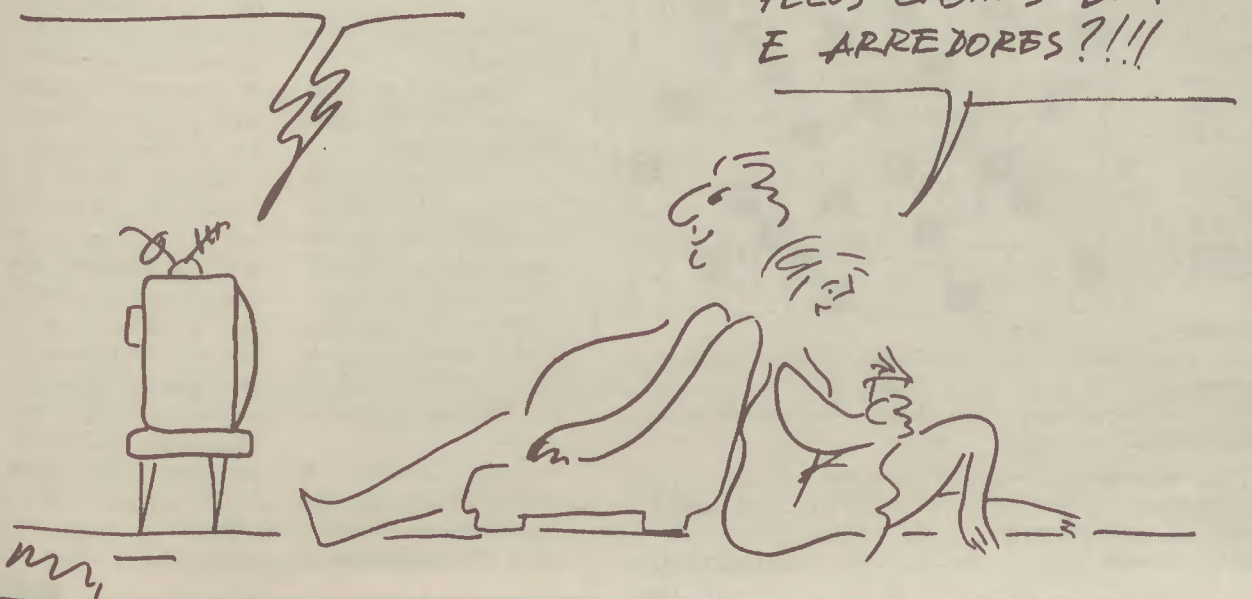
Joaquim Namorado

Cartoon

• Monginho

JORGE SAMPAIO
QUER SABER TUDO
SOBRE O CASINO
DO SANTANA LOPES...!

O PA'... E QUE TAL
PRIMEIRO UMA
PRESIDÊNCIA ABERTA
PELOS CASINOS DO PAÍS
E ARREDORES?!!!



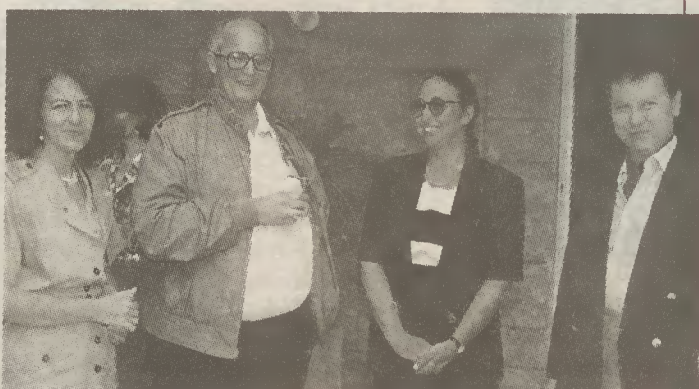
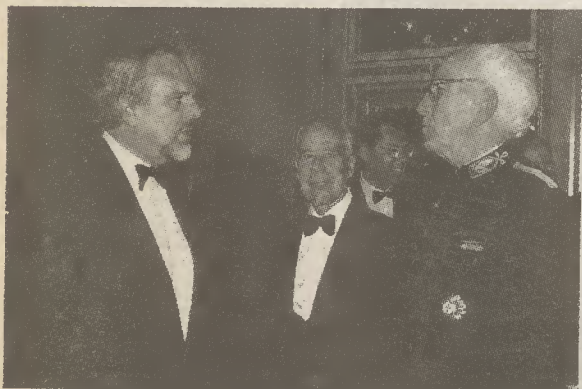
Religiões

• Jorge Messias

A relação entre os dois documentos - os *Contributos* e as *Bases do Conceito de Defesa* - é evidente. Se lermos ambos os textos, veremos que o primeiro deles apenas introduz o outro e que a proposta das *bases* compreende, no essencial, o que os *contributos* já tinham feito avançar dois ou três meses antes. Só que são diferentes os destinatários. Os *contributos* dirigem-se às elites no poder; as *bases* visam captar outros apoios civis e militares. De momento, apenas interessará tomar em linha de conta o texto dos *Contributos*. Importa, naturalmente, conhecerem-se os traços gerais desta autodenominada *reflexão*. Mas o conteúdo é simples. O documento tem uma estrutura que pode ser entendida a partir de dois ou três pontos-chave da sua exposição. 1) **A confusão dos valores.** «A natureza das ameaças à Segurança Nacional impede hoje que em Portugal, como nos demais países, possam ser equa-

internacional, da adesão do país a construções político-militares e a novas solidariedades que se definem na comunidade internacional. A globalização, a interdependência, a revolução da informação e a interactividade... definem um novo ambiente estratégico para afirmação e defesa dos interesses nacionais num quadro alargado de interesses comuns em que o diálogo, a cooperação e a concertação são instrumentos privilegiados» (*O Espaço Estratégico de Interesse Nacional no quadro da inserção de Portugal no Mundo*). A partir daqui, tudo quanto é simples e claro na Constituição da República - separação dos conceitos de *defesa da soberania* e de *segurança interna*, distinção entre *segurança com respeito pelos direitos* e a sempre indefinida *autoridade do Estado*, acatamento nos compromissos internacionais assumidos das *normas e princípios constitucionais*, etc. - embrulha-se e baralha-se num delírio verbal de alusões à globalização, à interdependência, à revolução da informação ou à interactividade, factores que nada têm a ver com os quadros democráticos da organização política do Estado português. 2) **A abertura das portas ao regresso do estado policial.** «No espaço terrestre nacional deve ser melhorado o conceito do emprego das FA, devendo a

À margem das «Bases para um Novo Conceito de Defesa» (3)



estas ser dada capacidade efectiva para participar activamente na segurança interna em reforço e complemento das Forças de Segurança... Assumindo o combate ao terrorismo elevada importância face à sua actual dimensão estratégica, torna-se prioritário o esforço de recolha de informações sobre este tipo de actividades, bem como a existência de planos para a protecção de infra-estruturas críticas, designadamente, **entre outras**, as de produção, armazenamento e distribuição de energia, redes e sistemas de comunicações e de informações, sistemas de transportes (em especial

os respectivos terminais), centros de decisão, etc.). Assim, importa: «prever a participação das FA em tarefas de segurança interna, nas situações em que o patamar das necessidades de intervenção tiver exigências que transcendam as capacidades das forças policiais e/ou de segurança; reestruturar, racionalizar e coordenar os serviços nacionais de informações ligados à segurança interna, segurança externa e serviços estratégicos de defesa, em conjugação com os serviços congéneres dos nossos aliados; instituir um Gabinete Coordenador de Segurança, ao nível do Primeiro-Ministro, responsável pelo levantamento e coordenação dos aspectos interministeriais da segurança, incluindo informações, podendo vir a transformar-se, em caso de necessidade, num Gabinete de Gestão de Crises».

cionadas separadamente as componentes interna e externa da Segurança Nacional... A actual sectorização rígida entre a acção das Forças Policiais e das Forças Armadas poderá, em última instância, originar vazios de segurança ou de autoridade, perda de eficiência e aumento dos custos do Estado, deixando o país manietado numa situação de facto consumado perante a materialização de ameaças. A fronteira entre o externo e o interno desvaneceu-se: os países são atravessados actualmente por poderosas forças transnacionais que não dominam, que se orientam por objectivos marginais aos da sociedade e cuja acção pode fazer perigar a segurança e a estabilidade dos Estados... O espaço dos interesses nacionais deixou de estar confinado às fronteiras tradicionais. Ampliou-se em função das novas realidades estratégicas da conjuntura

Pontos Cardeais

Helicópteros

A Helisul, uma das empresas aeronáuticas preteridas no concurso público para o helitransporte de doentes em território português, acusa agora o INEM de, desde o dia 16 deste mês, estar a pagar serviços em duplicado, uma vez que, para além das verbas entregues mensalmente à empresa vencedora, está igualmente a pagar os serviços entretanto prestados, também por helicóptero, pela Força Aérea e pelo Serviço Nacional de Bombeiros.

O INEM responde que «o que está em causa é prestar socorro em tempo útil às vítimas, e isso far-se-á independentemente dos meios utilizados serem do INEM, da Força Aérea ou dos bombeiros».

Evidentemente. Só que o INEM não responde à acusação principal da Helisul, que é a de que empresa vencedora do concurso - a OMNI, onde tem interesses directos nem mais nem menos que o dirigente, do PSD, Dias Loureiro -, além de ter cometido alegadas irregularidades na apresentação a concurso, nomeadamente no desrespeito ao caderno de encargos, oferece um tipo de helicópteros que a Helisul acusa de não posuírem condições de segurança para o serviço, o que explicará o recurso, atrás referido, à Força Aérea e ao Serviço Nacional de Bombeiros para alguns serviços.

Estas acusações da Helisul surgem no dia em que representantes desta empresa se deslocam ao Parlamento para ali exporem as suas diversas reclamações aos grupos parlamentares.

Aguardamos, com expectativa, o esclarecimento desta questão...

ção terá a ver com o facto de o convidado professor Pedreira estar associado ao anterior governo PS, o que não seria bem visto pelo Executivo de Durão Barroso, mas o que é certo é que o escolhido Diogo Pires Aurélio também havia sido nomeado para director da Comissão Nacional da UNESCO graças a um convite do ministro dos NE PS, Jaime Gama...

No meio desta embrulhada - e a fazer fé no que relata o Público - uma coisa é certa: o ministro da Cultura, Pedro Roseta, andou muito mal nesta história toda e, por arrasto, o próprio Governo também não fica nada bem.

Quanto à questão essencial, nada se modificou: a Biblioteca Nacional continua com falta de verbas, que foi o que levou Carlos Reis à demissão.

Apoios

A direita já anda muito afadigada com as presidências de 2006 e, pelos vistos, Pedro Santana Lopes continua a somar apoios (ou promessas deles) na sua já anunciada «apetência» para se candidatar, deixando cada vez mais embaraçada a também presumível «intenção» de Cavaco Silva em concorrer ao mesmo lugar e pela mesma gente.

Os apoios que agora se expressaram a Pedro Santana Lopes vieram de um CDS/PP - António Pires de Lima, porta-voz do partido de Paulo Portas - e de um PSD, Jorge Neto, que é um dos vice-presidentes do grupo parlamentar do PSD.

Por que será que andam todos tão apressados e, sobretudo, agitados, sobre um assunto ainda tão longínquo?

Convites

Segundo relata o Público, o ministro da Cultura, Pedro Roseta, terá cometido uma incompreensível «gaffe» (para não lhe chamar outra coisa): terá oferecido ao historiador e sociólogo Jorge Pedreira o cargo de director da Biblioteca Nacional (BN) - deixado vago pela demissão de Carlos Reis, em Setembro do ano passado -, este terá aceite o convite mas acabou por ser «desconvidado»... a favor de Diogo Pires Aurélio, que há dias foi anunciado como o novo director da BN.

Ao que parece, o convidado/desconvidado Jorge Pedreira, actualmente professor de Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa e director-geral do Ensino Superior no último governo de António Guterres, terá mesmo informado a sua universidade de que iria suspender a docência para assumir as novas funções.

No meio disto tudo, crescem os rumores de que esta estranha convocação de imediatas desconvoca-

Compras

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, anunciou numa audição com a comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República que uma das medidas que o seu Ministério vai adoptar para «conter as despesas» será criar uma «central de compras no MNE» (onde todas as embaixadas se abastecerão de canetas, papel e correlativos, deixando de receber individualmente verbas para isso); outra medida com o mesmo objectivo será a de diminuir o «número de leitores no estrangeiro, trocando-os por assistentes universitários, «muito mais baratos».

Entretanto, enquanto o Governo procura iludir o país com estas contas de mercearia a fingir que poupa dinheiro, continua o escândalo de o mesmo Governo, através do MNE, envergou o país pedindo às autoridades alemãs que «paguem a renda» do consulado português na cidade alemã de Osnabruek (onde há milhares de portugueses), sob pena de... o fechar!

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Amamentar; ofertar; estacionamento. 2 - Antigo nome da nota musical dó; érbio (s. q.); formação e maturação óvulo. 3 - Devorador; lavar a terra com arado; substância azotada e cristalizada que é um dos princípios imediatos da urina. 4 - Rio da Suíça que banha a cidade de Berna; grito alitivo; bebida preparada com farinha de milho fermentada; despido. 5 - Descaramento; aqueles; antiga porcelana do Oriente. 6 - Que se refere a lâ; catafalco; agro. 7 - Armadilha; declamara. 8 - Elevada; porção de terra cercada de água em toda a sua periferia; imbecil. 9 - Hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; existes; terra erada, num dia por uma junta de bois. 10 - Doutor (abrev.), comida feita com ovos de tartaruga, farinha e açúcar; deus egípcio. 11 - Lado do horizonte onde o Sol desaparece; tosta; enfurecer. 12 - Ponto colateral que fica a igual distância entre o norte e o oeste; crómio (s. q.); contr. da prep. de com o art. def. a. 13 - Massa de farinha, açúcar e outros elementos, cozida no forno ou frita; elemento de formação de palavras que exprime a ideia de Deus; lançar boatos.

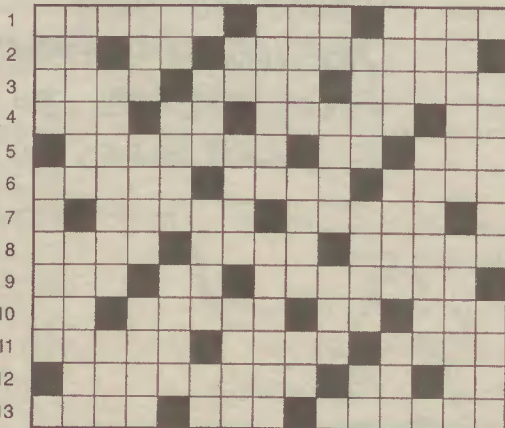
VERTICAIS: 1 - Toca; pássaro conirostro africano. 2 - Atoarda; natural ou habitante da Lorena. 3 - Pedra em cuja constituição entram grãos de areia; estrela. 4 - Epiderme, especialmente a do rosto; cura; tenebroso. 5 - Atmosfera; acre; que é feito de cobre, de bronze ou de arame. 6 - Camareira; plana, extraterrestre (abrev.). 7 - Ou (em inglês); verdadeiro; toda a superfície sobre a qual assenta um copo. 8 - Fazemos doação; sorvo. 9 - Campo; cobalto (s. q.). 12 - Grande ave galinácea; sulcou; cólera. 13 - Guarnição de asas; segurar. 14 - Governar um reino; revista de tropas. 15 - Tocador de aulo ou de flauta, declamar.

mos; hausto. 9 - Ágras; soar; se. 10 - Ré; coar; ara. 11 - Nuas; alda; Co. 12 - Peru; aron; tra. 13 - Áse; agatar. 14 - Reinat; parada. 15 - Aulêta; orar.

VERTICAIS: 1 - Lura; lãndo. 2 - Atoada; loreno. 3 - Arena; sol. 4 - Tez; sara; otro. 5 - Ar; agro; creto. 6 - Ait; lisa; ET. 7 - Or; real; base. 8 - Doa. 7 - Arola; orara. 8 - Alia; lha; lora. 9 - Noa; é; aradura. 10 - Dr; arabu; rd; aro. 11 - Oest; assa; lra. 12 - Noest; cr; da. 13 - Bol; leo; boatar.

HORIZONTAIS: 1 - Lactat; dar; paro. 2 - Ut; Et; oegênese. 3 - Roaz; arar; ureia. 4 - Aar; at; macan; nu. 5 - Descar; os; aal. 6 - Lanar; essa; agre.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:



7 de Novembro 85.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro

Lisboa

Iniciativa comemorativa promovida pela Célula do CT Vitória com a participação de **José Casanova**
Quinta-feira, dia 7, às 16h, CT Vitória

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo Sector Intelectual da ORL no Restaurante Caleidoscópico (Campo Grande)
Quinta-feira, dia 7, às 19h30
(Inscrições: até 5 de Nov., tel. 21 330 70 00)

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo Sector das Comunicações, Água e Energia com a participação de **Aurélio Santos**
Quinta-feira, dia 7, a partir das 18h30
(Inscrições: Luísa Varela, tel. 21 330 70 31)

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo Sector de Empresas de Lisboa com a participação de **Carlos Chaparro** (Campo Grande)
Sexta-feira, dia 8, CT Vitória

Jantar-convívio comemorativo promovido pelo Sector dos Transportes da ORL com a participação de **Domingos Abrantes** (Campo Grande)
Sexta-feira, dia 8, às 20h, CT Vitória

Praias do Sado

Jantar comemorativo do 7 de Novembro e do aniversário do Centro de Trabalho
Sábado, 9, às 20h, no restaurante «O Sonho»
(Informações: tel. 265522273)

S. João da Madeira

Debate sobre a Revolução de Outubro com a participação de **Francisco Lopes**
Sábado, 9, às 21h30,
no Sindicato do Calçado / Auditório José Afonso

Uma edição limitada de bustos de Lénine foi posta à venda pelo Sector de Transportes da ORL como iniciativa comemorativa da Revolução de Outubro.
O preço é de €7,50.
Requisições podem ser feitas pelo tel. 213307008

1.º de Maio 2003 em Cuba

Viagem de Solidariedade promovida pela Organização da Cidade de Lisboa
(de 28 de Abril a 10 de Maio)

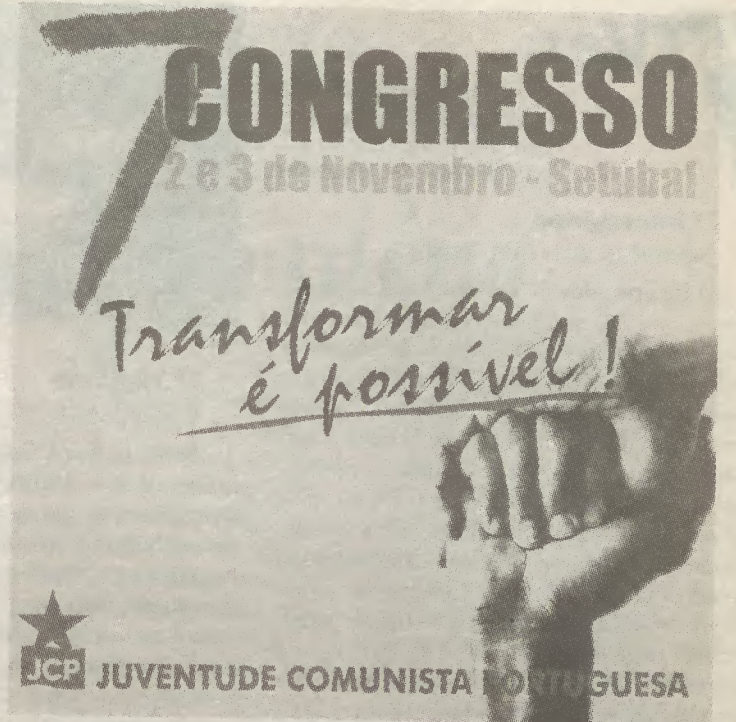
1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama, Aldeia Taína, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba, Guadalajara (Praia)
Informações e inscrições: Camarada César Roussado - CT Vitória - Tel. 213307000

Viagem de 28 de Abril a 10 de Maio promovida pela Comissão Concelhia de Alcochete
Inscrições e informações: CT Alcochete - Tel. 212340344



Dias 2 e 3 de Novembro
no Pavilhão das Manteigadas, Setúbal
O Secretário-geral do PCP
estará presente

na tarde de Sábado, e na tarde de Domingo
intervirá na sessão de encerramento, cerca das 17horas

Reuniões e outras actividades da organização do PCP



Borba

A Comissão Concelhia reúne no próximo dia 5, às 20h30, no Centro de Trabalho local, para discutir questões de Direcção e Organização no concelho e designadamente a concretização das orientações e decisões do Encontro Nacional do Partido de 19 e 20 de Outubro.

Almada

Actividades da CDU - Plenário da CDU da Freguesia do Feijó (hoje, dia 31, às 21h na Junta de Freguesia) e reunião dos Eleitos na mesma freguesia (quarta-feira, 6, às 21h, igualmente na Junta de Freguesia).

Lisboa

Plenário do Sector dos Transportes sobre a situação política e social e lutas em curso, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**: terça-feira, 5, 18h, CT Vitória.

Sintra

Reunião do OD das Empresas do PCP do Concelho de Sintra sobre a situação política e social e a preparação da V Assembleia da Organização Regional de Lisboa, com a participação do camarada **Dias Coelho**: às 18h, no CT do Cacém. No final, convívio de S. Martinho.

Loures

Plenários preparatórios da 10.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures: hoje, quinta-feira, dia 31, em Unhos (na «Pomba da Paz», 21h), em Santa Iria da Azóia (de militantes da Freguesia, no Centro de Trabalho, às 21h), Bobadela (CT da Bobadela, 21h); dia 2, dos militantes das freguesias de Sacavém e Portela (às 15h, no CT da Sacavém) e S. Julião do Tojal (no CT do Zambujal, 15h).

Reunião da Direcção Concelhia de Loures sobre a 10.ª Assembleia: terça-feira, dia 5, 21h, no CT de Sacavém.

Debate sobre a Palestina

Na próxima terça-feira, dia 8, realiza-se no Centro de Trabalho do PCP em Arruda dos Vinhos um debate sobre a Palestina com **Sandra Benfica**, do CPPC.

Teatro em Castelo Branco

A DOR de Castelo Branco promove uma representação teatral no Salão dos Continentes (na sede local do PCP), no próximo sábado, dia 2 de Novembro. A peça «O Marquês de Alcoitão» é posta em cena pelo Grupo de Teatro de Ourém «JCP e VCF - Jovens com Passado e Velhos com Futuro», e interpretada por Nuno Tomar, Sérgio Ribeiro e Tiago Galamba. O espectáculo tem início às 16h.

ATVer

O Informador foi um dos filmes surpreendentes em 1999, abordando a luta contra as grandes tabaqueiras

O Informador

(Sexta-feira, 01.11.02, RTP-1)

O Informador foi um dos filmes surpreendentes em 1999 que, justamente, recebeu várias nomeações para os Óscares da Academia de Hollywood. Baseado numa história verdadeira, o realizador Michael Mann equaciona o drama pessoal e o dilema moral de um homem vulgar esmagado por segredos devastadores relacionados com a indústria do tabaco e o seu desprezo para com a saúde pública. Ele é um alto quadro numa grande empresa tabaqueira e o drama desenrola-se com a investigação jornalística levada a cabo por um prestigiado jornalista da cadeia de televisão CBS que, no seu programa «60 minutos», procura denunciar a situação na base das informações recebidas, travando-se, a partir daí, uma verdadeira batalha com a própria CBS, cuja direcção procura



O Vigilante é um thriller subtil e engenhoso sobre um homem solitário e obsessivo (Gene Hackman) que se dedica a espionar pessoas



Lawrence da Arábia é um dos mais grandiosos e célebres filmes do cinema ocidental

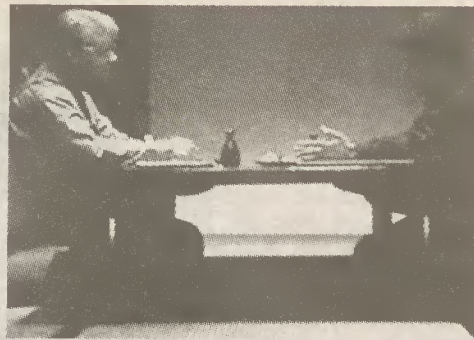
censurar o jornalista, por pressão da poderosíssima indústria tabaqueira norte-americana. A história verdadeira que está na base deste filme foi a que culminou, há poucos anos, na condenação das empresas tabaqueiras norte-americanas ao pagamento de pesadas indemnizações a pessoas vítimas do tabaco. Relevo especial para os dois principais intérpretes do filme: Russel Crowe, no papel de informador, e Al Pacino como jornalista.

Lawrence da Arábia

(Sexta-feira, 01.11.02, RTP-1)

Lawrence da Arábia é um dos mais grandiosos e célebres filmes do cinema ocidental. Superprodução britânica, realizada por David Lean, o filme é simultaneamente uma visão romântica e aventureira do período das campanhas do deserto do lendário T. E. Lawrence, bem como um admirável estudo psicológico de um homem enigmático, imprevisível e visionário. Lean filma de forma deslumbrante o deserto e a odisseia heróica de Lawrence, onde se reflecte toda a complexidade dos interesses e influências do império britânico no Médio Oriente. Premiado com sete Óscares da Academia e polvilhado de estrelas do cinema da época, com relevo para Peter O'Toole, Alec Guinness, Omar Sharif e Anthony Quinn.

Os Marginais, de Francis Ford Coppola, é um extraordinário retrato da adolescência à deriva num mundo violento



O Vigilante

(Segunda-feira, 04.11.02, RTP-2)

Francis Ford Coppola realizou O Vigilante entre os «Padrinhos I e II», dois estrondosos sucessos que remeteram este thriller de rara sutileza e inteligência para um injusto esquecimento. Trata-se de um espantoso estudo psicológico sobre um homem solitário, obsessivo e rigoroso (genialmente interpretado por Gene Hackman) que se dedica, por profissão e convicção, a violar a privacidade alheia, até que se decide interferir num caso que se deveria limitar a escutar e acaba ele próprio por ser vítima de apertada vigilância. Uma alucinante história de obsessões e paranóias, dominada pela «teoria da conspiração» que se situa, algures, entre Watergate e Kafka.

A Desforra de Hércules

(Terça-feira, 05.11.02, RTP-1)

O «Peplum» foi, durante anos, um dos grandes subgéneros do cinema de aventuras. Nascido na Itália nos finais da década de 50, as grandiosas e heróicas histórias de Hércules, Maciste, Jasão ou Ulisses, bem como a sua vertente romana, com as aventuras de gladiadores e outros heróis de «túnica e sandálias» fizeram as delícias de toda uma geração. A Desforra de Hércules, realizado em 1960 por Carlo Ludovico Bragaglia, é um dos bons exemplos deste «cinema Peplum», narrando a odisseia de Hércules que se apaixona por uma princesa e tem de ultrapassar incríveis testes de força. Brilham, nesta produção, os então famosos Mickey Hargitay e Jayne Mansfield, norte-americanos e casados, ele «Mister Universo» musculoso, ela uma réplica abundante e popularucha de Marilyn, ambos com pouco talento artístico mas com corpanzais a dar para as despesas...

Do Fundo do Coração

(Terça-feira, 05.11.02, RTP-2)

No início dos anos 80, Francis Ford Coppola quase foi à falência com a produção de Do Fundo do Coração, um filme apaixonante na sua recriação das velhas histórias românticas e encantadas da «era dourada» de Hollywood. Trata-se de uma fantasia romântica em tom de opereta moderna, mas profundamente alicerçada na nostalgia e na memória do clássico cinema norte-americano. Coppola gastou uma fortuna em décors delirantes e criou uma das mais notáveis extravagâncias cinematográficas da década, com arrojadas tecnologias cinematográficas que «fariam escola» (nomeadamente no campo da produção de videoclips) mas que não obteve os favores do público.

Os Marginais

(Quarta-feira, 06.11.02, RTP-2)

Em Os Marginais Francis Ford Coppola recupera e recria, em grande medida, o cinema que fez a reputação dos grandes mestres, como Nicholas Ray ou Elia Kazan, sobre os problemas da juventude. Coppola impõe o seu espantoso domínio visual num filme belo e comovente, que é um extraordinário retrato da adolescência à deriva num mundo violento, intolerante e em crise de valores. Tudo isto servido por uma então nova e brilhante geração de intérpretes, hoje todos estrelas consagradas no cinema norte-americano, como é o caso de C. Thomas Howell, Matt Dillon, Patrick Swayze, Rob Lowe, Diane Lane, Emilio Estevez, Tom Cruise ou Tom Waits.

Quinta, 31

VRTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco



A Língua e a Poesia portuguesas em «palavras ditas» apaixonadamente por Mário Viegas (em bem-vinda reposição na RTP2, ao sábado)



Conceição Lino introduz temas da actualidade em «Hora Extra»

22.00 Segredo de Justiça
23.00 Grande Entrevista
24.00 Jag
Em Nome da Justiça
01.00 Philly
02.00 24 Horas
02.15 «Halloween, o Regresso do Mal» (Filme)

VRTP2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Caminhos da Natureza
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 A Febre do Ouro Negro
15.00 Informação Gestual
16.30 «Terra de Promissão» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século «Ascensão e Queda do Feminismo»
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Homens, Mulheres e Cães
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «Com Elas Todo o Cuidado É Pouco» (Filme)
01.30 Martin Luther King

VSIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 O Melhor do Herman SIC
01.45 Perseguições Policiais

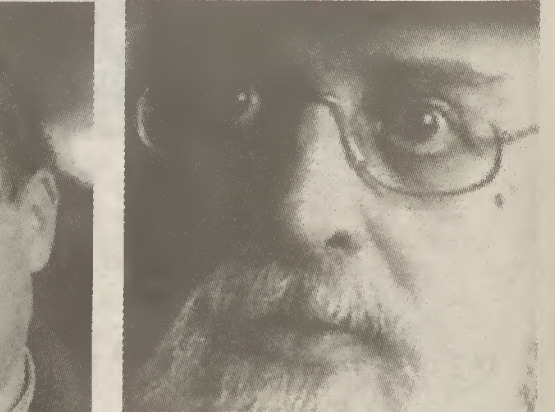
VTVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
17.15 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Vidas Reais
01.00 Ally McBeal
02.00 «Guerra do Golfo» (Filme)
04.10 Os Animais do Mundo

Sexta, 1

VRTP1

07.00 RTP Crianças
10.30 «Em Busca do Vale Encantado A Aventura» (Filme)
12.30 A Minha Sogra É uma Bruxa
13.00 Jornal da Tarde
14.00 «Lawrence da Arábia» (Filme. Ver Destaque)
18.00 Quebra-cabeças
19.00 O Preço



Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta brasileiro: «Artes e Letras», domingo, RTP2

22.00 Segredo de Justiça
23.00 Grande Entrevista
24.00 Jag
Em Nome da Justiça
01.00 Philly
02.00 24 Horas
02.15 «Halloween, o Regresso do Mal» (Filme)

VRTP2

07.00 Oratória Paulus, Op. 36, de Mendelssohn
10.00 Missa
11.30 A Herança dos Travadores
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Caminhos da Natureza
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 A Febre do Ouro Negro
15.00 Informação Gestual
16.30 Concerto - Antigos Orfeonistas da Univ. Coimbra
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Homens, Mulheres e Cães
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Feios, Porcos e Maus» (Filme de Nagisa Oshima, 1982, com David Bowie, Ryuichi Sakamoto, Tom Conti. Ver Destaque)
02.00 A Ilha de Patmos

VSIC

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Uma Aventura na Cidade
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, o Cão Policia
15.00 A Rapariga do Séc. XXI
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 E Proibido!
01.15 Contos Eróticos
02.15 «O Velho Oeste» (Filme)

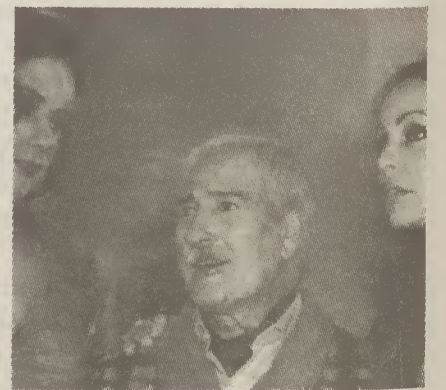
VSIC

10.00 Olá Portugal
11.00 Missa
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 «Uma Boneca de Sonho» (Filme)
17.15 «Um Amor Inevitável» (Filme)
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 «Mad Max» (Filme)
03.15 Os Animais do Mundo

Sábado, 2

VRTP1

07.00 RTP Crianças
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Maravilhoso Mundo Marinho
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra é uma Bruxa



«Camilo, o Pendura» ao sábado na RTP1

20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Sporting-Gil Vicente (Superliga)
23.00 «Na Vigília da Noite» (Filme)
00.45 24 Horas
01.00 Jag
Em Nome da Justiça
02.00 Paraíso Filmes
02.30 «Zero - O Super Detective» (Filme)

VRTP2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britecom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 Noites Curtas no Onda-Curta

VSIC

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.30 A Vingadora
16.45 Air América
17.30 «Dose Dupla» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 «Perseguição sem Tréguas» (Filme)
00.30 Quando Tudo Corre Mal
01.30 Tal Mãe, Tal Filha
02.30 Bon Jovi New York Special
02.30 No Fim do Mundo

VTVI

07.30 Bataloon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Caravana para Este» (Filme)
18.00 «No Limite» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «Assassino Virtual» (Filme)
02.15 «A Paixão de Ayn Rand» (Filme)



Mulheres como **Maria Lamas** são vultos marcantes da luta pelos direitos da Mulher (para ver no episódio da «Crónica do Século» de hoje, às 19 horas)

Domingo, 3

▶ RTP 1
07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 O Mundo Perdido
16.00 Estúdio 5
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.00 Contra-Infomação
21.30 Luís Figo,
o Mundo a Seus Pés
22.30 Domingo Desportivo
23.30 «Flores
de Aço» (Filme)
01.30 24 Horas
02.15 «Norma Jean
e Marilyn» (Filme)

▶ RTP 2
09.00 Programa Religioso
13.00 Untamed Australia
14.00 Desporto 2
18.30 Technopolis
19.30 Onda Curtas
20.00 A História de Nikita
21.00 Artes e Letras
«Carlos Drummond
de Andrade»
22.00 Jornal 2
23.00 Artes de Palco
Bailado: «Um Jantar
nos Limites»
00.15 Odisseia nas Imagens
«Basic Training»

▶ SIC
07.00 Infantil/Juvenil
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «A Corrida
ao Ouro» (Filme)
16.00 «O Guarda
Inseguro» (Filme)
18.00 «K-9 Agente
Camino» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Mentes Brilhantes
22.30 Herman SIC
00.45 «Para o Melhor
e Para o Pior» (Filme)

▶ TVI
07.30 Super Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 «Lancelot, o Guardião
do Templo» (Filme)
16.00 «Génio Canino» (Filme)
18.00 «Soldado Universal
O Regresso» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Amanhecer
22.15 Gala BB Famosos
01.15 «Os Mistérios
de Nero Wolfe» (Filme)
03.30 A Grande Aventureira

Segunda, 4

▶ RTP 1
07.00 Bom dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
21.15 O Elo Mais Fraco
22.15 Prós e Contras
00.30 Jag
Em Nome da Justiça
01.30 24 Horas
01.30 «Downill City» (Filme)

▶ RTP 2
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia
dos Animais
13.00 Caminhos da Natureza
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 A Febre
do Ouro Negro
15.00 Informação Gestual
16.30 «Eram
Cinco Heróis» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Planeta Azul
19.00 Em Busca da Beleza
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sete Palmas de Terra
24.00 «O Vigilante»
(Filme. Ver Destaque)
02.00 Les Samurais
de la Piste

▶ SIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Olhar da Serpente
15.00 As Duas por Três
16.30 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.00 Olhar da Serpente
00.15 «Prisioneiros
A Revolta» (Filme)
02.45 No Fim do Mundo

▶ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 BB Fim-de-Semana
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 A Jóia de África
22.15 Anjo Selvagem
23.15 Amanhecer
00.15 Parabéns Figo
01.00 Ficheiros Secretos
02.00 L. Vaga

Terça, 5

▶ RTP 1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande Entrevista
22.00 O Elo Mais Fraco
23.00 Fora de Jogo
00.30 Jag
Em Nome da Justiça
01.30 24 Horas
01.45 «A Desforra
de Hércules»
(Filme. Ver Destaque)

▶ RTP 2
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia
dos Animais
13.00 Caminhos da Natureza
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Sangue, Suor
e Lágrimas» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda Curta
19.00 Viagens na Índia
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Balzac
24.00 «Do Fundo
do Coração»
(Filme. Ver Destaque)
02.00 Johannes Hevelius, o
Príncipe dos Astrónomos

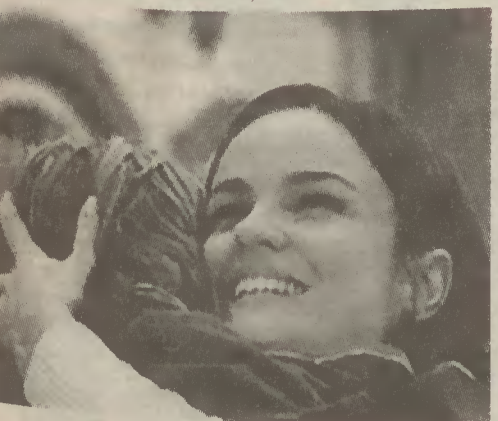
▶ SIC
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal

▶ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.15 Anjo Selvagem
22.15 Gala BB
00.30 Vidas Reais
01.30 «A Escada
de Caracol» (Filme)
03.45 Animais do Mundo

14.00 Olhar da Serpente
15.00 As Duas por Três
16.30 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.00 Olhar da Serpente
23.45 Catarina.com
00.30 «Anatomia
do Golpe» (Filme)
02.45 No Fim do Mundo

▶ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.15 BB Famosos
15.45 BB Extra
17.15 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.00 BB Famosos
21.15 Anjo Selvagem
22.15 Gala BB
00.30 Vidas Reais
01.30 «A Escada
de Caracol» (Filme)
03.45 Animais do Mundo

«Coração de Estudante», diariamente na SIC



Quarta, 6

▶ RTP 1
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço
Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Segredo de Justiça
23.00 «Por Favor Matem o
Meu Marido» (Filme)
00.45 Jag
Em Nome da Justiça
01.45 24 Horas
02.00 A Enfermeira
de Gritos

▶ RTP 2
07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia
dos Animais
13.00 Caminhos da Natureza
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.15 «Os Heróis de
Telemark» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Bombordo
19.00 Jacques
Henri Lartigue
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Educação
de Max Bickford
24.00 «Os Marginais» (Filme.
Ver Destaque)
01.40 Estações
e Musas Alemãs

▶ SIC
Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas

▶ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 Gala BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas reais
00.30 «Para Além do
Horizonte» (Filme)
03.15 Animais do Mundo

13.00 Primeiro Jornal
14.00 Olhar da Serpente
15.00 As Duas por Três
16.30 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
22.45 Olhar da Serpente
23.30 Hora Extra
00.30 «Kickboxer 5» (Filme)

▶ TVI
07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.30 BB Extra
16.00 Gala BB Famosos
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Amanhecer
23.45 Vidas reais
00.30 «Para Além do
Horizonte» (Filme)
03.15 Animais do Mundo

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

O critério

No poema inicial da «Mensagem», falou Pessoa de «o Ocidente, futuro do passado». Não está lá escrito, mas parece inevitável entender-se que o poeta estava a referir-se aos já então poderosos *United States*, embora aqueles ainda fossem os anos do Império de Sua Graciosa Majestade Britânica. Agora, volvidos uns setenta anos, é claro que o que era então «futuro do passado» se cumpriu, é o presente, e por desgraça um presente de tal modo dominante e poderoso que ameaça tornar-se pelo menos o futuro próximo não só para a Europa, que protagonizava o poema de Pessoa, mas para todo o mundo. Tanto, decerto, quanto quotidianamente o sentimos; também para lá do que é limpidamente apercebível. Há-de ser por isso, não pode ser por outra razão, que como milhares de outros eu sou tão atento observador do que os *States* fazem e do que se prefigura que irão fazer no tempo próximo. É que em muitos aspectos, afinal em quase todos, olhá-los com olhos de ver e

depois pensar com cabeça de entender é muito mais eficaz para prever o futuro que entregar a palma da nossa mão à cigana mais experiente.

Há-de ser por isso, pois, que entre muitos outros cuidados estou tão atento ao programa «60 Minutos», transmitido pela *SIC-Notícias*. Não é que por ali tenha acesso à verdade em primeira mão, que o «60 Minutos» dê o certo sobre todas as questões que atravessam o mundo ou pelo menos em que os Estados Unidos estejam envolvidos (e aqui, como reparam, estou a admitir que haja algumas que, sendo relevantes, lhes sejam alheias, o que é improvável). Mas aquele é um programa que, estando fora da suspeita de antiamericanismo primário, nos tem revelado acerca da Terra dos Senhores do Mundo coisas verdadeiramente espantosas, muitas vezes indignantes, quase sempre inquietantes. Não é fonte informativa que se possa ignorar e, mais ainda, aquelas não são informações que eu possa guardar só para mim, sem as partilhar com quantos não vêm o «60 Minutos».

Idade para existir

Um dos temas abordados pela mais recente emissão do programa ocupava-se, sob o título

de «A Grelha», das relações decisivas entre a publicidade e os conteúdos da televisão. Quem porventura fosse muito ingénuo, desses que já não há ou já não devia haver, objectaria que não temos nada com essa estória porque o que acontece na América acontece na América e, por cá, estamos em Portugal, Península Ibérica, Europa. Porém, como se sabe, as coisas não são tão simples. Segundo os mais sábios ou, pelo menos, os mais poderosos, o que se faz nos *States* deve fazer-se também aqui, depressa se não já, rapidamente e em força. E, como se sabe, esse glorioso processo de imitação em versão mais tosca e muito mais pobre está em curso. No caso da TV e seus conteúdos, está literalmente à vista: nos programas que nos entram pelos olhos dentro e nos *rankings* de audiências que a imprensa diariamente publica com implícita vénia. E quanto ao critério-chave adoptado pelas grandes cadeias norte-americanas, designadamente pela *NBC*, que é de todas a de maior audiência, a sabedoria é simples sem que por isso seja menos impressionante: interessa programar para os telespectadores do grupo etário entre os 18 e os 49 anos. Os outros, é como se não existissem. E esta determinação do público-alvo pela via etária não é um capricho, invoca razões solidamente concretas: estão entre os 18 e os 49 anos os espectadores que mais compram, os que interessam à Madison Avenue, que é a designação afectuosa dada ao sector publicitário do *business world*. Custa dizê-lo, mas o resto das gentes, por muito que existam, é para deitar fora, pelo menos como destinatário de programas de televisão.

Poderemos objectar que a televisão não é tudo. A maçada é que, cada vez mais, a televisão «é tudo», sim. Que cada vez mais é o que se vê na televisão que «existe», que ensina o mundo e a vida a quem mais nada vê ou sabe. Que forma as gerações, que lhes traça os roteiros, que lhes amestra o gosto, que lhes constrói as convicções. Assim, os velhos, isto é, os que já completaram 49 anos, só existem se a TV os considerar vivos, se condescender um pouquinho com as convicções, os valores, os remanescentes projectos, e também os dramas e as dificuldades, que os definem. Só que a TV não parece estar disposta a tanto: para quê, se eles compram tão pouco? É uma lógica implacável já desencadeada no âmago do Império e, muito provavelmente, em acelerada importação pela periferia súbdita. É a fria («pragmática») condenação à morte de toda uma civilização que a dada altura parecia bem encaminhada, embora através de combates terríveis, no sentido favorável às gentes. Mas não, reconheço-o, ao lucro.

A talhe de foice

• Leandro Martins

Confluências

À hora em que fechamos a nossa edição, trabalhadores de todo o País participam numa grande jornada nacional de luta contra o chamado «Pacote Laboral» do Governo que, como vem sendo escondido pelo executivo sob os mais diversos disfarces, visa acentuar dramaticamente a exploração e, apertado o cinto a quem trabalha, entregar ao grande capital a mais-valia arrancada ao labor da maioria. O «Código do Trabalho», que Bagão Félix apadrinha satisfazendo o patronato de quem sempre defendeu os interesses, faria recuar, se aprovado, os direitos dos trabalhadores aos tempos do século XIX, como acertadamente já foi denunciado. A privatização da Segurança Social entregaria, se levada avante, nas mãos dos capitalistas a parte que cada um desconta, sob o pretexto de que, para o Estado, a despesa nesta área é «incomportável», o que não deixa de ser curioso, estando como estão dispostos os capitalistas a «comportar» a solidariedade, em nome do lucro.

A luta, centrada hoje nas vertentes mais importantes da actuação do Governo da direita, é mais larga, porém. Lutam os operários pelos seus direitos, contra o encerramento de empresas, o desemprego e a precariedade, os professores pela dignificação da profissão e a melhoria das condições de trabalho; os estudantes contra as restrições a que a escola e o ensino estão sujeitos; as mulheres pela igualdade; os jovens pelo futuro que começa hoje; os reformados por aumentos de pensões que cheguem para pagar mais do que uma bica; todos contra a onda privatizadora que destrói a capacidade de o Estado poder intervir a favor da economia nacional, dos interesses da maioria dos portugueses e do País.

É claro que um governo como este é, enfeudado aos interesses do capital - tal como qualquer outro governo que sirva os mesmos interesses - não deixará, com maior ou menor grau de ferocidade, procurando ou não adoçar a pílula e amaciar a contundência - de prosseguir a entrega do que, na propriedade do Estado, é mais rentável e estruturante na economia portuguesa. Sejam as grandes empresas nacionais, sejam os grandes sectores que fazem do Estado o garante da melhoria das condições de vida da população - Educação, Saúde, Segurança Social. Nas mãos de governos como este - ou parecidos - é tudo para entregar aos poderosos. Sejam nacionais ou estrangeiros. E não colhe o arroubo «patriótico» de um punhado de «empresários» e afins que se manifestam contra a venda de largas fatias do bolo em liberal competição com os de fora. Aliás, a «defesa» que fazem de conservar os «centros de decisão» nas mãos de portugueses é desmentida por todos os que o Estado, no passado, presenteou com chorudos milhões e isenções milionárias para adquirirem empresas que logo venderam à estrangeira, colocando - deslocalizando... - o capital para onde ele pudesse dar mais lucro. E, se insistimos no facto de que este Governo, mais feroz e apressado embora, não é assim tão diferente de outros de cor diferente, é porque parece dar-nos de novo razão a notícia posta a circular de que afinal o PS está disposto a dialogar para não deixar Barroso e Portas sozinhos na votação final deste Orçamento.

Orçamento da Segurança Social

Pior protecção social

O Orçamento da Segurança Social para 2003 inviabiliza, na prática, o cumprimento da promessa do Governo de promover uma melhor protecção social para os que mais precisam.

Em conferência de imprensa, realizada da segunda-feira, Fernanda Mateus, da Comissão Política do PCP, acusou ainda o Governo de não assegurar a transparência das contas da Segurança Social desagregando as receitas e despesas pelos três subsistemas.

A dirigente comunista notou que o aumento global de despesas em 4,6 por cento irá manter os baixos níveis de protecção social, destacando em particular o insuficiente aumento de 3,2 por cento nas despesas da Acção Social e a redução de 4,6 milhões de contos (22,8 milhões de euros) nas verbas para o rendimento de inserção social.

De resto, o Governo apenas prevê um incremento significativo de 25 por cento das despesas com o subsídio de desemprego, o que «pressupõe um agravamento muito acentuado dos problemas sociais», disse Fernanda Mateus.

O Orçamento concretiza os eixos políticos e ideológicos da proposta da Lei de bases da Segurança Social, impondo uma redução drástica do financiamento do sistema, introduzindo de imediato os tectos contributivos, retirando importantes direitos adquiridos aos trabalhadores da Administração Pública e reduzindo as obrigações do Estado em matéria de transferências para o Fundo de Estabilização Financeira,

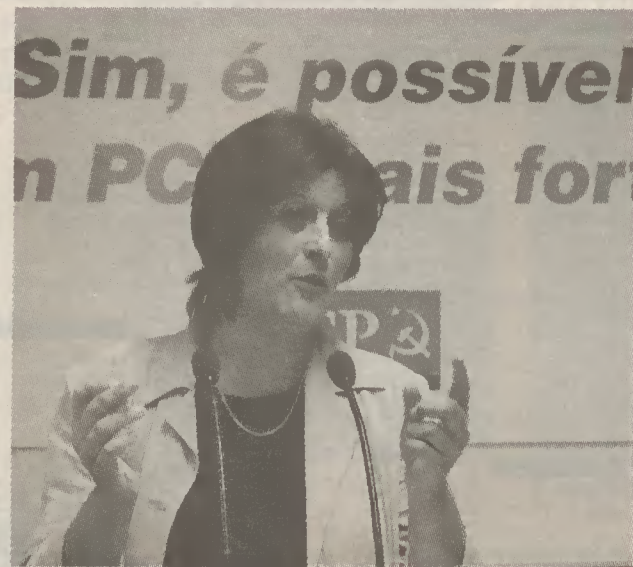
para os regimes não contributivos e a acção social.

A convergência das pensões com o SMN é uma mistificação

A isto acresce a desresponsabilização do Estado nas áreas do apoio aos idosos, à infância, à deficiência profunda, ao combate à pobreza e à exclusão social.

texto do combate à fraude», o Governo está a reduzir direitos, como é o caso do rendimento mínimo garantido e do subsídio de doença. Deste último, são desviados 9,9 milhões de contos (49,4 milhões de euros), corte que suscita a preocupação do PCP já que põe em causa um direito dos trabalhadores em geral.

Em contrapartida, o Governo nada faz para recuperar as dívidas acumuladas pelas entidades



Fernanda Mateus

«Na prática, é a destruição da obrigação do Estado e da sociedade em assegurar o princípio da solidariedade e dos direitos de cidadania, transformando tais direitos numa mera possibilidade «assistencialista», fazendo-se assim um ajuste de contas com as conquistas do 25 de Abril», considerou Fernanda Mateus.

Redução de direitos

O PCP nota que «a pre-

patronais à Segurança Social, as quais seriam suficientes para aumentar as pensões e reformas em 12 contos (59,86 euros) por mês, como referiu Fernanda Mateus.

A Comissão Política do PCP alerta ainda que a prometida convergência das pensões mínimas com o salário mínimo nacional «é uma profunda mistificação». Contas feitas apenas os reformados com uma carreira contributiva superior a 30 anos poderão eventual-

Aumentos fictícios

Os aumentos de 5,3 por cento anunciados pelo Governo para as pensões mínimas, significam, afinal, por dia, entre 0,21 cêntimos (pensão social); 0,30 cêntimos (agrícolas) e no máximo 0,55 cêntimos para quem tenha uma carreira de 10 e mais anos.

Acresce que este aumento só terá efeitos a partir de meados do próximo ano, circunstância que reduz os prometidos 5,3 por cento para apenas 3,3 por cento ao ano, uma vez que o seu prazo de vigência será de 19 meses e não de 12 meses. As pensões mínimas de invalidez e velhice do regime geral são as mais penalizadas já que a lei de bases previa a fixação de um montante de 10 mil escudos já no próximo mês de Dezembro e não em Julho de 2003 como foi anunciado pelo Governo.

mente atingir aquele valor, «mas só dentro de quatro anos».

A Comissão Política do PCP «opondo-se claramente às opções deste Orçamento não deixará de apresentar um conjunto de propostas concretas na Assembleia da República, com vista à defesa do Sistema Público e de combate à sua utilização para objectivos opostos às suas finalidades sociais».

PCP propõe alterações ao Orçamento na especialidade

Subir pensões, aliviar carga fiscal

A actualização dos escalões do IRS e dos abatimentos e deduções à colecta em três por cento (um ponto acima do que propõe o Governo) e o aumento das pensões mínimas de Invalidez e Velhice do Regime Geral (mais 6,2%), da pensão social (mais 12%) e da pensão agrícola (mais 9,2%) constituem algumas das propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2003 que o Grupo Parlamentar do PCP apresentará no

decurso do debate em sede de especialidade.

Contribuir para um «Orçamento do Estado melhor para a economia portuguesa e menos gravoso para os portugueses» tal é o sentido destas propostas alternativas, conforme referiu Bernardino Soares, líder parlamentar comunista, anteontem, em conferência de imprensa.

Espera agora a bancada do PCP, como foi dito, que a atitude da maioria de direita

«não seja a do rolo compressor» só porque são propostas da oposição, mas que seja capaz de as avaliar pelo seu mérito intrínseco.

É que, no seu conjunto, as 60 propostas apresentadas pelos deputados comunistas - embora não podendo alterar um Orçamento tão fortemente injusto, que faz pagar aos grupos sociais mais desfavorecidos as dificuldades económicas e financeiras do País -, se aprovadas, podem pelo menos atenuar minimamente alguns dos aspectos mais gravosos que emanam das opções do Governo.

Por isso estas são propostas orientadas por alguns objectivos centrais como sejam o de reduzir a carga fiscal sobre os trabalhadores dependentes, sobre os cidadãos portadores de deficiência e sobre os pensionistas e reformados.

Contrariar o aumento da tributação sobre as micro e as

pequenas empresas e aumentar a receita fiscal do Estado surgem igualmente como metas preconizadas pela bancada do PCP, apostada que está simultaneamente em impedir a redução dos direitos dos trabalhadores da administração pública em matéria de aposentações e aumentar as pensões de reforma para valores mais dignos.

Propostas há, ainda, orientadas para fazer cumprir a Lei de Bases da Segurança Social, promover a habitação social e garantir a dotação mínima para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior público.

Norporte já paga

A luta determinada dos 400 trabalhadores despedidos da Nortporte, em Setembro de 2001, pelo pagamento dos créditos, começou já a dar frutos. Em simultâneo com a declaração da falência, o Sindicato dos Têxteis organizou o requerimento da aplicação do fundo de garantia salarial, o que permitiu a libertação de 2500 euros que começaram a ser pagos esta semana. A batalha jurídica prossegue até à liquidação total dos créditos em atraso.

